

1 ATA DEGRAVADA 199ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

2 Ao dia dezessete do mês de abril de dois mil e quinze, às nove horas, no plenário da
3 Casa de Direitos Humanos – Sede do CEAS/ MG, realizou-se a centésima nonagésima
4 nona Plenária do CEAS, coordenada pela presidenta Maria Alves de Souza, onde estava
5 os seguintes **conselheiros titulares**: Maria Alves de Souza - FETAEMG; Simone
6 Albuquerque – SEDESE, Volney Araújo do PSING; Rodrigo dos Santos França -
7 ASSPROM; Ronaldo Gonçalves de Oliveira - CMAS de JF; Mila Magalhaes Ribeiro -
8 SEPLAG; Hermelliss Messias Tirado de Campos - CMAS São Francisco de Paula;
9 Vinicius Queiroga Mendoza - CMAS de BH; Lucia Elena Santos J. Rodrigues –
10 COGEMAS; Patrícia Pinto Valadares - FAPAEs-MG; Gesiane Lima Soares- Caritas;
11 Shirley Aparecida Moreira da Silva - CMAS SARZEDO; Marta Maria Castro Vieira da Silva
12 – SESEDE; Denise Cunha – CRESS; **Conselheiras Suplentes**: Tereza D. Gusmão -
13 SEDESE; Erika Andrade Rocha - CRP; Odette Pereira de Souza Santos - CMAS Três
14 Maria; Isabela de Vasconcelos Teixeira; Ana Tereza P. Macedo – SEAPA; Isabel
15 Fernandes dos B. Azevedo - SES; Maria da Pascoa Andrade - COGEMAS; Renata Vieira
16 - ISJB; **Membros da Secretaria Executiva**: Consolação Cifani, Rosalice Tassar, Maria
17 Paula, Vera Lúcia, Maria Mansur, Maria Regina, Rosangela Maria, Nilse Araújo, Adelmira
18 Cerqueira, Bruno Alves; Max, Raquel, Ângelo Machado, **MARIA ALVES** – Bom dia
19 conselheiros. Depois de verificado o quórum e da nossa aniversariante chegar, já
20 podemos começar. Antes de entrarmos na nossa pauta e na nossa programação. Eu
21 acredito sim, que todo momento que a gente estar reunido coletivamente, e um momento
22 que a gente tem o direito de dar merecidamente, o direito mesmo que eu acho ainda mais
23 que depois dessa noite que, eu e Consolação, teve de nós estarmos aqui a tempo. É
24 merecedor de muita glória. Eu queria pedir um momento de silêncio, para que cada um,
25 no seu íntimo, possa agradecer por cada um de nós que está aqui. Tocando em frente, só
26 pra esclarecer, que é porque nós saímos de Brasília às 4 horas da tarde, para chegarmos
27 em BH às 01h da manhã. A gente foi pra São Paulo e ficamos lá duas horas parada.
28 Enfim, foi uma luta pra gente ficarmos aqui de boa, e Vinicius disse assim “amanhã
29 quero ver a cara de vocês na plenária”, e nós estamos de cara boa. Né? Mas é isso. Pois
30 é, é isso aí. Dando sequência aqui. Em relação a apreciação da nossa ata, ela foi enviada
31 por e-mail, eu gostaria de saber se algum conselheiro tem algo a acrescentar. Hermellis.
32 **HERMELLIS** – quero só saber mais, porque aponte algumas correções, não é bem de
33 ortográfica, de sentido de palavras que foram desgravadas. Quero só lembrar, que
34 como é o procedimento, era pra mim ter trazido, e confundi as pastas, e não trouxe.
35 **CONSOLAÇÃO** – eu gostaria só de saber se é de conteúdo. Não entendi. Se é de
36 português? O que, que, porque se for de português, geralmente encaminham pra gente, a
37 gente faz as correções e não interfere em nada na deliberação. Porque a questão, porque
38 foi falado o conteúdo apresentado. **HERMELLIS** - É o português e conteúdo. Porque
39 algumas palavras foram trocadas, não em correção de palavra, mas de palavras mesmo,
40 em sentido mesmo, não em correção ortográfica, mas em palavras mesmo, em falas na
41 de gravação. **CONSOLAÇÃO** – É, inclusive aí, eu peço licença à mesa - acho que seria
42 interessante, depois que a gente fizesse uma revisão, porque não é fácil. A empresa
43 entrega de uma determinada maneira, a gente faz, passa ainda por duas pessoas que
44 fazem a correção, mas 40, 50 páginas fica. E é, de acordo com nosso regimento interno,
45 a primeira secretária e o segundo, vocês poderiam estar dividindo isso de fazer a revisão
46 final, antes de ir para os conselheiros. Já está no regimento interno seria isso, e ajudaria
47 bastante, até pra gente, depois que vocês fizessem a devolução da ata, a gente
48 encaminharia para os conselheiros, que teriam essa revisão a mais, se vocês acharem,
49 pra gente, inclusive, cumprir o que está no regimento mesmo. **MARIA ALVES**: podemos
50 encaminhar assim, e diante dessa alteração, já que eles têm essa alteração para fazer,
51 que ele faça as alterações e depois a gente repassa novamente para os conselheiros.
52 Marta. (falas ao fundo) **MARTA – SEDESE**: o que eu recebi foi uma de gravação. Eu não

53 recebi uma ata. (falas ao fundo) Não! Aquilo ali é uma degravação das falas. Não tem
54 uma redação de uma ata, dizendo tal, das deliberações, entendeu? Então, acho que o
55 primeiro secretário coloca pertinente mesmo, pra mim aquilo ali precisaria de uma
56 redação, de um texto mais de ata mesmo. Aquilo ali está degravando a fala das pessoas,
57 que vai compor a ata. Né? **CONSOLAÇÃO** – é foi deliberado aqui, e que está no
58 regimento Marta, é que as atas são só degravadas. Não existe outra correção, inclusive,
59 quando a gente fazia inclusive as atas, foi ter uma discussão na plenária, gestão
60 anteriores, isso logicamente pode ser revisto, mas consta no nosso regimento interno,
61 quando foi aprovado, que a ata seria simplesmente degravada, como também é no
62 Conselho Nacional. Então, é a fala de cada um, do jeito que a pessoa está falando. A
63 gente tenta tirar alguns termos, mas, logicamente, ela permanece com aquela fala como
64 foi deliberado então. Mas, é claro, se os conselheiros acharem, e aí, a gente teria que
65 estar alterando também nosso regimento interno, que se refere a isso. **MARIA ALVES** –
66 eu acredito que em relação a essa ata, hoje a gente não vai entrar no mérito de alterar o
67 regimento. Segue a orientação, se todos concordarem, se todos concordarem, Hermellis,
68 fazer a alteração sugerida encaminha para os conselheiros, a gente coloca ata para
69 aprovação no próximo reunião, pode ser? E a gente pode, de repente, em algum
70 momento, colocar na nossa pauta a discussão do regimento e suas devidas alterações,
71 caso necessário. Todo mundo concorda? Podemos avançar. Então, é isso aí. Em relação
72 a nossa justificativa de ausência, a gente tem a justificativa de quatro conselheiros, que é
73 da nossa companheira Clodoalía Nobre Barbosa, da SEPLAG, ela se aposentou, da Maria
74 Geralda Vilela Ribeira, que é da Secretaria Estadual de Educação, que também
75 aposentou, do Júlio César de Oliveira, ele está em motivo de trabalho, do Instituto
76 Sacramentinos, José Henrique Rodrigues - ele deixou de ser assessor do Secretário de
77 Estado, que é da Secretária Estadual de Fazenda. Tem outros conselheiros suplente que
78 não foram convocados. Em relação a apreciação da pauta e inclusão de pontos, o Volney
79 sugeriu, antes de passar para o Volney, eu queria, talvez não, pedir, mas pra gente
80 chegar no consenso de que, se vocês observarem, a gente está com a nossa pauta bem
81 cheia e lembrar da nossa última reunião que a gente acabou depois, no final da reunião,
82 alguns tendo que sair e acaba a gente perdendo quórum até, e a gente precisando tocar a
83 pauta. Nessa reunião de hoje, eu queria pedir o seguinte, se caso for contemplado na fala
84 um do outro, que a gente avance, pra gente não perder tanto tempo, pra não prejudicar o
85 ponto de pauta que está mais por último. Está compreendido? E aí, a gente, se precisar, a
86 gente libera um tempo de fala para cada um, para nenhum conselheiro ter prejuízo do
87 objetivo que queria expressar, ou falar no decorrer de cada ponto de pauta. Pode ser?
88 Volney, por favor. **VOLNEY** – queria fazer uma inclusão de pauta, sobre uma violação de
89 direitos, que foi veiculada pela imprensa na cidade de Conceição do Mato. Dentro,
90 inclusive, mandei para todos os conselheiros, via e-mail. **MARIA ALVES** – Isabela.
91 **ISABELA** - é queria, também, pedir um ponto de pauta, em nome da comissão de
92 monitoramento do PCH Fumaça. **MARIA ALVES** – mais algum conselheiros, quer fazer
93 inclusão de ponto de pauta? Então, se é de acordo de todo mundo, os dois pontos de
94 pauta podem ser considerados aceitos? Então, no caso da nossa pauta hoje, a gente tem
95 na sequência os informes, a gente tem a discussão sobre a comissão eleitoral, a relatoria
96 de processo das usinas, também a distribuição de processos, planejamento do CEAS.
97 Depois, na sequência, o almoço. Em seguida, a gente retorna os trabalhos, à tarde, com a
98 discussão da Conferência Estadual de Assistência, e trazendo a questão da nossa
99 participação, da nossa presença, nas demais conferências do Estado. Depois o programa
100 mais educação e serviço de convivência, que vai ser apresentado a discussão pelo
101 pessoal da secretaria que, inclusive, eu queria fazer a sugestão que (... Ela sugeriu pra
102 gente que devido, anteriormente, à proposta, que isso seria apresentado na parte da
103 manhã, mas aí a gente deixou na pauta na parte da tarde, e nesse horário, às 14hs, ela
104 não poderá estar aqui. Aí, o pedido de sugestão é que a gente faça uma inversão de
105 pauta. A gente sobe o ponto de pauta, que está na sequência, que é da apresentação dos

106 serviços regionalizados, e, logo em seguida, volta com a situação da educação. Todo
107 mundo concorda? Ótimo! E depois tem a discussão das comissões e proposta para
108 discussão, que inclusive foi traga a partir da discussão da mesa diretora, e 18hs
109 encerramento. É a tentativa que a gente possa, pelo menos, encerrar realmente às 18hs
110 Tá certo? Alguém tem algo a acrescentar? (falas ao fundo) às 16hs (falas ao fundo) Aí, o
111 mais educação, seria às 16hs. (falas ao fundo), sim. Em relação a isso, acho que era isso.
112 Então, vamos passar para os informes, Volney é o primeiro. **VOLNEY** – Bom, eu estive na
113 reunião da CIB, né? Então, é com relação a proposta da regionalização do serviço de
114 proteção social especial, de média e alta complexidade, né, em função de vários eventos
115 que aconteceram nos municípios no ano de 2015. Então são várias conferências:
116 conferência de assistência, da criança, né, processo eleitoral também. Então, está sendo
117 sugerido que essa agenda para discutir a regionalização, que ela aconteça junto com as
118 conferências regionais. Né? Então, tá sendo essa proposta da CIB. É houve também, foi
119 falado apresentação do diagnóstico da situação do co-financiamento da política, que é o
120 piso, né? Então, foi informado que o Estado, ele está propondo um decreto aí, pra efetuar
121 e acertar o pagamento de 2014. Esse decreto está sendo estudado ainda, pra que
122 aconteça esse acerto aí. Inclusive, o secretário de Estado já esteve também no Tribunal
123 de Contas do Estado, para não ter nenhuma dificuldade com relação a isso aí. Então,
124 basicamente, foi isso. **MARIA ALVES** - Em relação ao informes que o Volney traz,
125 alguém quer tirar dúvida, fazer algum comentário? Isabela. **ISABELA** – só pra
126 complementar, teve aprovação de uma resolução da CIB, que foi sobre o desenho da
127 regionalização, que vai ser o ponto de pauta que a gente vai tratar na parte da tarde. A
128 CIB aprovou, e mandou para o CEAS deliberar. **MARIA ALVES** – Ronaldo. **RONALDO** -
129 é Volney, você colocou que está havendo essa discussão para esses decreto sobre o
130 acerto do piso mineiro. Há uma previsão do Estado pra isso? **VOLNEY**- essa data não foi
131 dada ainda, porque vai depender ainda da elaboração do decreto. **MARIA ALVES** – mais
132 alguém ou podemos passar pra frente? Ok! Então, o próximo conselheiro vai fazer
133 informe, é a Consolação - a nossa secretária executiva. **CONSOLAÇÃO** – é, a Simone
134 pediu que fizesse, seria ela que faria o informe, mas como ela está na parte da manhã
135 com exame - consulta médica, por isso estou fazendo os informes. Mas, à tarde ela
136 estará aqui. A reunião regional acontece semana que vem, a gente fez a inscrição, a
137 princípio, de quem confirmou no tempo certo. Né que a gente estipulou que desse o
138 devido retorno pra inscrição, e então, depois, se os conselheiros tivessem dúvida, eu
139 gostaria que verificasse até com o Ângelo. A gente pode recuperar a lista aqui. O CNAS
140 informou que tiveram 45 inscritos prévios, e houve uma pequena adesão dos conselhos
141 estaduais, e isso até analisando em virtude das grandes agendas que aconteceram tudo
142 no mesmo período, que foi a reunião de ontem, que foi ampliada também sobre
143 conferência. Aí, então, tem essa regional e vai ter reunião na outra semana, seguida
144 dessa regional, que é a reunião do CONGEMAS, do colegiado nacional. Então, acredito
145 que todas essas as despesas, como correm por conta dos municípios e do Estado, isso
146 acredito que possa ter interferido um pouco nessa questão dessa participação. Houve
147 também, vai ter a participação da coordenação do bolsa família, que isso é até uma
148 diretriz agora nacional, que participe de todas as reuniões do conselho nacional, a
149 secretaria SERMA, esqueci a sigla dela. Que a outra secretaria da segurança alimentar,
150 não é segurança alimentar! É segurança alimentar, que está junto com o Ministério.
151 SENARC, isso - ela também vai estar presente em todas as reuniões regionais do
152 conselho. Como, em sobrou, a gente estava fazendo a previsão de 90 pessoas e tendo
153 vaga em função dos inscritos, e já tinha sido deliberado por esse conselho, os critérios de
154 participação nós fizemos convites às uniões de conselho, e fizemos, também, aos
155 conselhos da região metropolitana. Por que? Está em cima da hora e é mais difícil das
156 pessoas virem. Se organizarem pra isso. Então foi passado e-mail, contatos por telefone
157 com essas pessoas, com os conselhos para que tivessem representação. No dia, essa
158 reunião vai se dar na Cidade Administrativa, na parte da manhã no dia 23, no auditório

159 geral, Auditório JK. Aquele auditório grande. Na parte da tarde eles se divide em oficinas
160 de trabalho. A primeira oficina, ela chama, vai falar sobre controle social, mecanismo
161 mobilização de participação para usuários, trabalhadores e entidades do SUAS, e
162 processo de interação e integração, e gestão local. Inclusive, a pessoa convidada para
163 estar nessa mesa é a nossa vice-presidente Simone Albuquerque, e vai estar dividindo
164 essa mesa com outras pessoas que ela está convidando pessoalmente. Inclusive, no
165 segundo dia, o conselheiro Vinicius e o Sávio, secretário executivo de BH, dividem esse
166 tema, também na parte da manhã. Porque a oficina ocorre na parte do dia 23, e na parte
167 da manhã do dia 24, a segunda oficina é fortalecendo e aperfeiçoando competência,
168 estrutura e orçamento. Esse encontro é muito voltado para o controle social. Na parte da
169 tarde, como é prioritário para todos nós, e Estado, e Município e União, será falado sobre
170 conferência e o modelo, né? Eles vão falar um pouco sobre a conferência nacional. Então
171 é isso. E as oficinas vão acontecer no prédio Minas, uma no 9º andar, no auditório que
172 tem 9º andar, e a outra no 14º andar em duas salas, que a gente conseguiu pra que
173 comportasse 50 pessoas cada uma. O final da oficina, todos se juntam nessa outra sala
174 do 9º andar também. Vocês irão receber a programação. Lá na hora do evento, com toda
175 essa explicação. **MARIA ALVES** – Marta. **MARTA** – Consolação, você acha que nessa
176 oficina da conferência o Sinésio vai abordar o tema que a comissão de política abordou,
177 que é do monitoramento das deliberações a metodologia? Pra ficar contemplado o que a
178 comissão já tinha encaminhado de solicitar. **CONSOLAÇÃO** – na reunião de ontem, a
179 gente, inclusive eu tive a oportunidade e fui fotografando pra ser mais rápida, porque eu
180 não sei quando eles iriam encaminhar as laminas pra gente. De já fotografar, pra vocês,
181 toda a parte que eles já fizeram metodológica de análise. Então já estou trazendo esse
182 material, como que fez, tem uma síntese. Isto aqui já está, porque, em verdade, é o
183 conselho nacional. Vou deixar para o informe da comissão. A presidente vai falar do
184 informe lá. Só pra concluir isso. Eles estão trabalhando todo o plano decenal como um
185 todo, não só a ultima conferência. Então é só isso já deu uma, e eles corrigem o
186 processo, depois eu passo pra vocês. **MARIA ALVES** – Ronaldo. **RONALDO** - eu havia
187 entendido, na última plenária, que aconteceria em horários diferentes as oficinas, até por
188 se tratar de assuntos diferentes, ainda que seja controle social. Mas, realmente, vai ter
189 que optar por uma ou por outra, porque vai ser concomitante. Isso eu não entendi?
190 **CONSOLAÇÃO** – a metodologia, em verdade, como estava explicando isso pra gente no
191 dia, né? A gente não teve acesso a toda a metodologia, tivemos acesso a informação
192 quem vem. Acredito que ele vai dar oportunidade para todo mundo estar trabalhando os
193 dois temas, porque está dividido, na parte da manhã e tarde. Mas são com grupos
194 menores, 50 e 50. **PATRICIA** – o que acontece Ronaldo, é que, no dia, um grupo fica em
195 uma oficina, e de manhã ele vai ficar numa outra oficina, de forma que você está sendo
196 contemplado nas duas oficinas. **MARIA ALVES** – mais alguém quer tirar dúvidas sobre
197 algo que a Consolação trouxe? Então, podemos avançar? Nossa próxima conselheira é a
198 Lúcia. Por favor! **LÚCIA** - é, nós tivemos na semana passada, sexta-feira da semana
199 passada, reunião do COGEMAS, e foi uma mesa importante e que vai ter, em algum
200 momento aqui no CEAS, nos também vamos ter que conversar sobre isso. O tema foi,
201 companheira do MDS, veio nos apresentar as questões do cadastro nacional, lincado com
202 o novo marco regulatório da sociedade civil, das entidades da sociedade civil, com o
203 estabelecimento de parceria com o poder público. Então, vários aspectos foram
204 levantados com os gestores que tem implicação no inicio dessa legislação. Existe uma
205 tentativa ainda de ver, se, se consegue postergar o inicio da vigência da lei, que está para
206 Junho, Julho. Mas as opiniões são divididas, se isso vai ser acatado do ponto de vista
207 legislativo. Algumas preocupações que foram colocadas, mas a principal dela, que tem
208 haver com o conselho, porque muitos municípios têm feito a contratação de recursos
209 humanos por meio de entidades. Então tem vários arranjos pelos municípios,
210 considerando a responsabilidade fiscal, que nem sempre o município consegue, dentro
211 dos parâmetros que ele tem, que cumprir a responsabilidade fiscal. Ele não consegue

212 manter todo o quadro de recursos humanos necessário. E a questão principal para isso, é
213 porque você vai ter que realizar um chamamento público. Então, fazer um chamamento
214 público pra uma entidade nessas circunstâncias, em que o objeto principal da parceria é a
215 garantia de recursos humanos, então isso está preocupando bastante a vários gestores.
216 Existem outras questões que foram levantadas por outros gestores, mas que é, existem
217 pequenas brechas. O fato do nosso serviço na assistência ser de natureza continuada,
218 mas, tem em um dos artigos, tem uma brecha que dá para trabalhar. Mas eu queria deixar
219 uma sugestão, se os membros desse conselho têm conhecimento da lei 3019? E se não
220 tem, eu acho que é importante que a gente se aproprie. Que todos os conselheiros se
221 aproprie. E essa lei terá, certamente, impacto na execução da política de assistência. A
222 outra, isso só bem resumido, a outra grande questão - o secretário foi até o COGEMAS
223 para conversar com os gestores sobre a questão do piso mineiro, e colocou de relevo
224 duas questões, que eu acredito que ele vai, quando da solução, ele vai informar a esse
225 conselho também. O que ele colocou é que tem uma questão jurídica. O Vinicius, na
226 última plenária, deixou aqui e ele aprovou o encaminhamento à SEDESE, da solicitação
227 de revogação da portaria, né? E tem algumas questões jurídicas em torno deste
228 procedimento. Por que, aqueles municípios que foram é como fala, que foram, tô
229 procurando a palavra, que foram penalizados com essa portaria. Em tese seria uma
230 situação dada e resolvida. Então, do ponto de vista jurídico tem que se procurar um
231 caminho, porque não há concordância dos gestores com a legitimidade daquela resolução
232 58. Não é isso, e que a dívida de setembro a dezembro está sendo encaminhada e estão
233 sendo buscados os meios, para que, efetivamente, o Estado possa ressarcir os
234 municípios. A resolução resolve de janeiro a agosto, agora setembro não foi pago, pra
235 ninguém. Setembro, outubro, novembro, dezembro, não está dentro da resolução e
236 realmente não foi pago. Basicamente foi isso, né? O orçamento tinha sido aprovado, mas
237 não foi ainda liberado para as áreas. Não sei se já foi. Marta, já foi? Porque até na reunião
238 do COGEMAS, ele falou, olha, foi aprovado, a gente conseguiu uma recomposição do
239 orçamento da SEDESE para fazer face ao piso mineiro, mas ainda não tinha sido
240 completado todo o trâmite que tem que existir até a posse do legislativo. Mas ele ficou
241 com os gestores de retornar, e dar todos os informes daquilo que foi possível, do ponto de
242 vista jurídico solucionar. Basicamente isso. **MARIA ALVES** – Rodrigo. **RODRIGO** – é só
243 fazendo um complemento na fala da companheira Lúcia, do marco regulatório do terceiro
244 setor. A comissão de normas deste conselho, ela já está tratando do assunto, e na
245 plenária passada a comissão apresentaria no seu planejamento esse ponto, com um
246 prazo de execução imediata, uma vez que a lei vai funcionar mesmo daqui uns meses.
247 Mas assim, é só a título de informação também, já existe um estreitamento do governo de
248 estar buscando, esse governode Minas, de estar buscando um diálogo com diversos
249 setores? Então a gente está acompanhando aí, e já tem notícias que o secretário André
250 teve com o pessoal do TCE de Minas, pessoal do COGEMAS, e Assembleia também, e
251 que para os demais conselheiros é o texto, é um texto que está aí. Mas existe alguns
252 pontos obscuros, devido a possibilidade de alteração nos seus artigos, e não são poucas
253 que a gente sabe, a gente tem representantes lá no nacional, que estão acompanhando e
254 repassando essas informações pra gente, mas enfim nós estamos acompanhando e mais
255 uma informação também, ontem a gente teve com o pessoal da central de convênios e
256 assessoria jurídica da SEDESE, que está tratando desse assunto com bastante cautela,
257 carinho, e tentando estreitar mesmo os possíveis desdobramento, os possíveis problemas
258 que possam vir a chegar próximo do nosso usuário, que a gente não quer ver
259 descontinuidade do serviço de forma alguma. Mas é isso que a gente tem pra trazer pra
260 vocês, e vai aparecer, no ponto das normas, esse ponto que a gente está já
261 acompanhando com a atenção. É isso. Obrigada. **LÚCIA** - Tem uma questão na 13019, já
262 que a comissão vem discutindo e não coloquei no COGEMAS, que realmente as questões
263 elas acabavam, não que não sendo importantes, mas tomava um viés de discussão
264 diferente. Agora, a gente sabe que alguns municípios já tem a prática de realizar o

265 chamamento público por meio do controle social, por meio do conselho e, no caso da
266 legislação, na composição da comissão que será avaliadora, é, o conselho está fora, a lei
267 não prevê a participação do controle social no processo, acho que isso, para em termos
268 do controle social, é uma perda. Ah, todo o processo fica no âmbito do executivo. Essa é
269 uma questão, que talvez valesse a pena levantar a discussão também. **MILA** – SEPLAG –
270 só a título de informação é, ontem ou anteontem, foi aprovado o valor de janeiro a março
271 para os municípios - o valor de 13 milhões, se não me engano, a gente já aprovou a
272 primeira cota. **RONALDO** – com relação ao piso mineiro, nós tivemos momentos no início,
273 e agora com a Lúcia, através do COGEMAS, e na última plenária foi, realmente,
274 deliberado que fosse revogada toda a resolução, e, pelo que eu entendi, o governo está
275 se esforçando no sentido de contemplar os atrasados, mas então seria uma parte dessa
276 resolução. Então, nós continuaríamos com os municípios penalizados, como se daria
277 essa continuidade, como se cobraria os que tinham receita na conta, né? Então fiquei
278 sem entender. Não sei se isso foi discutido de forma mais detalhada no COGEMAS.
279 **LÚCIA** – a informação, Isabela vai esclarecer melhor, Ronaldo. A informação repassada
280 no COGEMAS é que como tem um ato jurídico que é a resolução. Ela pode até ser
281 revogada hoje, mas não significa que vai retroagir nos atos praticados, entendeu? Por
282 isso que é um pouco mais complexo, que simplesmente revogar. Lei é assim entendeu?
283 Os atos não retroagem. Mas deixa Isabela complementar. **ISABELA** – o que está sendo
284 analisado é, justamente, isso que a Lúcia falou. Só pra esclarecer que a resolução, ela
285 gera dúvidas em relação à vigência, que tem interpretações, que é um dos pontos que
286 está sendo discutido. Porque a suspensão está lá com base no saldo das 8 parcelas, está
287 claro que é de janeiro a agosto. Agora lá fala também da questão do SIM SUAS - existe
288 um decreto também, que já é nosso decreto do SISFAF, que é decreto de 2007, que foi
289 alterado em 2010, que prevê a suspensão do recurso com base no preenchimento, ou
290 não, do SIM SUAS. No caso do não preenchimento pode ser suspenso, implicará na
291 suspensão o decreto, fala assim. Além disso, está sendo discutido e analisado,
292 juridicamente, qual é o procedimento correto a ser tomado nesse sentido. Mas, setembro
293 a dezembro não entra na resolução nessa parte do saldo, entendeu? A dúvida que fica
294 pra setembro a dezembro, o preenchimento do SIM SUAS. É isso que está sendo
295 discutido. Essa que é a proposta do decreto, que foi feito, já foi encaminhado na Casa
296 Civil pra análise e publicação posterior. Mas para tentar tirar essa cláusula do decreto, de
297 fundo a fundo, de Minas Gerais, que coloca um impeditivo e uma condicionalidade
298 burocrática, está vinculando monitoramento a questão do financiamento são dois pontos
299 importantes, que não necessariamente uma coisa tem, que está penalizando a outra.
300 Essa foi a primeira discussão feita. A segunda, e em relação a análise da resolução 58 e
301 as implicações dela, o que está valendo, o que não está. Se revoga, retroage, ou não
302 retroage, isso que a Lúcia colocou. **PASCOA** – E o André, também, deixou bem claro que
303 ele iria estar cuidando agora dos repasses, de janeiro pra frente. E esse que ficou
304 atrasado, que tem essa questão toda legal, que ele vai estar discutindo. E pra gente é um
305 folego muito grande, e os municípios não dá conta mais. Vim aqui, até um pouquinho
306 doente, para falar disso. A gente não tem mais saída. Então, quando se cobra ações
307 continuadas da assistência social, tem que ter o repasse continuado também. Tanto o
308 piso mineiro, quanto os recursos do governo federal, nós estamos setembro, outubro,
309 novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março sem repasse. O último repasse que meu
310 município recebeu do governo federal foi agosto e setembro. Em fevereiro, repasse pelo
311 PAIF, e agora a gente recebeu a parcela atrasada do fortalecimento de vínculos,
312 município de porte 1. É o que eu defendo aqui, nós estamos ficando sem saída. Não
313 adianta falar, Juanita sempre me cobrava, e principalmente comigo, ela jogava muito isso
314 sobre mim. A responsabilidade do município que se habilitou, mas não é não. Não é não,
315 quando você vai conversar com o prefeito, ele fala, assim, olha, não tem recurso federal,
316 estadual e não tem recurso vinculado para a assistência social não. Então, não tenho
317 dinheiro e não tem como, e eu, sinceramente, se não houver um repasse, nós vamos ter

318 que fechar a porta, não tem mais saída, eu pago uma profissional. Vocês pensem bem, o
319 que é do PAIF, 4000 reais, 60% deste recurso para pagar profissional, o que você paga?
320 Aí, você faz um plano e acredita no piso mineiro, e eu pagava uma assistente social com
321 o piso mineiro. E além de não ter o repasse. Eu perdi, porque não tinha dinheiro, não
322 recebi. Tá faltando setembro, outubro, novembro, janeiro, fevereiro, março - como é que
323 vou fazer, né? E aí, é muito complicado, porque quando se fala que estamos garantindo
324 direitos, nós não estamos garantindo direitos dos nossos profissionais. Eles vão ter que
325 ser demitidos, não tem dinheiro para pagar. Minhas contas estão zeradas, não fiz
326 inscrição para a plenária, estou com problema de saúde. Acho que é, vou até dividir com
327 vocês, vou até dividir com vocês, estou com stress total, estou com alopecia, to perdendo
328 todo cabelo da cabeça. Ontem eu fiz um tratamento, um procedimento 36 injeções na
329 cabeça, por causa do meu trabalho, e aí eu fui em uma reunião das APAES, e aí o
330 Eduardo Barbosa fala lá que os municípios têm 200 milhões nas contas, para estar
331 injetando nas APAES, ainda balançava o papelzinho que o André falou. Só que, assim, o
332 André falou isso mesmo, ele falou isso pra gente. Ele e Juanita falou como uma solução
333 para as APAES. Vocês precisam e vão ver o que a APAE do meu município fez comigo.
334 Sabe, é, eu falei pra ele, sou representante do conselho municipal, eu tenho que rezar
335 para ele poder vir, então ele não sabe da situação. A coisa está ficando difícil, não só a
336 falta de dinheiro, mas a pressão que a gente tá sofrendo. De todos os lados, eu fico muito
337 decepcionada. Estou muito decepcionada com o Ministério, queria que a Simone
338 estivesse aqui porque acredito muito nela, ela é honesta, é uma professora que sempre
339 teve, eu como militante, estudante da PUC, fui militante, amo Patrus Ananias, amo André
340 Quintão, só que, assim, a minha decepção com esse governo é muito grande. Quando se
341 fala em garantia de direitos e quando a gente vê. Eu não consigo mais assistir televisão,
342 chega um ponto que eu não dou conta. Ontem comecei a ver o jornal e começou a passar
343 os débitos do Ministério, movidos os programas do Banco do Brasil, BNDS, Caixa
344 Econômica, porque aí eu penso assim, qual vai ser o impacto disso na gente? Não tem
345 como mais impactar. Vocês que vão nessa plenária, né Consolação, que sei lá, faça uma
346 monção de repúdio, faz alguma coisa, porque os municípios de porte 1, de toda a minha
347 região, liga toda dia, e aí, o conselho falou alguma coisa? A CIB falou alguma coisa? A
348 gente liga no Ministério, não tem resposta, não tem uma previsão e nem uma perspectiva.
349 Agora, cobrança é todo dia. Vocês viram? Demonstrativo para prestar conta, chegou no
350 meu e-mail dia 10 para estar pronto até o dia 31. E aí uma confusão que existe dentro das
351 prefeituras por falta de recursos. É uma dificuldade, senta na frente de um computador,
352 quer dizer, a gente tem mais ou menos, mas a gente tem que sentar. Porque um centavo
353 de diferença é ofício para o prefeito, ofício pra gente, todos os dias as cobranças estão
354 regulamentadas, elas vem todos os dias no nosso e-mail. Agora, a falta de recursos vai
355 imobilizar sim os nossos serviços e nossas ações, e eu não desisti ainda da minha
356 profissão porque eu estou aposentando, porque amo ser assistente social, porque se não,
357 já tinha desistido. Agradeço a todos e desculpa pelo desabafo. É uma orientação da
358 minha médica, não fico mais calada. **PATRICIA** – eu acho que deve ter acontecido algum
359 mal-entendido em relação na questão do Eduardo Barbosa, e essa questão da Juanita.
360 Em relação ao dinheiro da APAE, foi uma teleconferência que a Federação fez para as
361 APAES, né? Eu estou falando que deve ter tido um mal-entendido, até do próprio Eduardo
362 Barbosa e da Juanita, porque os 200 milhões, estamos sabendo que foi o piso mineiro de
363 todos os municípios que estão barrados, é o dinheiro todo que o Estado perdeu, e que o
364 André Quintão está tentando reaver. Não quer dizer que esse dinheiro é para as APAES -
365 é para os municípios como um todo, e também para as ações que vão ser executadas,
366 pelo município, na política de assistência social. **PASCOA** – eu devo receber o material, e
367 faço questão de passar para a presidenta depois. **ISABELA** – só um esclarecimento, por
368 que, na verdade, a questão dos 200 milhões de reais, que é o dado que o secretário tem
369 falado, são recursos do piso mineiro e do governo federal que estão juntos somados: são
370 20 milhões do piso mineiro, 180 milhões do governo federal, de acordo com o saldo

371 identificado nas contas em 31 de dezembro de 2014, que são recursos que estavam
372 parados, até 31 de dezembro, porque hoje estamos em abril e pode ter mudado né, mas
373 que estavam parados nas contas dos municípios sem aplicação. Então, são recursos pra
374 a política de assistência social, que também tem uma certa vinculação. No caso do
375 governo federal estar somando serviços, está sendo inserido o dinheiro que é para o
376 PAIF, que para o PAEF, que ele está somando IGD. Ele está somando programas, pet,
377 SIM SUAS, é todo os recursos parados em conta e o piso mineiro, que é destinação de
378 serviços. Então assim, a questão que o secretário trás pra gente refletir da necessidade
379 de utilizar bem esses recursos, e mostrar que a assistência social precisa de mais, porque
380 o retrato de recursos parados em conta, pra gestores que não tem recursos vinculados
381 em conta e não tem, passa a impressão que a assistência social não está precisando.
382 Não é o caso de todos os municípios. O secretário sempre toma muito esse cuidado. Tem
383 municípios que tem dificuldade de gestão orçamentária e financeira por vários motivos,
384 que também não são únicos, e a questão da regularidade do repasse foi uma das
385 questões que ele levantou. A gente sabe que dificulta a aplicação dos recursos, e a gente
386 sabe que tem prefeitos que, deliberadamente, está fazendo caixa com os recursos da
387 assistência social para o ajuste fiscal, no final do ano. Então, pra cada tipo de caso, a
388 gente está elaborando, na SEDESE, um plano de assessoramento técnico, que a nossa
389 intenção é fazer um diagnóstico, um levantamento para entender a situação desses
390 municípios que estão com recurso parado em conta, qual é a especificidade de cada um,
391 para que o plano de assessoramento venha de encontro a cada um. Essa é uma decisão
392 política do prefeito - como vamos poder ajudar? Se é uma questão de não saber como
393 gastar o recurso, é contador que não deixa, nesse sentido. E então, em relação aos 200 é
394 isso. Agora só em relação comentar viu Páscoa? É muito importante você trazer o seu
395 depoimento, entendeu? E acho que pra gente aqui no conselho, pra mim como
396 conselheira e como SEDESE, é muito importante, assim a gente ter esse feed back e ter
397 as informações para levar mesmo, ter muita coisa para levar mesmo. E acho que muita
398 coisa já está sendo considerada, mas acho que quem está no município, os gestores são
399 muito corajoso. Pode ter certeza que a gente tá correndo atrás. Não desiste não,
400 continua. **PASCOA** – sabe, o que fiquei muito assim aperreada com essa reunião? Por
401 que ele foi lá falar isso, eu falei não, mas a gente não tem isso expliquei, mas sou que
402 tinha essa reunião, falei então vou me inscrever e fui, fui lá em Itaúna, porque as
403 teleconferências, as apresentações, seriam tele presencial e cidades. Ô gente, e foram
404 vários. Tinham uns povos atendendo todos os municípios. O negócio começou era 1 hora
405 da tarde e acabou 5 horas da tarde. E videoconferência mesmo, as pessoas perguntando
406 com resposta. A situação que eles colocaram os gestores, vocês não imaginam. Então,
407 quanto a questão do CNEAS, a Juanita jogava tudo em cima da gente, olha esse recurso
408 é do gestor, ele que tem que ter resposta. E isso e aquilo, e, aí, isso me deu assim, fiquei
409 assim, muito chateada porque não houve treinamento. A Ana Paula falou no COGEMAS
410 que não houve treinamento para os gestores, porque a SEDESE não aceitou, não foi isso
411 e estou enganada. Ela falou isso lá. Que não houve treinamento para os gestores do
412 Estado de Minas Gerais. Ela falou isso lá, que o único Estado que não aceitou o
413 treinamento foi o Estado de Minas Gerais. E a Juanita chega lá e fica empurrando isso
414 tudo na gente, e foi muito dura, e o Eduardo Barbosa, ele frisou duas vezes, e desses
415 recursos todos que a gente tem, o único que a gente poderia está repassando.
416 Repassando não! O único que as entidades poderiam é prestar o fortalecimento de
417 vínculos. Agora nós municípios pequenos, porte 1, o único recurso maiorzinho que a
418 gente tem é o fortalecimento, que não dá para dividir. O recurso da proteção básica, não
419 estamos trabalhando a proteção básica. Lá que eu senti aquela pressão mesmo do
420 gestor, que o gestor é o vilão, é o culpado de tudo que está acontecendo. E deixo tudo
421 isso aqui, até para uma questão de esclarecimento mesmo com o próprio deputado.
422 Acredito que ele precisa de uma nota de esclarecimento, que o que ele fez foi uma
423 política muito suja e muito barata. **PATRICIA** – pelo que eu entendo, é que ele levantou

424 que as prefeituras têm recursos a receber, e que as APAES, elas também podem
425 executar alguma atividade, não entendi, como se fosse que aquele recurso seria
426 repassado obrigatoriamente às APAES, é que as APAES poderiam se oferecer para
427 receber determinados serviços, nesse sentido. Em relação ao CNEAS, o que está
428 acontecendo é que nas APAES de municípios de pequeno porte, a prefeitura, ela não
429 está tendo entendimento que ela tem que procurar as instituições que estão na rede, e aí
430 elas não estão procurando as instituições. Então, está pedindo as instituições para
431 procurar o gestor, para que também faça parte do CNAES. **MARIA ALVES** – Marta pediu,
432 ela será a última para falar sobre esse assunto. (fala ao fundo) e inclusive ela, sim e a
433 gente já dá um toque na Consolação que na última reunião a gente propôs a revogação
434 da Lei que Lúcia começou a falar, e a gente precisaria aguardar até a próxima plenária
435 para ver até que ponto isso se encaminha. Acho que a gente pode fazer nesse momento.
436 Agora, sobre essas questões, antes de passar para a Marta, todas essas questões, acho
437 que isso, de uma certa forma, vem nós dar a clareza da necessidade que a gente precisa
438 garantir esse debate da assistência para além dos espaços da assistência. Mas, com
439 conhecimento total do conjunto da sociedade, acho que a conferência vem, inclusive, com
440 esse desafio. Mas dizer para a Maria Páscoa, que ela, você pode ficar tranquila, é um
441 direito, um espaço do conselheiro, é um direito, e como você citou como referência a
442 Simone, e o fato dela não estar aqui, ela estará na parte da tarde. Mas acredito que a
443 Simone terá o maior prazer de discutir com você sobre essas questões, até porque acho
444 que o nosso papel como conselho, de agora pra frente, como anterior, a gente tentou da
445 melhor forma possível. É valorizar e potencializar tanto os trabalhadores e os usuários da
446 assistência, em algum momento, talvez a gente tenha equivocado, mas a gente talvez
447 teria equivocado no geral como um todo. E de agora pra frente a gente vai querer garantir
448 os mesmos direitos de tanto dos trabalhadores, do usuário, e fazer qualquer aquilo que é
449 de direito da assistência e direito de fato. Então você pode estar tranquila, que realmente
450 você deve está falando no lugar certo. Então não fique com consciência pesada. **MARTA**
451 – só pra fechar mesmo, é porque foi buscar algumas informações na SEDESE, e trazer e
452 tranquilizar. É de conhecimento de todos o que o governo do Estado fez em relação às
453 suas contas, a gestão. Isso foi amplamente divulgado né, o esforço do governo do Estado
454 em colocar em dia todas a sua situação orçamentaria e financeira, e a Mia, da SEPLAG,
455 tá dizendo que está fazendo esse esforço junto com a SEDESE. Ela descentralizou uma
456 cota orçamentaria, que é possível pagar alguns meses: janeiro, fevereiro e março de
457 2015, mas agora a gente precisa do financeiro para poder fazer o processo de
458 pagamento. Então, o que a equipe da SEDESE está fazendo? Tem uma equipe buscando
459 junto à Secretaria da Fazenda, a disponibilização da cota financeira, e a equipe da
460 SEDESE está trabalhando para organizar o sistema, abrir o sistema, havendo a cota
461 financeira já está tudo organizado e engatilhado para começar a processar o pagamento
462 dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2015. Toda a outra situação dos valores
463 anteriores. Já conversamos um pouco aqui, já fez um balanço né, é na última plenária.
464 Mas também a gente pode continuar conversando sobre isso. Mas, pra trazer as
465 informações mais frescas, e atualizadas, e confirmar que é uma orientação do secretário
466 André, da Subsecretária Simone, e da Secretária Rosilene, né. É que a SEDESE tem a
467 função a questão dos recursos parados na conta. Parados, abramos aspas. A SEDESE
468 tem a função, a princípio, de prestar assessoria aos municípios, para a gente buscar
469 resolver esse tipo de situação. Isso é uma meta do secretário André, da gente. O Estado
470 também não pode, tem que ter um bom desempenho da execução orçamentária e
471 financeira, assim como os municípios. Todo mundo tem que ter esse bom desempenho.
472 Então, é uma diretriz do secretário de que a SEDESE se esforce no sentido de prestar
473 todo apoio de que os gastos públicos se dê de forma ordenada, regular, e que não
474 prejudique, o que nós não queremos, que são os serviços. Obrigada. **MARIA ALVES** –
475 que bom que a SEDESE está com essa meta. Inclusive o secretário André trás isso como
476 ponto forte, porque acredito que o conselho, nosso também, inclusive na reunião passada

477 isso ficou muito claro, que a gente terá como principal meta essa cobrança permanente,
478 até porque discutimos sobre essas situações na plenária passada. Mas como eu já falei
479 da proposta de encaminhamento, de acordar até a próxima plenária, o que a Lúcia trouxe,
480 a gente pode tocar pra frente, seguir a nossa pauta aqui. É agora, é comigo, sobre a
481 nossa atividade em Brasília, que foi a reunião ampliada do Conselho Nacional. Eu queria,
482 inclusive, pedir ao Vinicius, que é do conselho de Belo Horizonte, que estava lá também
483 participando, que a Consolação, que eles possam ajudar aqui a passar os informes, até
484 porque, eu e a Consolação, não conseguimos ficar até o final da atividade. Então o
485 Vinicius pode nos ajudar muito, tendo em vista que ele ficou até.... **MARIA ALVES** – a
486 decisão, eu acertei muito decidir que iria, tendo em vista que a gente já teria a reunião das
487 comissões aqui. Primeiro porque, sendo bem sincera aqui com vocês, nesse lugar que
488 estou aqui hoje, não o lugar de conselheira, mas o lugar da presidência que me deu muito
489 medo na reunião passada, e eu vim com essa preocupação, porque esse espaço a gente
490 fala de um público que, muitas das vezes, esse público não conhece muitas das vezes a
491 política da assistência. Esse público não tem o mínimo de conhecimento sobre o sistema
492 de assistência social, muito, ou a grande maioria, sabe, sequer, que existe um conselho
493 estadual que reúne, sabe, sequer, defender os seus direitos. Isso me gerou muita
494 preocupação, e eu fiquei esse mês todo muito preocupada com isso, tendo em vista que
495 eu acarreto, trago comigo na minha história um peso muito grande, que é um peso de
496 alguém que, sabe assim, tem uma trajetória do público da assistência. Eu sou a prova de
497 um público prioritário da assistência, como é que eu faço isso valer como uma situação de
498 direito. Tô dizendo isso, porque a conferência, a discussão em Brasília, me alegrou muito
499 e estou conseguindo pautar para discutir, tanto nas conferências estaduais, questões
500 como povos tradicionais, questão, hoje, do acesso ao público rural e urbano, que era,
501 inclusive, um dos meus maiores sonhos, que a assistência social conseguisse ter na sua
502 pauta cotidiana o desafio do público do campo ter acesso a ela. E a conferência nacional
503 trás esse desafio, para que a gente possa estar discutindo nas diversas conferências. E
504 isso, pra mim foi muito bom estar lá, e eu queria de certa forma, trazer isso com vocês,
505 porque quando eu falo que sou do público prioritário, porque eu me pego muitas vezes
506 tendo a prova de como é desafiador. É, veja bem, sou filha de mãe solteira, que tem três
507 filhos, o três de homem casado, que o pai vovô expulsou mãe fora de casa, ela teve que
508 se virar para criar nós, ela não deu nós para ninguém, ela se virou para cuidar de nós. Ela
509 é viva até hoje, e ela conseguiu fazer com que a gente fosse, segundo a sociedade,
510 pessoas de bem, pessoas que não pegou o sofrimento para roubar, matar, ou vice e
511 versa, a gente pegou os nossos desafios para poder fazer valer o acesso aos nossos
512 direitos. Eu sou rural, quilombola, mulher, negra, e que passou por um processo de
513 acesso à escola, em um projeto que o Brasil não tem noção do que significou, que foi
514 caminho para a cidadania e acertando o passo, eu carreguei isso nas minhas costas, esse
515 desafio. A Conceição começou a conviver comigo mais de perto, sabe o peso que isso
516 significa pra mim, mesmo que como tendo feito graduação, como vocês já sabem, tenho
517 passado por um processo de graduação, mas é justamente nesses espaços que tenho
518 certeza que a minha trajetória é a marca disso, a marca da desigualdade, a marca da
519 busca de fazer com que a pessoas sejam trazidas muitas vezes a qualquer custo. Quando
520 a gente lança um projeto acertando o passo e caminho da cidadania, pra tentar acabar
521 com analfabetismo no Brasil, naquele momento, a ideia era que as pessoas passassem
522 na escola a qualquer custo, pouco se importava com a condição de acesso ao
523 conhecimento, que aquela pessoa estava tendo. Pouco se importava com a condição de
524 formar opinião daquelas pessoas, pouco era importando se aquelas pessoas poderiam
525 dar conta de fazer, inclusive, a discussão do desafio da sua própria realidade. E eu
526 carreguei isso comigo hoje, e por acaso vim parar nesse lugar. E fico pensando como que a
527 gente pode, nesse pouco tempo que a gente tem conseguir nesse espaço, potencializar
528 tudo que este conselho já fez historicamente, mas conseguir trazer essas questões que
529 são desafiadoras para o nosso cotidiano, e fazer com que esse conselho seja

530 reconhecido por quem está nesse lugar. Como é que a gente consegue, que dentro da
531 nossa conferência, a gente consiga trazer o nosso usuário, por exemplo, como sujeito que
532 possa opinar, possa propor aquilo que, muitas das vezes, a gente quer e tentar fazer por
533 eles, mas, às vezes, o que eles querem perpassa longe do que a gente acha que é o
534 melhor. Nem sempre o que a gente acha que é melhor pra mim, pode ser o melhor para
535 as pessoas de fato. E aí estou dizendo isso, porque numa plenária de mais ou menos 400
536 pessoas, em Brasília, nós estávamos com 25 usuários, e aí você tem a dimensão do
537 desafio que vamos enfrentar. E aí, assim, a Conceição alegou uma série de pontos, que
538 eu vou passar, para que ela mesma leia. Mas eu queria de uma certa forma, é trazer esse
539 sentimento aqui, de que lá, em Brasília, o que a gente fez foi de uma certa forma, e o que
540 pra mim, foi muito interessante, tá na discussão, que nós avançamos, que a política de
541 assistência social no Brasil avançou, e muito; Foi trazido, inclusive, o histórico de todas as
542 conferências, as pautas, de todas, que elas tinham, e o avanço que isso deu, e também
543 os desafios que ainda tem, que nós precisamos superar. Isso pra mim foi muito bonito, e a
544 gente precisa, e em partes, superar aquela situação de que a sociedade olha pra
545 assistência como espaço de assistencialismo, como espaço de cesta básica. Se como
546 cesta básica fosse resolver o problema das pessoas pra sempre. Infelizmente, isso tem se
547 pautado muito nos municípios menores. Nos grandes não sei dizer se é tanto, e nos
548 menores isso é com muita força. E a conferência ontem, em Brasília, trouxe esse assunto,
549 pra que nós possamos estar debatendo na nossa conferência municipais. Então, como
550 avançar nessa situação. Como conseguir que a assistência social seja vista como
551 garantia de direitos, e que as pessoas possam, inclusive, questionar a própria secretaria
552 de assistência social local, os próprios espaços de CRAS, e outros. Como é que a gente
553 faz que a política de CRAS, por exemplo, atenda de fato as comunidades rurais,
554 considerando que temos municípios no interior de MG, que tem comunidades povoado,
555 que fica 40, 80 km da sede dos municípios. E um exemplo que vocês querem aqui, que é
556 claro isso, o município de Mutum, que tem distritos que ficam a 80km da sede, então
557 como é que a gente faz para garantir que o ente da assistência atenda essas pessoas, a
558 não ser. meramente por exemplo, que elas tenham acesso ao cartão bolsa família, que é
559 um dos desafios que precisamos garantir também, fazer com que o programa bolsa
560 família não seja nos municípios, meramente, repasse de benefício, porque o programa é
561 muito mais do que isso. Ele é brilhante, e nós precisamos conseguir pautar isso, e veja o
562 programa como ele é, e não como as pessoas, na grande maioria dos municípios, vai lá e
563 pega o dinheiro, e pronto acabou. Os gestores municipais precisam garantir toda a parte
564 de formação de garantia de direitos que o programa, inclusive, garante junto com o
565 repasse do recurso. E, aí, a nossa secretaria nacional como desafio ??? me senti muito
566 feliz, talvez não, de hoje, estar nesse conselho. Talvez de ter a possibilidade de avaliar
567 que, nesse momento, a sociedade brasileira vai ter a oportunidade da gente conseguir por
568 isso, e acho que Minas não pode fugir disso. Nós precisamos aqui, a gente vai tá trazendo
569 ponto de pauta, fiquei inclusive muito feliz da mesa diretora estar discutindo, ontem,
570 estratégia para a gente estar acompanhamento o máximo de conferências, mas que a
571 gente possa estar trazendo esse debate, e para que possamos estar contemplando o
572 máximo de movimentos sociais. Eu até brinquei com a Conceição, qual é a minha maior
573 vontade hoje, como presidente, no que tange a conferência? Consolação. Mas ela tem
574 Conceição também, já descobri. Eu chamo ela de Conceição o tempo todo, não sei
575 porque. Imagina se a gente conseguisse fazer uma conferência em Minas Gerais, que
576 pudesse trazer a representação de quilombolas, de cigano, de atingidos por barragem, do
577 movimento sem terra, de gestores, então assim a gente fazer essa mistura, mas mais do
578 que isso, ouvir todos. Mesmo de quem está trabalhando, que é um desafio também
579 trabalhar na assistência, porque eu até brinquei com Denise uma época no conselho.
580 Acho que estou até falando demais. É, mais uma vez, eu brinquei com a Denise, que eu
581 evito dar opinião, porque eu tenho uma visão, que ela é muito maior do que a história das
582 relações políticas, da briga pelo poder municipal, seria fazer uma assistência social, que,

583 às vezes, as pessoas começam a achar que estou fazendo utopia. Não! Mas, aí, hoje eu
584 comecei a perceber, a partir de ontem, analisando, e chegando em casa uma hora da
585 manhã e fui dormir duas, pensando como foi bom ter ido, porque aquilo que eu pensei
586 que era utopia não é. Existe possibilidade de fazer acontecer na prática, na sua
587 totalidade, mas a gente, inclusive, começar fazer com que as pessoas possa refletir
588 sobre, que é esse o grande desafio. E a gente precisa nessa conferência, começar a
589 trabalhar nessa dimensão. Como que os nossos usuários, como os nossos trabalhadores
590 da assistência possam olhar no espelho e ter orgulho de fazer parte dessa política. E mais
591 do que isso, como que a sociedade brasileira possa reconhecer a assistência social como
592 uma política de direito. Assim, como nós, tem vários outros sistemas que, assim, como a
593 política tem um peso muito maior, porque não a assistência, já que a assistência social é
594 uma política que trata da valorização da pessoa. E uma coisa que me tocou muito foi qual
595 é a fase que você trás de lembrança, que você possa levar para nós, é quando o
596 presidente do conselho nacional, ele diz que a nossa maior tecnologia é o recurso
597 humano. Pra mim isso foi fundamental. Nossa maior tecnologia é o recurso humano, e
598 soma tudo que a gente tem de estratégia, de força, de estrutura, de espaço, mas o que é
599 maior é o recurso humano, e a gente precisa fazer valer isso em todos os sentidos. Pra
600 quem está aqui, pra quem nunca vai saber que estamos aqui e pra quem, às vezes, nem
601 valoriza isso, e que é o público, que a gente mais quer que esteja contemplado, esteja
602 acessando de fato as políticas. Assim, eu queria, só em relação a Brasília, fazer esse
603 desabafo e passar para Consolação e Vinicius, que eles possam, inclusive, ajudar aí. A
604 Conceição vai trazer, aí, ponto a ponto, o que que tem de orientação, e é isso.
605 **CONSOLAÇÃO** – a gente fica até emocionada, a reunião ontem foi muito bonita. Tentei
606 trazer o máximo, gravei umas partes e tentei trazer o máximo para o conselho mesmo. E
607 ser avaliado as conferências anteriores, esse plano decenal que o Estado de Minas, na
608 época houve uma decisão por não fazer, houve uma falta de entendimento do que
609 poderia ser isso, mas foi avaliado. O conselho nacional da brilhante secretaria nacional.
610 Foi linda a apresentação como eu nunca vi. Ela apresentou, ponto a ponto, que a gente
611 poderia até fazer de avaliação aquilo que mostrando na metodologia, que foi no decorrer
612 do tempo, porque não se aplicava mais, mostrando toda a conjuntura que a gente viveu
613 desde 2003, é ela colocando essas correções de rumo e depois transformando tudo que
614 não foi executado em desafio. E desafio para a própria proposta. Então foi muito, a fala foi
615 muito boa. O conselho nacional, ele ratificou essa fala dela, e falou que realmente eles
616 avaliaram e houve um cumprimento do plano decenal de mais de 90%, em torno de 96%
617 ou 98%, mas foi nesse nível, o plano nacional decenal relativo a assistência social. Então
618 foi uma coisa muito bonita, e a gente tinha como reconhecer que avançou, e depois
619 vamos passar isso para os conselheiros, que é muita informação. Mas a gente fica com a
620 tarefa que ela fala que, realmente, é um desafio pra gente. Não basta só avaliar, como a
621 presidente colocou muito bem, ficar é o que a gente já fez, inclusive a gente não tem esse
622 plano, vamos avaliar em cima da consolidação da última, que é a deliberação das
623 conferências passadas, mas dali a gente tentar propor daquilo que não foi feito,
624 transformar as nossas deliberações em ações mais concretas, ou melhor ainda, em
625 diretrizes concretas e planejar, e, o que ela falou, a conferência nacional não vai ter nem
626 convidado. Ela vai ter convidado delegado e observador, não vai ter nem observador, por
627 que? Porque ela é uma conferencia de planejamento, é um outro nível que a gente vai
628 estar fazendo e pensando, realmente, nesses 10 anos. E a tarefa do Estado, é fazer isso
629 que a presidente falou, é chegar ao máximo, é chegar no território do CRAS e olhar os
630 municípios, pra que todos consigam é se reconhecer na assistência social, que a sua
631 demanda está ali traduzida de alguma forma. E o Estado tem que fazer isso nas
632 orientações e ter o máximo de participação, e ver se a gente consegue esse desafio, ter
633 na conferência o número maior de usuário, possível que a gente possa ter ali. O
634 presidente do conselho nacional colocou, inclusive, esse desafio pra gente. A importância
635 de considerar todas as universidades do Estado e pensar Minas nesse mundo, que é dos

636 municípios. Como vamos estar fazendo essa representação? Que a gente deva recuperar
637 o pacto de aprimoramento de gestão, é considerar os planos que foram aprovados, pegar
638 o máximo que a gente tem de instrumento para avaliar e fazer as propostas. E, aí, a gente
639 estava conversando ontem, quando a gente esperava em São Paulo, o que seria
640 interessante apresentar, por exemplo, apresentar como novos, que são velhas questões
641 que ela apresenta, ainda, como desafios, que é a correspondência entre as necessidades
642 sociais e as ofertas, o acesso equitativo de população urbanas e rurais aos serviços e
643 bens públicos da assistência, fortalecimento do pacto republicano, os entes assumirem
644 seu papel, iniciativas integradas de enfrentamento à pobreza e desigualdades sociais e
645 territoriais, atenção específica para povos e comunidades tradicionais, qualificação do
646 serviço e valorização do trabalho da assistência, e reconhecimento da obrigatoriedade da
647 despesas do SUAS, a pessoa responsável pelo co-financiamento da assistência. Ficou
648 muito claro os desafios que vamos ter que romper. E ela apresentou uma agenda enorme,
649 tem quase uma página aqui. Mas tem coisas que passam desde a lei de responsabilidade
650 fiscal, que vamos ter que conversar como ela, o efeito perverso dessa lei, que a gente
651 precisa dos recursos humanos, e os recursos humanos está impactando na lei de
652 responsabilidade. Está querendo o que? O que está por trás da lei, que não está
653 querendo que a política realmente avance, e que a política se concretize. Agora,
654 realmente, é um desafio isso, rever a lei de responsabilidade, rever o custo do serviço, o
655 aprimoramento e os parâmetros de co-financiamento. A questão do percentual, a
656 modernização e o aperfeiçoamento do mecanismo do repasse fundo a fundo, o co-
657 financiamento não só para custeio é a fala do intuito da cobertura dos serviços nessas
658 áreas, todas nos territórios rurais, nessas áreas todas, nas comunidades tradicionais, a
659 expansão da proteção especial. Ela vai falar do benefício de prestação continuada, que
660 ela fala do aprimoramento dessa revisão, com a gente tem que ver isso, a
661 descentralização desse acesso, o fortalecimento do enfrentamento do trabalho infantil.
662 Então apontou todas essas questões que estão aí. E que a gente está tratando, e depois
663 vou socializar isso por e-mail. Inclusive aprimoramento do programa do CAPACITASUAS.
664 Falou da questão das entidades, da capacitação das entidades, da melhoria desses
665 serviços. Falou, ainda, dessa questão de monitoramento da rede. E da expectativa para
666 essas conferências. Quais seriam elas apresentadas lá? Buscar subsídio desde o
667 princípio para redefinição de rumos, considerando o atual estágio de amadurecimento do
668 SUAS, estabelecer diretrizes para os próximos 10 anos, a partir de análise dos eixos
669 estruturantes do SUAS, que é gestão, controle e financiamento, discutir estratégia e
670 solução dos entraves, a consolidação da assistência social como assistência pública de
671 seguridade social não contributiva, fundada na lógica do direito à cidadania. Que respalda
672 toda a fala que a presidente já fez, e projetos de cenários. Fazendo projeções para o
673 cenário. Como estará a sociedade brasileira nos próximos 10 anos? Então, a gente tentar
674 imaginar isso, como desafio o cenário econômico, fluxo migratório, alteração sócio
675 demográficas, o que isso vai trazer para a política. Então a gente pensar nesse
676 planejamento, por isso, com diretrizes meses, já tentando projetar esses 10 anos. Como
677 então vamos preparar para esse cenário? E, aí, por fim, tem muita coisa, mas depois vou
678 repassar. E aí coloca que vai ter uma conferência nacional para 1584 pessoas, 1408
679 delegados, delegados natos 36, delegados nacionais 58 e os estaduais e distrito federal
680 1314. Porque, depois, vai ter uma divisão, que ela não foi apresentada. Não sei se depois
681 foi apresentada essa divisão lá. E aí que fala em 176 convidados, e o motivo que já foi
682 dito de não ter aí os observadores. E aí, queria o Vinicius, e a gente deixou pra ele fazer a
683 pergunta do nosso prazo de conferência, que a gente saiu antes do debate. Tivemos que
684 sair antes do debate, por causa do vô. **SHIRLEY** – é só porque, pra não perder o tino, no
685 caso do que você disse aí, as últimas coisas que você falou, isso vai ser de alguma forma
686 publicizado para os conselhos municipais, foi falado como vai ser feito isso? Pois acho
687 extremamente importante essas informações chegarem para os conselhos.
688 **CONSOLAÇÃO** – primeiro a obrigação nossa de estar orientando os municípios e os

689 conselhos municipais para fazer. Primeira ação do conselho estadual foi repassar, porque
690 isso foi divulgado em um documento do conselho nacional. Vocês receberam. Eles
691 encaminharam três informes, um de como realizar a conferência passa a passo, um da
692 acessibilidade, e outro com essas orientações, expondo, inclusive, de eixos que fala de
693 todas essas orientações. Então, ali foi explicar um pouco mais, mas muito do que foi dito
694 foi nessa questão. É acredito que a comissão organizadora, vai estar discutindo em como
695 vai estar repassando ao máximo, para que possamos atingir esse objetivo, alcançar esse
696 objetivo. **SHIRLEY** – ok, só gostaria de sugerir então, que a título até de referendun,
697 como reforço para os conselhos municipais, além desses documentos que foram
698 realmente repassados, que seja repassado essas falas que você colocou, porque são
699 realmente importantes, porque lá tem realmente, mas não está assim, tão claro, está uma
700 linguagem mais técnica, e os conselhos municipais isso eu posso falar de município
701 pequeno, imagino que seja a grande realidade dos municípios pequenos, eles tem uma
702 dificuldade muito grande com a linguagem técnica. A gente precisa começar a trabalhar
703 de uma maneira que consiga traduzir pra eles, em uma linguagem acessível, as situações
704 que a gente vive aqui. É uma sugestão. Obrigada! **PATRICIA** – eu entendo Shirley, que a
705 comissão organizadora vai tentar contemplar isso que você está pedindo, tá! **VINICIUS** –
706 Bom, é. De fato o encontro ontem foi bem interessante mesmo, apesar, a parte mais
707 bacana é o debate, que as duas ali não puderam permanecer. Mas chegaram aqui com a
708 cara muito boa, acho que a vitalidade de está lidando com uma política tão importante na
709 vida da gente. Bom! É, então assim, as últimas informações, pra além do que a
710 Consolação trouxe, o material que já foi apresentado ontem, já está disponível no site, os
711 slides e tal, eles já disponibilizaram no site. Está lá naquele no site do CNAS. Eles
712 colocaram um banner da conferência e da região, é só clicar lá. Já estão os slides, o que
713 já facilita, viu Shirley? É, grande parte dessa informação está em slides. Até a forma de
714 comunicação, ela está bem legal. É sobre a distribuição dos delegados - eles ainda não
715 conseguiram fechar isso. O presidente do CNAS explicou que eles fizeram todo o esforço
716 para tentar divulgar isso ontem, mas eles não conseguiram, é entrar e fechar o último
717 detalhe do consenso do conselho para poder divulgar. Então essa informação na verdade
718 vai vir no informe 4, que eles irão divulgar depois do dia 15, que é quando já está
719 programada a próxima reunião do conselho nacional. Então, só depois do dia 15 de maio
720 é que vamos ter novas informações. É deixa eu ver aqui. Ai dos questionamentos que
721 foram feitos depois ao final, já no termino. Já estava uma plenária bem esvaziada. Foi
722 feita esse questionamento, sabe Shirley, da questão do é mesmo da linguagem, como
723 traduzir isso para os municípios, usuários e tudo. E, aí, o conselho nacional se colocou
724 assim. A diversidade do país é muito grande, não tem como o conselho nacional, dar uma
725 diretriz e sugerir questões de como simplificar esses termos, e o que vai ser discutido na
726 conferência. Então, cabe a cada município e Estado construir sua proposta. Então, fica
727 pra gente tentar construir alguma coisa que facilite, porque, principalmente, o subtema 2
728 que está proposto de discussão na conferência, é um subtema bem árduo - são dados de
729 gestão, são números, são conceitos, e, realmente, é um tema, que na minha opinião, vai
730 ser um dos temas mais difíceis. Deixa eu ler o subtema, para poder registrar ali. É, então,
731 o segundo subtema, é o pacto federativo e a consolidação do SUAS, aí. É, e aí então os
732 objetivos específicos do subtema 2: os desafios da implementação do SUAS, cobertura
733 de atendimento, co-financiamento considerando modelo federativo, e o federalismo
734 brasileira. 2 identificar como o SUAS está na agenda política do município, do Estado e
735 do Distrito Federal, o nível de entendimento dos prefeitos, vereadores, governadores,
736 deputados, como política pública e nível de prioridade de responsabilidade, aprimorar a
737 definição de responsabilidade e competência dos entes federados, considerando a PNAS,
738 a NOBRH SUAS, a NOB SUAS de 2012, avaliar nas diferentes esferas o estágio de
739 implementação e prioridades do pacto de aprimoramento do SUAS, os principais desafios
740 e dificuldades considerando as resoluções CNAS 18 e 32/2012, avaliar a estrutura
741 funcionamento e participação dos entes e CITs e CIBs no processo de pactuação e

742 construção do SUAS em suas esferas, compatibilizar os instrumentos de planejamento e
743 orçamento, PPA, LDO, e LO, nas diferentes esferas no pacto de aprimoramento do
744 SUAS, os respectivos planos de assistência social e a NOBSUAS de 2012, e, por fim,
745 aprimorar a legislação e regulação do SUAS nas diferentes esferas, considerando o atual
746 marco regulatório, e os desafios para o aprimoramento da gestão e a qualificação dos
747 serviços, e benefícios sócio assistenciais. Então, é um subtema difícil de trabalhar, assim,
748 principalmente, quem não está familiarizado com a discussão da gestão. Fica aí, talvez,
749 até uma sugestão para o COGEMAS, né, tentar sugerir, também se debruçar sobre isso,
750 e como simplificar essa linguagem para poder trabalhar isso nas conferências. Bom! E aí,
751 foi, destaco que nesse programa de proposta dos conteúdo da 10º conferência, não está
752 contemplado claramente, especialmente os desafios dos trabalhadores é na política, né.
753 Então isso foi colocado pelo CNAS, que ele repense isso que o plano decenal precisa
754 conter alguma questão do desafio para o trabalhador, porque a política já avançou muito,
755 mas ainda tem muito que avançar em todos os seus aspectos. E o seguimento do
756 trabalhador, também, não é diferente. Então não tem como você pensar no plano decenal,
757 se você não tocar no desafio do trabalhador. Então isso foi colocado. O presidente do
758 CNAS tentou dar uma justificativa, dizer que estava implícito a questão do trabalhador.
759 Você ter que aprimorar uma determinada questão. Isso implica em aprimorar os recursos
760 humanos, mas, aí, eu me esqueci o nome da conselheira que estava na mesa, que está
761 na comissão organizadora, ela tomou a palavra e reconheceu de fato que a comissão
762 pensasse um pouco mais e deixasse isso mais explícito, o ponto dos trabalhadores.
763 Então, isso tem que ficar atento, pra ver se até nos próximos encontros aí, o conselho
764 nacional aponta isso também. O presidente disse várias vezes que existem muitos outros
765 informes sobre a conferência ainda a serem tratados. Tem outras coisas que eles estão
766 regulamentando, e não foi possível é falar sobre tudo nessas três primeiros informes.
767 Sobre a nossa questão, Consolidação, do prazo, o presidente, o que ele coloca, ele
768 novamente reafirma que os municípios devem conversar com os Estados, caso
769 necessitem fazer uma prorrogação dos prazos. Que os Estados têm autonomia para
770 poder fazer negociar com seus municípios, e, em relação a estadual, ele disse que o
771 conselho nacional vai avaliar, né, criteriosamente. Cada pedido ali, ele situou que já tem
772 dois pedidos de alteração, e um é o nosso, e ele até acrescentou que é um pedido muito
773 bem justificado, e, então eu entendo, que ele já está apontando para que vai ser atendido
774 a nossa solicitação. É, mas ele ressaltou que não daria para fazer isso para todos e tudo
775 que, em função dos prazos, para poder conseguir fazer toda a organização para a
776 conferência nacional. Teve uma questão, também, que acho que é interessante trazer pra
777 cá. O Alexandre, que é da secretaria executiva de Curitiba, ele é de Uberlândia e está
778 trabalhando em Curitiba, mas ele é de Uberlândia, ele trás uma proposta que tenham
779 encontros específicos para as secretarias executivas dos conselhos, então ele trás isso
780 como uma falta, questão de formação mesmo, e tudo, e ele solicita, e o conselho nacional
781 se colocou bem à disposição para poder pensar esse encontro, se não conseguir esse
782 ano antes da conferência, ou conseguir pensar essa questão de contemplar a secretaria
783 executiva, para encontros nacionais de secretários executivos, no, em encontros de
784 formação, e já estão com material para poder estar enviando. Então, acho que,
785 resumidamente, é isso, que estava mais latente pra gente, foi isso. A questão da
786 participação dos usuários, foi uma questão recorrente em todos os encontros. Alguns
787 gestores, que estavam presentes levantaram a questão do desafio de bancar o usuário
788 para poder participar, não só da conferência, mas também desses encontros regionais, e
789 então hoje tudo está sendo justificado em função da questão dos recursos, da falta de
790 recursos que tem. Então os gestores trouxeram esse ponto. Olha, talvez a gente tenha
791 dificuldade de mandar, inclusive, pra conferência bancar esse número alto de usuários,
792 mas aí, né, foi apresentado isso. O CNAS não ficou se tocando muito em relação a isso
793 não. Mas, acho que é um desafio mesmo. E alguns conselhos ainda tem dúvida sobre se
794 podem usar os 3% do IGD, pra bancar as idas dos usuários à conferência e reuniões

795 centralizadas do CNAS. Então se tinham municípios lá com essa dúvida, nós também
796 temos municípios aqui com essa dúvida. Então, fica uma dica pra comissão de apoio,
797 divulgando nessa questão dos usuários, que possam também dar informação de como
798 utilizar o recurso, para poder estar mobilizando seus usuários, para participar dessas
799 instâncias. **MARIA ALVES** – muito bem, Vinicius. A Lúcia. **LÚCIA** – é Vinicius, só pra
800 esclarecer no pacto, queria que você me falasse. No pacto com os municípios já tem
801 definido pra esse quadriênio até 17, uma meta de gestão que é 60%, a desprecarização
802 do vínculo trabalhista, eles fizeram alguma ligação entre, alguma discussão em relação
803 aos trabalhadores? Essa é uma questão, a outra questão é, que, até agora, o MDS não
804 explicitou com todas as letras, ele fala no pacto que o cumprimento das metas vai
805 orientar. O cumprimento, ou o não cumprimento, vai orientar em relação ao repasse de
806 recursos para os municípios, é isso, né Marta, que vocês tinham pensado? Isso para os
807 gestores municipais não está claro, é ganho, é perda, é, e aí, às vezes, na conversa com
808 o prefeito, com a Câmara, pra se tomar algumas decisões. Isso é muito importante, tem
809 que ter um horizonte. É no meu, por exemplo, se eu mandar uma mudança de estrutura
810 que cria cargos, não vai passar, entendeu? Então não adianta passar. Por que já tem três
811 projetos de lei parados, qualquer coisa que aumente cargos não passa. Então, a gente
812 precisa saber e ter um pouco, assim, de ter um pouco de força nessa estruturação das
813 secretarias e da garantia de recursos humanos. O pacto já define que você tem que ter
814 uma determinada estrutura, e que você tem que ter pelo menos 60% dos trabalhadores
815 concursados até 2017. Queria saber se isso foi tratado dentro da discussão, porque, aí,
816 eu acho que a gente tem que retornar, aí uma coisa ficar desvinculada da outra, o pacto
817 vai perder força. **VINICIUS** – pois é, Lúcia, é isso mesmo, assim, não foi tratado. Não tem
818 nada dentro desse informe que trata dos conteúdos, não tem nada que explicita essa
819 reafirmação, que faça uma ligação com isso. É não foi sequer citado o pacto de
820 aprimoramento nessa reunião ontem. O conselho, simplesmente, se ateuve na questão de
821 vamos pensar como incluir, como explicitar melhor os desafios dos trabalhadores dentro
822 do conteúdo da conferência, e não está posto isso não. **CONSOLAÇÃO** - eu entendi,
823 Vinicius. Não foi especificamente isso não do trabalhador. Mas quando eles falam que a
824 gente realize esse planejamento e a gente é retome todos os pactos de gestão, tudo que
825 já existe acordado com prazo, pra gente fazer esse novo plano decenal, eu estou
826 entendendo que é pra pegar e não entraram em todos os detalhamentos e foi até a falha
827 da secretaria nacional, mas que a gente recuperasse todos os pactos, planos, o que a
828 gente tem e analisasse a realidade local pra inserir nesse plano. Então, acho que sim,
829 está contemplado nesse sentido. **MARIA ALVES** – mais alguém? (falas ao fundo), mais
830 alguém? Podemos tocar então. Então, vamos passar pra frente. A próxima é a nossa
831 conselheira Patrícia. **PATRICIA** – bom! Ontem a gente fez uma reunião com a
832 representante do MP, Lisiane. Ela está até aqui, na plateia, a respeito do TAC com o
833 município de Morada Nova de Minas. Ela trouxe pra gente a discussão, e na última
834 plenária a gente discutiu sobre isso, e falou que iria sair um agendamento de visita junto
835 com o MP, e a gente tinha até sugerido que a própria Simone e a SEDESE fossem até lá,
836 pra gente ver o que realmente está acontecendo no município. Nessa reunião, a Lisiane
837 informou o que tinha acontecido, que eram casos graves, que necessitam de uma ação
838 emergencial, uma vez que não tinha o atendimento regionalizado. E ela também explicou
839 que a promotora Andréa, ela saiu do CAO, e agora quem assumiu foi a Dra. Paola. Que o
840 CAU agora mudou de nome, passou para infância e adolescente, que o MP, ele tem que
841 orientar os municípios em vários aspectos em relação ao acolhimento. E quando eles
842 chegaram em Morada Nova de Minas, eles não tinham conhecimento, também, do que
843 seria o acolhimento institucional. O MP teve que ficar mais de um dia como até estruturar
844 o serviço de acolhimento institucional e então o MP ele até falou da questão da política de
845 assistência social como um todo, o gestor demonstrou não saber e ter conhecimento
846 deste serviço, falou que teve agravamento porque um dos municípios, já ao redor, o Juiz
847 já queria fazer o encaminhamento de mais 5 pessoas para esse serviço de acolhimento

848 institucional, que foi vetado de uma certa forma, né. Então foi marcada a reunião para dia
849 17 de junho, às 14hs, junto com o Promotor da cidade, o MP, e a SEDESE - a SEDESE
850 representando também como conselheiro, igual a gente já tinha discutido isso na última
851 plenária. Então, vai a Simone, a Isabela, e a Tereza. Provavelmente representando a
852 gente, e a SEDESE para discussão e aprofundamento desse caso. Vocês têm alguma
853 pergunta? **MARIA ALVES** – então muito bem. Antes da gente seguir, é, nós temos
854 visitantes na nossa lista de assinatura. O Sérgio de Oliveira que é da SEDESE, a Silvana
855 Campos que é da Secretaria Estadual de Educação. A Mariana Brito, também, que é da
856 SEDESE, a Paula, também, que é da SEDESE, e Ruth Moura, que também é da
857 SEDESE, e a Lisiane que não assinou. Você não assinou. Então, sejam bem vindos, e se
858 precisarem e adquirir e usar a fala, fiquem à vontade. É agora, nós temos um ponto de
859 pauta que é a constituição da comissão eleitoral, que foi uma decisão que a gente teve na
860 última plenária, que a gente discutiria nessa plenária de hoje, é avaliando a situação. O
861 Júlio não veio hoje, que, naquele momento, na plenária, ficou acertado que ele seria um
862 dos membros da comissão, tendo em vista a situação dos demais conselheiros que
863 podem estar se candidatando, as suas instituições podem ainda estarem indicando
864 novamente como conselheiro. Talvez as pessoas não queiram correr o risco de entrar na
865 comissão eleitoral, uma vez que ficou claro que quem está na comissão eleitoral não pode
866 ser conselheiro. E uma das proposta que a gente tem, é que junto com o Júlio, que pelo
867 menos que a gente faça com mais três entidades, e a gente quer discutir com vocês para
868 que vocês concordem, ou, talvez, estarem vendo outro caminho. Mas a proposta é que
869 pelo menos três entidades deste conselho possa indicar alguém dessas entidades, para,
870 junto com o Júlio, estarem formando essa comissão eleitoral. Ronaldo foi o primeiro a se
871 inscrever, Rodrigo. **RODRIGO** – é, eu queria fazer uma outra proposta, é possível? Eu
872 queria fazer uma proposta que além da indicação do nosso representante da sociedade
873 civil, lá, na plenária, a gente ter um indicação de entidade, um representante de usuário,
874 de um trabalhador, além de uma assessoria da secretaria executiva, para garantia da
875 participação de todos, isso no momento da plenária. **MARIA ALVES** – é isso, no caso da
876 secretaria executiva, a participação é obrigatório. **RODRIGO** – sim. **MARIA ALVES** – e,
877 aí, você no caso, a sugestão é que venha com uma entidade de usuário? **RODRIGO** –
878 isso. **MARIA ALVES** - uma de trabalhador. **RODRIGO** – e uma de usuário, trabalhador e
879 uma entidade de execução. **MARIA ALVES** – de uma certa forma é o que a gente
880 encontra aqui. E que essa entidade exige que essa pessoa. **RODRIGO** – lá na hora sairia
881 com o representante já nosso do pleno, e lá na hora da nossa conferência a gente
882 indicasse, naquele momento lá, os representantes que estão lá, que tivéssemos a
883 possibilidade diversa de alguém da ponta do Estado, alguém, de algum lugar, que possa
884 estar completando lá. **MARIA ALVES** – Rodrigo, eu quero falar com você, por favor,
885 Consolação. **CONSOLAÇÃO** - Eu só queria esclarecer o seguinte: talvez não tenha
886 ficado claro qual é o papel dessa comissão. Né? Então seria interessante ser o seguinte:
887 a nossa secretaria executiva vai estar e a comissão tem que reunir pra fechar o
888 regulamento, a gente vai fazer uma proposta e discute com a comissão, apresenta para a
889 plenária, aprova pra comissão e já é a primeira tarefa. Já tem que discutir, já, com a
890 comissão o regulamento. Segunda tarefa, quando há o processo de habilitação,
891 independente dele ocorrer na conferência, a habilitação é anterior, porque na hora da
892 conferência é só a votação. Então, no processo de habilitação, a secretaria executiva
893 pega, analisa, dá um parecer técnico, passa pra comissão, a comissão valida ou não
894 aquela informação. É outro papel da comissão, e vai assinar e mandar depois pra diretoria
895 para que a gente publique, quem foi habilitado, quem não foi, os motivos que não foram.
896 Então, eu preciso dessa comissão nesse período, que está sendo organizado todo o
897 processo. **RODRIGO** – então isso pode ser antes com essas possibilidades de
898 representações de seguimentos setoriais. **MARIA ALVES** – a proposta Rodrigo é que
899 entidades, que está aqui no nosso meio, possam indicar pessoas para fazer parte da
900 comissão. Por exemplo, a FETAEMG passa indicar uma pessoa pra fazer parte. Eu sugiro

901 isso, e o caso o Júlio, que ficou acertado na reunião. Ficou claro isso, a gente só tinha ele
902 no momento, e ficou de achar um meio para que a gente ampliasse. Nesse caso só ficou
903 o Júlio, e aí eu sugiro que, aqui proponho, se vocês concordarem, que a FETAEMG
904 indique uma pessoa. No conselho municipal, já tem o Júlio. (falas ao fundo)
905 **CONSOLAÇÃO** – o Júlio é entidade, aí a gente precisa do usuário, trabalhador e um
906 conselho municipal, porque vai ter eleição, que o Hermellis está lembrando aqui, então
907 ficaria 4 pessoas, é o mínimo que tínhamos pensado. Então a entidade que tem assento
908 no conselho, né Presidente? A entidade que tem assento, ela vai falar que a entidade dela
909 poderia falar que ela ficará com uma pessoa nessa comissão. **LÚCIA** – só um
910 esclarecimento Consolação. No caso da pessoa da sociedade civil, o que não pode ser
911 reconduzido? É a pessoa, ou a entidade? Há mais, que coisa esquisita. **CONSOLAÇÃO** –
912 é um entendimento da CGU que teve um entendimento, quando aconteceram alguns
913 eventos no conselho nacional, e aí esse entendimento passou para os Estados e
914 municípios, dizendo que quem tem o mandado que vai ser reconduzido é da pessoa, que
915 representa aquela entidade. Por que é a pessoa que é nomeada e não a entidade
916 sozinha. Apesar de que vem no nome, e quando a gente manda pra Casa Civil, eles
917 consideram o mandato daquela pessoa também, e não da entidade. **HERMELLIS** – só
918 acrescentando, a reflexão ao nosso debate é um assunto que já foi pautado e falado na
919 plenária anterior. Em relação do CNAS governamental, que é aquela questão se estaria
920 interferindo na sociedade civil, e vice e versa, governo e sociedade civil, então se é uma
921 sugestão fazer alguma outra comissão a parte, só levantar essa questão mesmo.
922 **SHIRLEY** – É o seguinte: primeiro é uma dúvida ainda, não está muito claro. Essa
923 comissão eleitoral, ela não, necessariamente, deve ser formada por conselheiro, pode ser
924 pessoas não conselheiras, sim? A outra questão é com relação ao que o Hermellis diz, as
925 URCMAS, elas é a representação de conselhos de uma determinada região. Por isso
926 temos a representação governamental. A minha sugestão é que seja mantido esse
927 processo, até por uma forma de trazer os conselhos para o governo estadual, e não faria
928 muito sentido, fazer essa comissão conjunta com a sociedade civil. É outra lógica,
929 percebe? Sem contar que tem a questão também do governamental estar interferindo na
930 sociedade civil, dentro da questão da comissão, porque entendo que são momentos
931 diferentes, situações diferentes e lógica diferente, né? **CONSOLAÇÃO** - de acordo com a
932 nossa lei, a gente faz um processo de escolha também para a questão dos conselhos, e
933 que representa a sociedade civil e aproveitando os governos municipais, aproveitando um
934 único processo é em verdade se você tem a comissão que vai levar esse processo, que
935 seja da sociedade civil, se algum conselheiro achar que essa comissão vai ter né, que vai
936 ter, acredito, o Júlio na coordenação, o conselheiro Júlio que tiver qualquer sinal da
937 decisões, será definido aqui em plenário. É, a gente fala em conselho, a gente fala nele
938 em sua totalidade. Por que só depois que ganha, é que o Vinicius trouxe, vai indicar seus
939 representantes. Acho que não vai ferir se tiver uma outra representação de um conselho,
940 mesmo porque o conselho, ele tem essas representações e faz parte de tudo. Agora, aí,
941 URCMA a gente considerou e está até na decisão do conselho, que considera as
942 URCMAS. **CONSOLAÇÃO**– discutir fazer uma proposta e se a gente vai validar isso
943 nesse momento, ou não, o que significa isso, o porque da desarticulação, se não a gente
944 abre várias discussões que a gente está até fazendo nesse período, até na questão dos
945 conselheiros, na questão da representatividade. Isso está sendo muito discutido, inclusive
946 nacionalmente. Por exemplo, os conselheiros, né, do CEAS, acredito eu que representa a
947 união de conselhos, que foram eleitos em reuniões, eles também têm devolutiva suas
948 reuniões de conselho, em reunião passada, logicamente, e trazendo aqui o que é
949 discutido lá. Então, essas discussões, essas comissões têm que fazer antes mesmo de
950 encaminhar, pra gente falar assim, vai ser na URCMA, não vai. Porque a gente tem hoje 9
951 funcionando, Paula, 11 funcionando, mas não é a totalidade, porque ela conta com micro
952 também. Então, a gente tem que avaliar isso em comissão e ver qual é o melhor caminho.
953 **MARIA ALVES** – já não precisa nem eu falar mais sobre isso. Então, vamos continuar

954 com a comissão, então já tem entidade e usuário, (falas ao fundo), sim! (falas ao fundo)
955 sim. É, no caso, a FETAEMG pode indicar alguém, (falas ao fundo). **DENISE** - então a
956 questão é que eu não tenho poder para falar se a entidade quer, ou não, tenho que voltar
957 lá e consultar. Se ela quer fazer essa indicação, se a entidade quer. Sim! **MARIA ALVES**
958 – então, podemos encaminhar então? Então, ficou conselho municipal e trabalhador pra
959 tarde, a gente vê quem, sim! (falas ao fundo). Vocês entenderam qual a proposta aqui.
960 (falas ao fundo) tá compreendendo gente! Acho que deu pra ficar claro agora, a gente
961 indica a entidade para fazer parte da comissão. Que não necessariamente seja os
962 conselheiros, vocês compreenderam, só ficou faltando os trabalhadores. (falas ao fundo).
963 Tá ótimo. Sim. Ficou faltando só a entidade de trabalhador e a gente acerta na parte da
964 tarde quem é a pessoa. Podemos tocar pra frente? Mais nenhuma dúvida sobre isso?
965 Agora vamos passar para a relatoria de processos de usinas. (falas ao fundo) eu já estou
966 passando pra frente, não tem problema não? Então, já estou passando aqui o primeiro
967 processo de usina da nossa conselheira Patrícia. **PATRICIA** – então, eu fui relatora da
968 PCH Dores de Guanhães. Não foi pedido diligência, né? E aí eu fiz uma análise dos
969 relatórios das atividades envolvidas, de acordo com a visita técnica. O PAS encaminhado
970 ao conselho, a visita técnica pela secretaria executiva que é a, ? pela Rosa, e fiz análise
971 de alguns outros documentos e relatórios que foram encaminhados para a execução do
972 PAS, em junho de 2012, março de 2013, dezembro de 2013, julho 2014, e em dezembro
973 também o relatório final em 2014. Então, diante a esse trabalho que a PCH Dores de
974 Guanhães teve, foi percebido que ela cumpriu todos os acordos que ela havia colocado
975 no PAS. Vocês preferem que eu relato, ou que eu leia o meu relatório? Porque aí vai mais
976 rápido e pode surgir mais questões. Então, em entrevistas e visita técnica aos usuários
977 pela PCH, o empreendedor, ele atingiu 8 estabelecimentos. Na visita técnica foi percebido
978 que o PAS estava funcionando bem, de acordo, e já era referência dos usuários
979 atentados. Alguns usuários preferiram ter reassentamento na zona rural e outros na zona
980 urbana, e tudo foi bem negociado, então eles estavam a contento com o que foi acordado.
981 A PCH, ela, o empreendedor, ele conseguiu fazer tudo que estava dentro da proposta,
982 tanto da questão da montagem do posto da assistência social, e atendendo a demanda
983 de montagem, o programa de comunicação social ele atendeu a contento. O programa de
984 negociação de terras e benfeitorias, que foi a negociação individual com os atingidos
985 também, foi considerado a contento pelos usuários atingidos. O programa de mobilização
986 e desmobilização da mão de obra e projeto de monitoramento sócio econômico, ele
987 também estava acontecendo através do PAS. Então os usuários na entrevista falaram
988 que estava a contento. O que foi questionado na reunião que teve com o CMAS, a
989 prefeitura e a técnica, e até os próprios usuários, foi a questão do quantitativo da mão de
990 obra, que no PAS ele colocava que a maioria tinha que ser da região, e dentro do PAS de
991 Dores de Guanhães, foram contempladas 36 pessoas da região e 37 foram de fora, as
992 entrevistas. O município tem 5223 habitantes, e na entrevista todas as pessoas, ou
993 conhecia ou tinha alguém trabalhando, ou as pessoas que foram chamadas para trabalhar
994 não tinham interesse em trabalhar, então assim, não foi, eles estabeleceram o prioritário,
995 mas a mão de obra da cidade não quis - está participando deste processo. E a gente
996 também tem que pensar que o empreendedor, ele também montou outros dois
997 empreendimentos próximos de Dores de Guanhães, e que, também, contemplou o
998 número de trabalhadores da região. Então, assim, só da PCH de Dores de Guanhães,
999 foram 33, mas também nos outros dois empreendimentos tiveram outros moradores
1000 trabalhado. Então, a gente considerou que, tanto eu quanto a Rosa, como todas as
1001 pessoas tinha alguém trabalhando ou não, e que foi aberto para a comunidade o interesse
1002 e que a comunidade também não teve interesse, e, de que qualquer forma, houve a
1003 contento essa questão de priorização de mão de obra. O Conselho Municipal, ele
1004 acompanhou todo o processo. O PAS continua ativo. Eles já virou, os funcionários do
1005 PAS, que é o assistente social e psicólogo, ele virou referência aos usuários e, então,
1006 está a contento. Então, eu coloquei como aprovação do pedido, mas com uma ressalva

1007 de recomendação, que como vai ter a desmobilização e o pessoal vai deixar de trabalhar,
1008 que o posto de atendimento continue funcionando, mais ou menos, 6 meses, para ver
1009 como que vai ficar essa família que estava trabalhando, e vai deixar de trabalhar, uma
1010 possibilidade de reinserção no mercado de trabalho ali próximo. Aí eu coloco para vocês
1011 se vocês aprovam ou não, ou se tem alguma dúvida com relação a isso. **ISABELA** – eu
1012 tenho uma dúvida. Me desculpe porque tive que responder um e-mail urgente, e pode ser
1013 que você tenha falado e eu não captei, mas no PAS tinha previsto ação de recolocação
1014 profissional, não é de recolocação não, mas de geração de renda, capacitação.
1015 **PATRICIA** – teve de capacitação e os usuários fizeram parte é foi até de. No PAS foi feito
1016 uma parceria é com dois estabelecimentos para plantio de milho e feijão para dar
1017 continuidade. Eles fizeram oficina de capacitação em artesanato, principalmente, peso de
1018 porte, mas não teve nada específico para requalificação no mercado de trabalho pós o
1019 termino da Usina. **ISABELA** você está falando. **PATRICIA** – do empreendimento –
1020 **ISABELA** você está falando dos moradores que trabalharam no empreendimento.
1021 **PATRICIA** – Isso. E foi priorizado o trabalhador para trabalhar no empreendimento. Foi
1022 priorizado da região, né. **ISABELA** – da região. **PATRICIA** - Então por isso que eu estava
1023 sugerindo, juntamente com a Rosa, que o PAS continuasse, porque vai ter uma
1024 desmobilização de mão de obra pra ajudar nessa questão. **ISABELA** – a parte do posto
1025 entendi e concordo. A minha preocupação é, assim, se na condicionante vai ter a
1026 preocupação com recolocação profissional dessas pessoas - a reinserção no mercado de
1027 trabalho. Porque isso é uma nova ação, entendeu? E diferente do posto não sei se vocês
1028 entenderam. O Posto já estava no PAS. **PATRICIA** – já estava no PAS. **ISBELA** – aí, é só
1029 para estender o prazo, ok! Agora, a questão da reinserção desses trabalhadores no
1030 mercado de trabalho, seria uma nova ação, que não estava prevista no PAS. **PATRICIA** –
1031 é, não estava previsto. **ISABELA** – aí, eu já não sei como é que. **PATRICIA** – Oh Rosa,
1032 você tem alguma questão? **ROSA** – sobre a capacitação. Lá todas as pessoas que
1033 trabalhavam nas três obras, vão ser empreendimentos muitos parecidos. Tem alguns
1034 casos que vão até acompanhar o empreendedor em outras obras, porque qualificou a
1035 mão de obra dele. Agora, a questão foram no caso desse empreendimento, eles
1036 priorizaram as famílias atingidas, são trabalhadores rurais e outras pessoas trabalhavam
1037 em mineradoras na região, então não. E alguns atingidos já começaram a trabalhar na
1038 obra. Então, esse curso de artesanato que algumas poucas pessoas demonstraram
1039 interesse, porque houve diagnóstico, de qual tipo de curso eles poderiam fazer, junto com
1040 o PAS. Aí alguns se interessaram em fazer curso de peso de porta, para vender lá. Lá,
1041 em Dolores de Guanhanes, a questão de artesanato, essas coisas, não é muito o perfil da
1042 cidade. Então foi só. Foi só esse (falas ao fundo). Então foi só esse que eles tiveram
1043 interesse em fazer. O resto foi tudo capacitação, realmente, para a construção da obra.
1044 (fala ao fundo). Não é uma reinserção. Eles vão capacitá-los de como fazer curriculum,
1045 em quais empresas eles poderiam está procurando emprego. É uma orientação. O projeto
1046 é de uma orientação pra desmobilização dessa mão de obra. É, isso foi, essa é uma
1047 atividade do posto, para desmobilização, porque foram pessoas capacitadas para uma
1048 obra de grande porte, então eles vão, está orientando até mesmo para ter uma parceria
1049 com o CRAS. O psicólogo do CRAS fez algumas especialização desse tipo de ação, eles
1050 vão estar orientando as pessoas onde eles podem arrumar na região, porque Guanhanes é
1051 um município maior. É, então, tem outras obras, tem mineradoras na região. Então, como
1052 essa mão de obra que já foi capacitada dentro da obra podem está arrumando emprego.
1053 **PATRICIA** – mais alguma pergunta? **SHIRLEY** – deixa eu perguntar uma coisa, é porque,
1054 no caso, estou entendendo. A Rosa contemplou o que eu iria perguntar. É uma vinculação
1055 com o CRAS e com a política pública de assistência do município, né? Aí, a dúvida que
1056 surgiu é se os outros PAS fazem isso? Não está ficando claro pra mim isso não. Mas a
1057 reinserção, na hora que acaba. **ROSA** – por isso que na nossa resolução, a gente está
1058 até trabalhando nela agora. Na resolução 18, já contemplava os 6 meses, o PAS fica mais
1059 6 meses após a LO, 6 meses a um ano, é pra fazer avaliação do impacto pós LO. E

1060 também a desmobilização - o processo de desmobilização dessas pessoas. Então esse é
1061 um dos papéis da equipe de assistência social. Está lá na nossa resolução. Agora 498,
1062 não decorei, não é 498. **PATRICIA** – podemos colocar para votação? **MARIA ALVES** –
1063 então vou começar por Lúcia, do COGEMAS. **LÚCIA** – nós vamos votar um por um, é
1064 quase que tudo igual na mesma região? (falas ao fundo), mas são PAS e os PAS são
1065 diferentes. Não? Tá pela aprovação com a relatoria. **GEISIANE** – com a relatoria.
1066 **SHIRLEY** – com a relatoria. (falas ao fundo). **MARTA** - tá votado aprovado. Ah, tem que
1067 falar o nome. Esqueço disso. **MARTA** – aprovo o relatório. **MILA** – com a relatora. **ANA**
1068 **TEREZA** – com a relatora. **VINICIUS** – com a relatora. **RODRIGO ASPROM** – com a
1069 relatora. **VOLNEY**- com a relatora. **RONALDO** – com a relatora. **ISABELA** – com a
1070 relatora. **DENISE** – com a relatora. **MARIA** – com a relatora. **HEMELLIS** – com a relatora.
1071 **MARIA ALVES** – fica então aprovado por unanimidade. O próximo empreendimento será
1072 com a nossa conselheira Lúcia, do COGEMAS. **LÚCIA** – Então, como já foi exposto pela
1073 Patrícia e pela Rosa, são três empreendimentos do mesmo grupo, no mesmo rio em
1074 municípios próximos, e a áreas atingidas também tem a mesma característica. Achei
1075 muito interessante e queria deixar um registro do trabalho técnico - é o relatório muito
1076 consistente e claro, e muito objetivo. E as dúvidas que surgiram que nos casos foram
1077 algumas denúncias, e não eram bem denúncias, algumas reclamações, foram feitas as
1078 visitas. O corpo técnico, na pessoa da Rosa, foi até a comunidade, fez visita para os
1079 beneficiários e lá teve uma característica que eu não sei se não teve no da Patrícia,
1080 porque tinham 9 moradores que eles moravam nas terras, já bem idosos por cessão. Mas
1081 os seus locais de moradias foram atingidos e eles foram ressarcidos. O PAS previu que
1082 eles fossem ressarcidos e, aí, alguns mais idosos escolheram ir para a zona urbana, e em
1083 uma das entrevistas eles manifestam a satisfação deles por passarem a ter, naquela
1084 altura da vida, um patrimônio. Eles nunca tiveram, moravam de favor nas terras. Até que
1085 teve uma pequena distribuição de renda, mas teve. Eu até falei, vai dá muito lucro essa
1086 geradora de energia e essa PCH, porque foram 9 famílias, e outra coisa, que eu ri muito,
1087 que um desses casais que é pra nós mulheres. Quando a mulher foi reassentada na zona
1088 urbana, né Rosa, que a casa toda arrumadinha, ela falou com o marido, (falas ao fundo
1089 risos). Eu ri demais, lendo o relatório da Rosa. Esse não é fui não. É vai. Né. Mas assim,
1090 como é que é importante, a gente vê esse tipo de consequência. Eu fiquei imaginando,
1091 depois que li o relatório, o tanto de opressão que essa mulher, quantos anos de opressão
1092 que essa mulher deve ter vivido, sem a melhor possibilidade de fazer nada, eles eram
1093 cessionários, moravam de favor e vou pra onde. Na hora que eles foram para a zona
1094 urbana ela falou para o maridão, tchau! Mas teve aí, então, uma reclamação de que o
1095 marido estava na rua. Veio uma carta, mas a empresa construiu uma casa pra ele na
1096 zona rural, mas ele estava reclamando que a casa não estava igual o projeto. Mas não
1097 ficou ninguém desamparado não. Em relação à questão da mão de obra, eu só queria
1098 completar aqui a informação da Patrícia, que essa informação da Rosa de que alguns
1099 trabalhadores vão, inclusive, acompanhar a empresa né, tendo sido qualificados como
1100 mão de obra. É só pra registrar que era para as atividades mais pesadas, não era a nível
1101 de servente de pedreiro, pelo que eu entendi da descrição. Então, não tem no projeto
1102 assim, nesse de Jacaré. Eram 190 trabalhadores, mas não tem especificação dos cargos,
1103 tarefas e funções, então eu considere pelo dado, que mesmo a gente sabendo, que tem
1104 funções muito especializadas nessa função. Na de Jacaré eles atingiram 45% de
1105 moradores, do município da região. Então, achei que considerando a característica da
1106 atividade, foi um dado interessante e, da mesma forma que Patrícia colocou, é todas as
1107 pequenas intercorrências que aconteceram, a empresa resolveu satisfatoriamente. Tem o
1108 plano de desmobilização, já está previsto, então o plano é para aprovação. **MARIA**
1109 **ALVES** – alguém tem algo a acrescentar? Questionar? Muito bem, então vamos começar
1110 a votação. Denise por favor! **DENISE** do CRESS. **ISABELA** – com a relatora. **RONALDO**
1111 - com a relatora. **VOLNEY** – com a relatora. **RODRIGO** – com a relatora – **VINICIUS** –
1112 com a relatora. – **ANA TEREZA** – com a relatora. **ISABEL** – com a relatoria. **MILA** – com

1113 a relatora. **MARTA** – com a relatora. – **SHIRLEY** – com a relatora. **GEISIANE** – com a
1114 relatora. **LÚCIA** – eu voto? Não né. **HERMELLIS** – com a relatora. **PATRICIA** – com a
1115 relatora. **MARIA** – com a relatora. É, então, pelo consenso da aprovação, a gente passa
1116 para o próximo ponto, que é o conselheiro Volney, a PCH Senhora do Porto. **VOLNEY** –
1117 essa relatoria, na verdade, estava destinada ao conselheiro Vinicius, mas impossibilitado
1118 durante a semana, ele não pode vir e foi passado pra mim. O plano de assistência social
1119 da PCH Senhora do Porto, foi encaminhado ao CEAS em Dezembro de 2006, para
1120 análise e aprovação, sendo aprovado por meio da resolução 136 de 2007, pulicada em
1121 17/02/2007. O relatório final foi protocolado no CEAS em 10/02/2014, ocorrendo visita
1122 técnica no período de 10/03/2015. A análise foi pautada pelas informações verbais da
1123 técnica Rosalice, junto com as atividades desenvolvidas pelo PAS da PCH Senhora do
1124 Porto. Saliento, ainda, que uma reunião com o conselho municipal de Dores de
1125 Guanhães, juntamente com os representantes da prefeitura municipal e o empreendedor.
1126 Houve impacto em 7 estabelecimentos rurais, e empreendimento de uma empresa de
1127 mineração. Destaca-se, ainda, que uma das propriedades teve a residência de 6
1128 moradores, por cessão, atingidos. Os reassentamentos rurais e urbanos desses
1129 moradores já foram concluídos. Verificação através de fotos documentadas nos autos,
1130 houve a contratação da obra de 152 trabalhadores, sendo que a mão de obra não
1131 especializada local foi contratada conforme relatório apresentado. O PAS continuará por
1132 mais 6 meses após a licença de operação, para fazer o acompanhamento e adaptação
1133 das famílias de reassentados e acompanhar os funcionários, que serão demitidos após a
1134 finalização da obra para geração de energia. Cabendo ao empreender um projeto para
1135 reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. Devendo o empreendedor
1136 apresentar, ao final de 6 meses, um relatório de atividades desenvolvidos neste período -
1137 o diagnóstico pós licença de operação. Sobe aí, por favor. Bom, diante dos fatos, este
1138 conselheiro recomenda a aprovação. Qualquer dúvida, a Rosa esteve no local, e pode me
1139 ajudar a fazer qualquer esclarecimento. **MARIA ALVES** – Isabela. **ISABELA** – Eu vi que a
1140 Rosa mudou ali, mas a minha pergunta é a mesma pergunta, que no caso da Patrícia,
1141 porque está escrito reinserção, né? Mas, na verdade, a palavra seria desmobilização, no
1142 mesmo sentido da outra PCH, né? Ah, então tudo bem! A Rosa já corrigiu ali. **MARIA**
1143 **ALVES** – mais alguém? Podemos encaminhar para votação. Então, começando pela
1144 **DENISE** - com a relatora. **ISABELA** – com o relator. **RONALDO** - com a relatora.
1145 **RODRIGO** – com o relator – **VINICIUS** – com o relator. – **ANA TEREZA** – com o relator.
1146 **ISABEL** – com o relator. **MILA** – com o relator. **MARTA** – aprovo a proposta de relato –
1147 **SHIRLEY** – com o relator. **GEISIANE** – com o relator. **LÚCIA** – com o relator
1148 **HERMELLIS** – com o relator. **PATRICIA** – com o relator. **MARIA** – com o relator. E
1149 aprovado, então, pelo consenso do conselho, a gente passa pelo próximo ponto de pauta,
1150 que é a distribuição de processo relativo à Usina PCH Santana do Deserto, com o
1151 conselheiro Vinicius. Parabéns para o Vinicius pela tarefa. Então ele está. Tá muito fácil,
1152 segundo informação da Rosa. (falas ao fundo). Seguindo a pauta. Vamos seguir para o
1153 próximo ponto de pauta. Nós temos o planejamento do CEAS, lembrando que já está
1154 próximo ao meio dia, e vamos tocar, e vamos tentar ver se a gente não avança tanto
1155 muito depois do horário. **ISABELA** – presidente, queria ver se o ponto de pauta, que eu
1156 pedi inclusão, poderia ser tratado agora, por se tratar de usina também. **MARIA ALVES** –
1157 Há sim. Muito bem lembrado. Pode ser pessoal? Então, liberado. **ISABELA** – Então, a
1158 gente, Vinicius, Volney e Rosa fiquem à vontade. Vou falar rapidinho. Vou pedir para a
1159 Rosa contar a história em relação a PCH Fumaça. Em 2014 começaram a chegar
1160 algumas denúncias para o conselho em relação ao PAS, que tinha iniciado no ano de
1161 2000 e aprovado pela SEDESE no ano de 2000 e pouco. Desculpa gente! Pelo conselho,
1162 no ano de 2003. E, aí, começaram a chegar as denúncias e foi montado um grupo de
1163 monitoramento para discutir os trabalhos da PCH Fumaça, que ali as comunidades
1164 atingidas. Era entre o município de Mariana e Diogo de Vasconcelos. São distritos ligados
1165 aos municípios, e, aí, nós temos dois pontos de encaminhamento que trouxemos para a

1166 plenária, mas, antes, vou só pedir para a Rosa fazer um resgate, contextualização, por
1167 favor. ROSA – esse processo não tem muito pra se falar, a Isabela já falou. É um
1168 processo que chegou em 2000, foi aprovado pelo CEAS em 2001, e foi comprovado a
1169 implantação dele em 2003. Época da Marta. Aí, teve um processo de mediação, entre a
1170 SEMAD, onde o CEAS não foi convidado. Isso aconteceu em 2003 a 2004. E, depois
1171 disso, o CEAS não participou de mais nenhuma deliberação para a PCH Fumaça. Agora
1172 no ano passado, retornou ao CEAS por meio do MP e do MAB várias denúncias de
1173 violação de direitos sociais. Que houve uma comissão da secretaria especial de Direitos
1174 Humanos, alguns empreendimentos do Brasil, entre eles a de Fumaça, que apontou
1175 vários direitos humanos que não foram contemplados. Chegaram essas denúncias, foram
1176 criados esses grupos, e o grupo, ele vem estudando todas as demandas que foram
1177 apresentadas às luz da nossa resolução e dos relatórios que estão protocolados no
1178 CEAS, que mesmo sendo antigos esses relatórios, e documentos, estão guardados aqui.
1179 Então estamos fazendo todo o paralelo entre o que foi denunciado e do que estava sendo
1180 acordado à época, e o relatório do que falava dessas conclusões. **ISABELA** – obrigada
1181 Rosa é só pra vocês entenderem um pouco dos problemas que eles estão denunciando
1182 pra gente. A falta de trabalho, ocasionando a falta de renda para as famílias de
1183 trabalhadores rurais e vendedores de pedra sabão, levando a situação de vulnerabilidade
1184 social, porque a área que foi alagada tinha uma jazida de pedra sabão, e várias pessoas
1185 atingidas faziam artesanato de pedra sabão. Então, foi alagado. Uma das condições era
1186 que essa pedra seria fornecida para os artesões e parece que nunca chegou, e fora as
1187 outras famílias e os trabalhadores rurais que ficaram sem emprego. Tentativas frustradas,
1188 por parte do empreendedor, de recomposição de renda e trabalho por meio de cursos de
1189 capacitação, que não atenderam as necessidades dos atingidos. Foram feitos esses
1190 cursos, mas eles não sentiram que isso resolveu o problema deles. Residências sem
1191 condições de moradia, e pessoas que não foram indenizadas conforme seus direitos
1192 como atingidos, e, ainda, a falta de documentação das terras que está prejudicando o
1193 reassentados, a ter acesso aos programas de incentivo a agricultura familiar, e a
1194 aposentadoria como trabalhador rural. Então essa parte dos atingidos, que foram
1195 reassentados, tiveram problemas de reassentamento, e algumas famílias que demorou
1196 muito a receber e outras, que tiveram as casas pelos caminhões pesados que estavam
1197 trafegando na região, e, além disso, a falta de documentação de quem recebeu a terra,
1198 que não tem registro. Algumas documentações trazem que alguns receberam registro,
1199 outros não. O pessoal alega que não recebeu, os moradores e os atingidos. O que a
1200 gente tem. O CEAS ele foi convocado pelo MP para acompanhar esse processo, tendo
1201 em vista a existência de um PAS anteriormente, e a função do CEAS como controles
1202 social e como defesa dos direitos sociais. Algumas, defesas dos direitos sociais. E aí
1203 houve já uma reunião com o empreendedor e o MP de Viçosa que o Vinicius participou.
1204 Aí, se ele quiser colocar alguma questão, e nessa reunião o CEAS acompanhou as
1205 demandas, que os atingidos trouxeram com o posicionamento da empresa. E foi
1206 agendada uma nova reunião com o MP, que ficou de verificar melhor algumas questões
1207 processuais, mas, em meio a isso, chegou uma demanda do MAB, que é o movimento
1208 dos atingidos por barragem, pedindo uma reunião com o conselho, com a mesa diretora,
1209 especificamente. É que é uma primeira questão, que a gente está trazendo para
1210 deliberação. A gente acha importante mesmo acontecer essa reunião, porque o Mário já
1211 tinha feito esse contato no final de 2014, e, na época, a resposta que foi dada é que seria
1212 melhor aguardar a nova gestão, que teria alternância no conselho, alteração da
1213 presidência, pra marcar com a nova mesa diretora do conselho, então a gente entende
1214 que, realmente, é importante vir o pessoal do movimento, vir os atingidos, para fazer essa
1215 reunião. E a gente tá sugerindo uma visita pelo grupo de monitoramento, acompanhado
1216 pela técnica do CEAS, pra gente conhecer um pouco e buscar mais informações da
1217 realidade da comunidade, e os dados que temos hoje são relatórios antigos e as
1218 informações, que foram informadas pela SEMAD e pelo empreendedor, então o CEAS

1219 sendo convocado a se posicionar a gente não sente confortável sem poder ter a
1220 oportunidade para colher mais informações, e ver a realidade de hoje. Bater o que foi
1221 previsto no PAS e ver a realidade das pessoas hoje, para que o CEAS possa se colocar
1222 nesse processo. A intenção não é que o CEAS está assumindo como um processo de
1223 acompanhamento de PAS, não é isso, mas seria como um órgão de controle social, de
1224 defesa de direitos sociais, que está sendo convocado, e a nossa intenção de fazer essa
1225 visita seria de fazer uma reunião primeiro com o conselho municipal de assistência social,
1226 para entender como tem sido feito o acompanhamento a esses atingidos hoje, e a gente ir
1227 como órgão de apoio, né? A atuação desse conselho, lá dentro. Entender o que o poder
1228 público municipal tem feito, como que o conselho tem acompanhado, ou não, a situação
1229 dos atingidos. Na parte da tarde fazer uma reunião com a população atingida, e no dia
1230 seguinte, a gente faria visitas, é, pegaria uma amostragem de situações diferente que
1231 estão vivenciando. Quem era trabalhador de pedra sabão, quem era trabalhador sazonal,
1232 quem mora em fazenda e não está, pra gente tentar colher um pouco mais de
1233 informações e produzir um relatório do CEAS pra nesse processo do MP. O CEAS sendo
1234 convocado a se posicionar, a gente tem informações, mas, na visita, deixando claro qual é
1235 o papel do CEAS, para não gerar uma expectativa na comunidade além, às vezes, ou
1236 diferente do que cabe ao CEAS, como Conselho Estadual da Política da Assistência
1237 Social. **MARIA ALVES** – muito bem Isabela, ontem não estava na mesa diretora.
1238 **ISABELA** – só a data que a Rosa está me lembrando ali, que a gente já pensou numa
1239 sugestão de data para os dois. É isso que você iria falar? **MARIA ALVES** –é isso que a
1240 Patrícia iria dizer. Não, mas pode dizer. **ISABELA** – é que a gente pensou duas datas,
1241 uma proposta para a reunião com o MAB com a mesa diretora e, aí, a mesa diretora tem
1242 que ver, uma no dia 12 é de maio, pela manhã, que seria na data que todo mundo no
1243 grupo. A gente está sugerindo que representantes do grupo participem da mesa diretora,
1244 pelo fato da gente ter analisado o processo. A gente sugeriria dia 12 pela manhã, ou dia
1245 13 - o dia 13 é o dia que antecede a mesa diretora. A mesa diretora vai ser 14 e 15, a
1246 gente propõe que a reunião seja feita um dia antes por causa dos membros da mesa
1247 diretora, que tem que vir do interior. **PATRICIA** – mas a viagem de vocês até lá será
1248 antes. **ISABELA** – não, a gente tá propondo que a visita seja depois, porque a gente
1249 pensou a visita no final de maio, 28 e 29 o que a gente pensou em receber o MAB com os
1250 atingidos para colher mais informação da situação, e aproveitar o contato com algum
1251 representante dos atingidos, para fazer a mobilização para a reunião eu queremos ter lá
1252 no dia 28, porque a ideia é que estejam pessoas que estejam vivenciando esse processo.
1253 A ideia seria de combinar com eles, alguém para acompanhar o CEAS, fazer a
1254 mobilização no dia da reunião e no dia seguinte pra nos acompanhar na visita, porque
1255 isso vai fazer toda a diferença. É importante ter alguém que conheça o pessoal, porque
1256 são fazendas distantes uma da outra, para que tenhamos condições de fazer essa visita,
1257 então a proposta é posterior. **MARIA ALVES** - E no caso do dia 13, vocês tinham
1258 pensado no horário, às 14hs, acho que é isso a gente acata, e vamos para o próximo
1259 ponto. **ISABELA** – se todo mundo concorda com a reunião dia 13, às 14 horas, e com a
1260 visita também desse grupo, porque hoje o grupo de monitoramento, ele é, antes estava
1261 formado por 4 conselheiro - o Zé Henrique saiu porque ele era representante da fazenda.
1262 Então ficou Vinicius, eu, Volney e mais a Rosa, tá! **MARIA ALVES** – ô Volney você queria
1263 falar? Então encaminhando para votação, tem alguém. Vai Shirley. **SHIRLEY** – é, a minha
1264 dúvida é mais uma questão de logística. Vocês fariam a reunião do dia 13, e depois no dia
1265 28, lá, então, a plenária deste mês não faria nada disso, a respeito disso ainda, seria feito
1266 depois. Entendi. De qualquer maneira, a gente estaria tratando disso daqui a duas
1267 plenárias, pra gente entender. **MARIA ALVES**- pode estar socializando os processos, de
1268 acordo com o que está andando. **SHIRLEY** – a minha preocupação é assim, como
1269 poderia estar tomando qualquer decisão antes da visita, mas já entendi. **MARIA ALVES** –
1270 Vinicius. **VINICUS** – é, a questão da Shirley me lembrou uma coisa aqui - nós vamos
1271 fazer a visita, e nós vamos colher e fazer um relatório, e passa para a plenária para a

1272 plenária aprovar, e a gente encaminhar para a promotoria? Por que o seguinte. É, cadê a
1273 Rosa? Eu estou com medo, Rosa, da promotoria fechar o parecer dela. A promotoria não
1274 estabeleceu o prazo, mas ela se comprometeu em fazer o parecer dela em alguns meses.
1275 Ela não quis se comprometer em dois meses, três meses e um mês, mas ela se
1276 comprometeu em fazer isso com o prazo mais breve. Essa pergunta da Shirley me veio
1277 essa preocupação. Que, talvez, se a gente aprovar o nosso parecer daqui dois meses, se
1278 já não vai isso acontecer depois que a promotoria ter fechado o parecer dela, e aí o
1279 parecer do CEAS não ter mais efeito, uma vez que a promotoria já havia ter fechado.
1280 **VOLNEY** - gente, se isso acontecer cabe a este conselho informar a essa promotoria que
1281 houve a visita, não foi deliberado em plenária, acontecerá a deliberação na plenária x, e
1282 entendeu, Vinicius? **ISABELA** – oi! O Vinicius, só porque o que eu entendi é o que o MP
1283 convocou o CEAS neste momento foi para acompanhar, teve a audiência e a reunião e o
1284 CEAS foi no sentido de acompanhar. Eles não solicitaram informação. O que a gente tá
1285 querendo fazer é colher a informação, para que, no momento em que ele convocar o
1286 CEAS para informação, a gente tenha esse respaldo, ter informação e um
1287 posicionamento. Não vejo nesse momento obrigação do CEAS reportar esse relatório, se
1288 a gente ainda não foi convocado a mandar informações para o MP, a gente está só
1289 acompanhando. O que a gente quer é qualificar esse monitoramento. Como é que a gente
1290 vai acompanhar, se a gente não tem informações da realidade, entendeu? Mas aí, nesse
1291 sentido, a próxima reunião do MP seria em 60 dias, coincidiria, mais ou menos, com esse
1292 período da visita e aí, eu concordo com o Volney, caso a gente seja convocado antes a
1293 gente fala que o CEAS fez a visita na data tal, fez o relatório, mas ele precisa ser
1294 aprovado pela plenária. Acredito que não teria prejuízo ao processo que eles tem feito.
1295 **PATRICIA** – eu proponho que a gente manifeste ao MP antes do que a gente vai fazer,
1296 que a gente vai fazer reunião com o MAB, que a gente fará a visita em tal dia. Conforme
1297 for, a gente até mande o relatório com as visitas que ajude (falas ao fundo). **MARIA**
1298 **ALVES** – diante da discussão, tem alguém que se manifesta contrário ao
1299 encaminhamento aqui proposto. De visita da reunião com a mesa diretora e mais a
1300 manifestação do ofício ao MP. Visita reunião com a mesa diretora e ofício ao MP. A
1301 Viagem é a visita. (falas ao fundo) **MARTA**– desculpa a pergunta meio inoportuna pra
1302 quando eu me manifestar, tenha clareza do que estou fazendo. É a preocupação de trazer
1303 para uma plenária daqui a dois meses, a plenária precisa aprovar isso, é um
1304 acompanhamento, é um monitoramento, foi constituído um grupo de trabalho, que está
1305 fazendo este acompanhamento. To perguntando se a plenária pode tomar conhecimento
1306 do trabalho que o grupo está fazendo, das decisões que estão sendo tomadas, porque
1307 não é uma manifestação do CEAS em relação ao empreendimento, é só um
1308 acompanhamento do que aconteceu. Só quero entender, porque talvez não vai precisar
1309 aguardar o plenário, e o grupo de trabalho pode levar para a mesa diretora. Não sei só tô
1310 fazendo essa pergunta porque pode quebrar etapas, e só porque quero ter clareza disso.
1311 **ISABELA** – como o grupo de monitoramento, eu acho que é importante chamar para a
1312 plenária, porque qualquer manifestação que a gente faz será em nome do conselho.
1313 Então, é importante que a plenária concorde ou discorde. Para falar em nome do
1314 conselho isso tem que ter sido votado em plenária. Então, eu acho que é importante sim,
1315 que o relatório seja aprovado antes desse encaminhamento. **MARIA ALVES** - Ok
1316 pessoal. Então, alguém discorda do que eu coloquei em votação - o encaminhamento que
1317 é da manifestação, da visita e da reunião, aprovado por unanimidade? Uma proposta de
1318 discussão pra vocês, já são 12hs, a gente sai pra almoçar meio dia, e faz o planejamento
1319 já. A Consolação disse que é só socializar o que as comissões decidiram. Vocês acham
1320 que tem dificuldade? 10 minutos, você acham que dá? (falas ao fundo) então, a gente vai
1321 almoçar Consolação, a gente volta às 13hs, pontualmente. - **MARIA ALVES** – eu vou
1322 passar a palavra agora para a Simone. Chegou agora, está na parte da tarde conosco, e
1323 depois dela a gente vai seguir a nossa programação de pauta, com a Consolação falando
1324 sobre o planejamento do CEAS. **SIMONE** – boa tarde conselheiras, conselheiros, boa

1325 tarde presidenta, boa tarde secretária executiva, boa tarde profissionais que nos
1326 acompanham, convidados. Quero justificar a minha ausência na parte da manhã. A minha
1327 carteira de habilitação vence amanhã e eu já tinha ido ao Detran, mas, enfim, eu tive que
1328 fazer o exame, e eu estou super feliz porque consegui minha habilitação por mais 5 anos.
1329 Eu aviso aos motoristas, cuidado, continuo nas ruas. É porque afinal de contas eu sou
1330 uma “maltorista”. Meu carro chama-se Xavier, um Honda Cit gaboso, lindo. Bem, gente
1331 boa tarde mesmo a todos. Eu quero agradecer nossa presidente aqui, que hoje ela
1332 conduziu aqui, já sei que de forma brilhante, né, e também agradecer a nossa secretária
1333 executiva, e a todos vocês pela compreensão. Muito obrigada a vocês, boa tarde a todos.
1334 **MARIA ALVES** – Consolação. **CONSOLACÃO**. Vou apresentar um planejamento, que foi
1335 deliberado na plenária passada, que a gente juntasse o planejamento das comissões para
1336 poder apresentar de uma vez todas as ações, e que a gente pudesse deliberar. Não foi
1337 feito nenhum tipo de tratativa pela secretaria executiva para nenhuma proposta. A única
1338 coisa a mais que tem aí, que é prioridade deste ano, que se refere a realização da
1339 conferência, por isso são os primeiros pontos. A gente coloca a realização da conferência
1340 estadual, a realização dos encontros ou conferências regionais, porque a comissão
1341 organizadora não se reuniu para saber como vai se chamar isso, essa etapa, a
1342 participação nas conferências municipais, isso aqui como prioridade para este ano. Aí, a
1343 gente vem com as ações das comissões. A comissão de normas é rever a resolução 318,
1344 que fala sobre o processo de análise e procedimentos dos planos - os PAS barragem. E
1345 aí até o início já se deu, já estão fazendo essa discussão, e é em curto prazo a discussão
1346 disso. Rever a nossa lei estadual, longo prazo, né, porque tem muitas coisas em relação a
1347 ela. E, logicamente, se vai rever a Lei estadual, a lei que fala do Fundo Estadual de
1348 Assistência Social. O início da discussão estava previsto para Março, e considerando vai
1349 ficar um pouco mais pra frente, rever a lei, já foi falado, que cria o fundo. É rever a
1350 resolução 362, que dispõe sobre os procedimentos aplicáveis de análise de recurso de
1351 inscrição. Então vai ser revisto isso, o conceito, também está aqui para um curto prazo.
1352 Analisar a resolução 373, que dispõe sobre o co-financiamento dos benefícios eventuais.
1353 Então, a gente tá, a comissão de normas, ela propôs a revisão de vários marcos legais
1354 nossos que a gente, que realmente precisa de ser analisados e já está na ordem do dia. E
1355 rever e estudar a lei 13019 que é o marco regulatório das entidades, e aqui estava sendo
1356 proposto até um seminário para a realização disso, e está posto que seria em curto prazo.
1357 Depois se tiver comentário gente, eu acho que melhor só ler rapidamente, e quem tiver
1358 destaque fala em qual e na sua comissão. Na comissão de normas, aqui a gente sentiu
1359 falta se vai avaliar ou rever a lei, a gente tem que rever o regimento interno também, tá?
1360 Acho que a gente tem que colocar isso dentro da comissão, me veio aqui agora. A
1361 comissão de política. Na comissão de política, a gente vai ter apuração de denúncia, é
1362 uma atividade, inclusive, mais rotineira, tanto é que isso é de todas as comissões
1363 dependendo do tema. A gente é delegado a um ou outra necessidade de mais de uma
1364 comissão. Análise de gestão de 2014, faltou a palavra gestão. Relatório de gestão 2014.
1365 Até Julho de 2015. Identificar estratégias para que os conselhos municipais acompanhe a
1366 execução do pacto de aprimoramento de gestão para o período de 2014/2017. Aí é a
1367 (falas ao fundo), entrou, aí, a comissão de apoio, não sei porque. Atuar de forma conjunta
1368 com a comissão de normas no processo de revisão de resoluções. Então, a comissão de
1369 política vai participar também, né, em algumas tarefas da comissão de normas, que refere
1370 a revisão de lei. Pensar em estratégias que se refere a participação dos usuários, na
1371 política de assistência social. A comissão de política e a comissão de apoio. Inclusive, já
1372 vai ter alguma coisa que trataram ontem. Análise e apreciação das deliberações da 10ª
1373 conferência, e proposição de encaminhamentos. Esse item também está dependendo,
1374 inclusive, da reunião que teve ontem, daquele todo aquele material que teve ontem, e vai
1375 ser passado para a comissão. Avaliação da proposta sobre a regionalização que foi feito,
1376 né, uma proposta ontem, também analisado pela comissão, aqui colocou a longo prazo, a
1377 gente depois avalia isso, coloca depois o que seria em relação a essa avaliação. Análise

1378 de prestação de contas trimestrais pra comissão de orçamento também é uma rotina, tem
1379 que ser feito. Da comissão, é porque estava fora de ordem na minha folha, agora que eu
1380 vi. Mas vamos lá. Estava certo do jeito que está? Que eu estou lendo. Elaboração do
1381 PPAG do CEAS. Aí eu tive dúvida na comissão de orçamento. O CEAS não tem PPAG. A
1382 gente faz uma elaboração de propostas de ações, que vai incorporar a proposta da
1383 secretaria, que incorpora o planejamento da gestão. É só, talvez, a gente trocar o nome
1384 pra ficar mais fácil, é isso, é diferente? Entendi. Por que na hora que eu li, eu entendi.
1385 Acompanhamento dessa elaboração, por isso que eu fiz, tá Lúcia, se eu entendi errado,
1386 mas eu fiz uma sugestão de redação, que seria apreciar, e deliberar sobre a proposta das
1387 ações do orçamento do fundo do FEAS, né, que comporão o PPAG. O acompanhamento
1388 da LO, também foi a sugestão, elaboração da proposta orçamentaria do CEAS PARA
1389 2016. Por que essa proposta compõe a proposta da secretaria para a lei orçamentaria,
1390 que também passa pelo conselho. Acompanhamento e discussão sobre a normatização
1391 do FEM, também, na comissão de orçamento, para garantir sua continuidade. Conhecer e
1392 acompanhar as fragilidades. Da comissão de orçamento é isso. Agora a gente vai para a
1393 comissão de apoio. Conhecer e acompanhar as fragilidades municipais e buscar
1394 superação das mesmas, aí ela pós até no prazo em abril e esse prazo vai ter que ser
1395 aumentado, e dilatado. Orientar os conselhos municipais a realização das eleições,
1396 quanto ao tempo, atualização do sistema, utilizar os dados do CAD SUAS de forma pró
1397 ativa, evitando interrupção da ação do conselho. É uma ação continuada do conselho.
1398 Inclusive a secretária executiva já faz alguma coisa também nesse sentido. Orientar sobre
1399 as realizações das conferências municipais, importante realização enquanto instrumento
1400 de realização e fortalecimento do SUAS, necessidade de garantir para custeá-la, devir
1401 previamente o local, equipe responsável pela organização, e toda a logística do evento.
1402 Aqui, a comissão acho que vai, né, discutir todos os informes que chegarem do conselho
1403 nacional, e trabalhar junto, logicamente, com o que foi deliberado na comissão
1404 organizadora. Fortalecer as URCMAS, capacitar as URCMAS em temas variados, que
1405 seria esse desdobramento, aí. Reuniões mensais - verificar plano de capacitação SUBAS,
1406 SEDESE, para incluir as URCMAS, mobilizar municípios para mobilização dessas
1407 reuniões, apoiar as URCMAS existentes. E interligar o papel das URCMAS com os fóruns
1408 de participação popular com a atual gestão estadual - aguardar as diretrizes estaduais, a
1409 gente ainda não sabe da divisão, da concretude dessa divisão. Estimular a utilização das
1410 redes sociais para criar grupos facebook, WhatsApp - o administrador da rede seria os
1411 presidentes das URCMAS, mas teria um canal para facilitar essa comunicação, reunir os
1412 presidentes de URCMAS, considerando a disponibilidade de recurso para subsidiar a
1413 participação desses presidentes em reuniões do CEAS. Então, são duas coisas em
1414 verdade. Eu li direito. Uma é reunir os presidentes de URCMAS, e outra é considerar a
1415 disponibilidade de recurso, para que eles pudessem participar das reuniões do CEAS, e
1416 por último, orientar os conselhos municipais. A ação seria essa sobre o cumprimento de
1417 metas municipais estabelecidas no pacto de aprimoramento de gestão. Estava lá em cima
1418 também. Que a gente já está. Elaborar uma orientação nesse sentido até junho. Algum
1419 destaque nesse também? O Volney, né, que tinha pedido. Passo à mesa, o Volney e a
1420 Lúcia. **RODRIGO** – vou responder pelo Volney. É por presidir, ainda, a comissão de
1421 normas, que essa parte do planejamento da lei 13019, ela está incluída no ponto de pauta
1422 da comissão de normas, que vamos trazer daqui a pouco. E a gente já vai trazer aqui, ao
1423 pleno, que a gente vai suspender temporariamente esse seminário. Como a gente tinha
1424 falado pela manhã aos conselheiros, a gente ainda não tem alguns pontos claros, e
1425 inclusive não tem o texto ainda com as possíveis modificações da lei, então a gente, como
1426 foi dito de manhã, esse governo já está se mexendo, acompanhando aí com o devido
1427 cuidado e carinho. Mas é isso. **MARIA ALVES** – temos a Lúcia, depois a Shirley. **LÚCIA** -
1428 é em relação a Isabela - não está aqui, mas como nós conversamos sobre a questão do
1429 PPAG, é eu fiquei sabendo que o conselho nunca teve uma participação no
1430 acompanhamento da elaboração do PPAG, que diz respeito às ações da política. Caro

1431 que a SEDESE é mais ampla. O PPAG da SEDESE é maior do que isso. Mas a gente
1432 ficou pensando numa maneira de que o conselho pudesse fazer esse acompanhamento.
1433 E não só elaborar se as ações, que são específicas do conselho. De gestão do conselho.
1434 Mas enquanto controle social, que o conselho tenha pernas para elaborar junto com a
1435 técnica da SEDESE, até por uma questão tempo, processo bastante rápido, mas que
1436 ficasse aí a premissa que a gente pudesse acompanhar e trazendo para a plenária, para
1437 que aja conhecimento maior. Ano passado quando a gente foi discutir orçamento, ficou
1438 pra mim. Era, entendeu? Era! Discutir o que? E esse ano a gente é surpreendido
1439 enquanto controle social, com as notícias que recebemos agora. Que o orçamento, que
1440 foi encaminhado era 30% menor que o orçamento de 2014. Enfim, uma série de
1441 informações depois da peça encaminhada, resta pouco enquanto controle social para
1442 fazer. A não ser ir atrás de comissões, como a de participação popular que tem em Minas,
1443 pra tentar contornar alguma coisa que não tenha sido adequada. Então, só a ideia de criar
1444 uma ideia de acompanhamento junto ao executivo da elaboração. Mas a sua redação
1445 traduz melhor que a primeira frase - a sugestão de redação traduz isso melhor. **MARIA**
1446 **LÚCIA** – Shirley, depois a Simone. **SHIRLEY** - na verdade estava com um pouco de
1447 dúvida - no caso da comissão de política será a mesma coisa. Tem dois tópicos ali que,
1448 provavelmente, eles serão unificados, que é o que a gente vai falar a respeito do ponto
1449 hoje, que é o trabalho com os usuários e o trabalho do pacto. E não sei como pode ficar
1450 isso. Pelo que a gente discutiu ontem, provavelmente os dois vão ser trabalhados juntos.
1451 E também, é com relação a questão da análise das deliberações - eu acredito que seria
1452 mais interessante colocar exatamente como está. Não é só análise, tem a capacitação
1453 que tem que ser feita, tem todo um processo. Talvez tenha que adequar ali a forma que
1454 está colocado. **CONSOLAÇÃO**- só porque existe PPAG do FEAS, entendeu? O plano
1455 plurianual de ação governamental do Fundo Estadual de Assistência Social. Então isso
1456 significa o PPAG, ela vai ter as ações e o orçamento é uma outra coisa, é por isso que
1457 estava fazendo a proposta, o que não tira, aí poderia colocar, acompanhar, apreciar, e
1458 delibera a proposta de orçamento do FEAS, que vão compor as ações do planejamento
1459 da secretaria, que vai compor o PPAG, porque em verdade, até por competência deste
1460 conselho, a gente vai analisar a área da assistência social, é até a competência dele, a
1461 gente não vai analisar o PPAG como um todo. A gente pode depois falar que eu quero
1462 conhecer. É outra coisa. Então, o que vai passar pelo conselho, passa isso na elaboração
1463 do PPAG. Pode ser até que mude depois alguma metodologia, alguma coisa, mas é o que
1464 se passa aqui, é a proposta orçamentária, que inclusive a gente aprova aqui, essa
1465 proposta da secretaria como um todo, a gente faz a proposta do conselho, a gente integra
1466 a proposta da secretaria e é encaminhada ao órgão de planejamento. Pra mim era esse o
1467 fluxo. Por isso se colocar lá acompanhamento. A gente pode colocar, acompanhar,
1468 apreciar, já está acompanhar, apreciar e deliberar. **SIMONE** – bem, como é só PPAG, eu
1469 imagino o seguinte, como a gente vai fazer uma conferência, que é uma conferência que
1470 vai fazer um planejamento para 10 anos. Não tem jeito a gente fazer um planejamento
1471 para 10 anos, se a gente não pensar casado as deliberações da conferência com o
1472 PPAG. Não tem condições! Então fico imaginando. E o que eu imaginei, é que nós, a
1473 presidência ampliada, e a comissão organizadora da presidência, a gente, é claro, vá à
1474 Secretaria de Planejamento, discuta a Secretaria de Planejamento, coloque a nossa
1475 conferência, que ela é vá fazer uma revisão no PPAG. Aqui em Minas é PPAG, só aqui
1476 que é assim. É! E acho que a gente tem que conversar, porque vai ter um planejamento
1477 regional, vai ter um planejamento regional, com deliberação regional. Nós vamos fazer
1478 conferência regional, nós vamos fazer conferencia estadual, e uma conferência estadual
1479 que vai pensar em dois PPAG e meio -10 anos. Então eu penso que é mais do que
1480 nunca, não tem condições não. Se a gente quer fazer uma conferência que de fato
1481 planeje o orçamento, e tenha concretude na realidade da política estadual, e aí precisa
1482 que a gente de fato articule, eu até tinha falado com a Consolação que assim que a gente
1483 fizesse a primeira reunião, eu vou colocar essa proposta lá, é uma proposta minha. Ainda

1484 nós não discutimos, então ainda não tem nada de oficial na minha fala. O que eu pensei
1485 pra gente articular as coisas, pra esse caminho. E com relação ao seminário acerca do
1486 debate do marco regulatório, é isso que o Júlio e o Volney falaram. Júlio, não! Rodrigo.
1487 Desculpa Rodrigo. A Assembleia, inclusive junto como TCE, estão organizando um
1488 seminário que eles irão se juntar, a SEDESE, o conselho. Acabei de conversar aqui com o
1489 MP, que até lá, talvez, a gente tenha as coisas mais claras, né Rodrigo, porque do jeito
1490 que está, é capaz da gente confundir do que colaborar. Obrigado. **LÚCIA** – o ano
1491 passado tinha uma notícia até 31 de outubro e foi adiado para esse ano. Vai ou não vai
1492 ter o decreto em relação a essa lei, vai? **SIMONE** – vejam só Lúcia, o decreto vai, os
1493 termos do decreto é que a gente está discutindo tem muitas dúvidas, da
1494 operacionalização, mas no caso da assistência social, é a importância da gente criar uma
1495 excepcionalidade, se não a gente vai ter que fazer chamamento público para a execução
1496 de serviços continuados todo ano. É, entendeu. A grande questão é a gente construir uma
1497 tese mesmo. Uma tese de que as ações da assistência são continuadas. Então, portanto,
1498 você não vai fazer um chamamento de uma entidade que oferta serviço de acolhimento a
1499 20 anos, a 10 anos. A questão é essa, o que está em discussão é isso. E o que ainda
1500 está confuso é o entendimentos acerca da excepcionalidade da lei. **LÚCIA** – só pra
1501 completar, então não sei se vocês já se atentaram a isso. Mas existem algumas
1502 instituições, sobretudo no campo do idoso, das APAES e outras instituições dessa
1503 natureza, que a sede física foi adequada para atender aquele serviço, você entendeu?
1504 Não tem como fazer chamamento não. Não adianta ninguém querer fazer INPI na minha
1505 cidade não, porque vão levar os velhinhos para a praça. Né? Então assim, não é nem só
1506 ser serviço continuado, a estrutura também, algumas entidades foram construídas para
1507 isso. **MILA** – só voltando a questão do PPAG, quando que vão acontecer as conferências
1508 regionais? **SIMONE** – a gente vai decidir ainda. **MILA** – é porque pra questão do PPAG,
1509 não dá pra esperar a conferência nacional. Porque o PPAG, a conferência estadual,
1510 desculpa. O PPAG, tem que ser encaminhado até setembro pra ser votado na
1511 Assembleia, então não dá tempo para esperar as deliberações da estadual. Aí, só para
1512 2017 que teria como levar essas deliberações. **SIMONE** - É claro que vamos ter que
1513 discutir com a Secretaria de Planejamento. Nós não podemos ter dois processos
1514 participativos. Nós vamos ter que discutir com áreas como a nossa, a da saúde, da
1515 criança do idoso, da pessoa com deficiência. Várias áreas que tem o seu debate setorial.
1516 É uma discussão, e nós vamos ter que, criativamente, politicamente, estabelecer uma
1517 estratégia que dê conta. Se não, não faz sentido, a gente ter um planejamento da nossa
1518 área específico, e depois ter outro planejamento paralelo nas regionais, que vai deliberar
1519 sobre orçamento. Deliberar sobre o orçamento não! Mas discutir com as prioridades, com
1520 a população. É o que eu estou imaginando. Nós vamos procurar rapidamente a Secretaria
1521 de Planejamento. A nossa secretária adjunta, ela já colocou a questão, ele está sabendo
1522 que tem conferências, que a gente precisa discutir uma metodologia pra isso. Enfim,
1523 vamos ter que discutir. **RONALDO** – no caso a preocupação é exatamente entrar em
1524 vigor esse marco regulatório em julho. Nós já estamos no prazo, e essa discussão a gente
1525 irá discutir na Assembleia em junho. E na verdade, já era para termos diretrizes, até para
1526 estar orientando os municípios e o próprio conselho estadual, o nosso geral. A gente sabe
1527 dessa discussão em âmbito nacional, e não tem nada discutido, então vai ficar muito em
1528 cima da hora para estar em vigência o marco regulatório e a aplicabilidade dessa lei
1529 13019, em julho. Muito em cima. Então, não sei qual é a ideia: se é estender, eu até
1530 entendendo que deve. O meu entendimento particular é que deve ser prorrogado, porque
1531 pelo que está se vendo na atual conjuntura, que não há o mínimo de condição de
1532 aplicabilidade do jeito que está sem estar fechado, né. **SIMONE** – só esclarecendo, me
1533 coloquei corretamente, mas a ideia é um seminário de discussão da decisão, viu Ronaldo,
1534 é para esclarecimento. Inclusive a ideia é que se faça regionalmente, pela quantidade de
1535 entidades que tem espalhadas por Minas Gerais. Então é mais pra informar. Esperamos,
1536 que até lá, que as coisas estejam resolvidas, se não você tem toda razão. (falas ao

1537 fundo). **MARIA ALVES** – mais alguém quer fazer algum comentário? Algum
1538 questionamento sobre o que está sendo discutido? Antes de encaminhar para votação, eu
1539 só queria trazer um pouco o que a Lúcia trouxe, que é sobre a história de participação no
1540 PPAG. Vou olhar muito para esse lado. Não quero entrar no mérito da lei, nem das
1541 normas, mas eu acho que realmente nós precisaríamos acompanhar a discussão política
1542 do orçamento e PPAG. É independente desses processos de conflito e prazos que
1543 colocamos aqui. A gente sempre tem uma demandas, e lembro de reuniões bem antigas
1544 que é sempre vindo trazer pra esses espaços, as informações do que acontece na
1545 Assembleia. Acho que é preciso a gente pensar, em algum momento, uma estratégia para
1546 que a gente estivesse presente nas discussões dentro da Assembleia, quando fosse
1547 discutido PPAG, porque eu posso dizer de experiência de outros espaços, onde a gente
1548 se articula, vai pra dentro, pra além de fazer a discussão da demanda do orçamento, a
1549 gente faz a discussão política sobre a temática. Então, eu acho que a gente precisa fazer
1550 a discussão política do orçamento na Assembleia. Então, eu queria deixar isso aqui, que é
1551 um encaminhamento, quando precisamos fazer isso. Geralmente, quando leva o PPAG
1552 pra discussão, pra temática, é sempre chamado as comissões temáticas para se reunir e
1553 debater. Eu queria só dizer, que acho que a gente precisa pensar em uma estratégia, pra
1554 que nós estejam presentes dentro dessas comissões temáticas, pra gente, inclusive,
1555 fortalecer a política, pra fazer com que ela não gosto muito dessa palavra não. Mas a
1556 gente tinha que fazer a discussão para transversalidade às diversas temáticas, que
1557 envolvem a questão da assistência social. Queria só fazer essa consideração. Agora, em
1558 relação ao planejamento que a Consolação apresentou, a gente teve, aqui, a discussão
1559 que a gente precisa ainda discutir na comissão de orçamento, normas e política, sim!
1560 Então, mais considerando as duas situações, a gente pode votar, aprovar o restante que
1561 foi considerado por consenso com todo mundo? Alguém tem algum questionamento
1562 contrário? Então, considera aprovado por unanimidade. Considerado as observações,
1563 passando para o nosso ponto de pauta seguinte, nós temos as considerações da nossa
1564 conferência estadual, que é a Consolação, de novo, para passar as informações. Apesar
1565 que a Simone também está aqui. **CONSOLAÇÃO** – também é breve, que é só pra falar
1566 que a SUBAS, a subsecretaria, já está fazendo os primeiros preparos. Uma coisa, nós
1567 vamos nos reunir com a comissão organizadora, a gente vai falar sobre tema, as
1568 metodologias, inclusive definir mesmo a participação, os quantitativos. Tem muita coisa
1569 que vamos discutir na comissão. Mas só que não tem como a gente esperar a comissão
1570 se reunir para verificar local, um pouco da infraestrutura. Só pra dar esse retorno, que
1571 essa semana, em reunião com a Subsecretaria, que é Vice-Presidente do conselho, e a
1572 área meio da Secretaria, a gente conseguiu avançar muito, e tem ai, já pode falar a
1573 proposta de fazer inédita a conferência aqui, depois de tantas conferências assim, no
1574 Minas Centro, então a gente fazer a conferência estadual no Minas Centro, fazer com os
1575 hotéis para hospedar as pessoas, isso é muito legal, você dá uma qualidade para a
1576 conferência. Eu fico até meio emocionada, porque são tantas. (falas ao fundo), mas é
1577 muito bom, a gente pensar assim, no Minas Centro uma conferência de Assistência
1578 Social. Então é muito bom. Todo mundo vai de tênis. **LÚCIA** – Né, Simone, tem que ir lá
1579 na questão de rodinha. Quando nós fizemos no Minas Centro a unificada da Criança e da
1580 Assistência, eu queria morrer de tão grande que é, da gente andar pra lá e pra cá. Então
1581 conselheiros que vão trabalhar, pode comprar um tênis, porque fico feliz. **CONSOLAÇÃO**
1582 – então é isso gente! A gente vai ter visibilidade né, com todo esse conteúdo que a gente
1583 tá vindo, com as orientações nacionais, com toda essa vontade de fazer que a gente tá
1584 vendo. Então a gente vai ter toda a estrutura pra além do que a gente imagina. Então está
1585 aperfeiçoando o sistema de inscrição, outro sistema urbanizando a conferência com
1586 tecnologia. Isso tudo deu essas orientações e imediatamente as pessoas já estão
1587 articulando, e conseguindo esses espaços. A data vai ser a última semana de outubro, dia
1588 20, 21 e 22, e 23. Não a última é 27,28 e 29, 26, 27, 28 e 28. É porque o primeiro dia é
1589 abertura. Então, abertura separada, uma conferência como eu e várias pessoas

1590 sonharam aí. **MARIA ALVES** – muito bem! **SIMONE** – queria só complementar, dizendo
1591 que nós vamos também fazer as conferências regionais. Pelo menos estamos olhando as
1592 condições para isso, e bancada pela SEDESE. Por que isso é importante demais? Uma
1593 conferência estadual se faz desde a conferência municipal. Ela é uma conferência que
1594 você constrói a ambiência e o consenso político, valorizando as conferências municipais,
1595 estando presente na conferência, valorizando a atitude dos conselhos municipais todos,
1596 as pessoas sentindo-se participantes e presentes em todo o processo. Por isso é tão
1597 importante, e eu acho que a gente valorize também as conferências regionais e pensar
1598 nela com muito carinho, porque, sem dúvida nenhuma, a conferência regional é 80% da
1599 conferência estadual. Então, eu espero, e conto com a ajuda e colaboração de todos, pra
1600 que de fato a gente ache os caminhos mais corretos. Vamos dizer assim pra fazer uma
1601 bela conferência, tá gente? **ROBERTA** - já tem uma data para a regional? **SIMONE** –
1602 como a gente não reuniu a comissão organizadora ainda. Então, essas coisas, ainda, a
1603 gente não resolveu. O que a gente fez pra adiantar, porque depois vai ficar muito difícil, é
1604 a discussão do espaço físico, né? Porque já estava muito complicado, a gente conseguiu
1605 um local que, assim, não é em cima da hora, e não é com tanto prazo. A nossa
1606 providência foi para conseguir o local, então, agora, semana que vem acho que essa é a
1607 proposta nossa, da gente reunir e começar a discutir essas coisas - a conferência
1608 municipal que já está sendo organizada, e a pré conferência. **MARIA ALVES** – só antes
1609 do Volney, dizer o seguinte: quando a Simone coloca da proposta nossa, da gente reunir
1610 a comissão organizadora, e alguns, inclusive a gente já até meio que sondou, pra gente
1611 reunir dia 23, quinta-feira, já que a gente vai está tá boa parte já reunido esses dois dias a
1612 gente vai reunir no dia 23 e a proposta inicial que seja as 17hs, depois da atividade. E
1613 acho que a gente vai consolidar isso aqui. Porque, aí, a gente várias perguntas aqui a
1614 gente já pode estar providenciando as respostas mais exatas. Lembrando aqui, antes de
1615 passar para o Volney, o ponto de pauta seguinte fala um pouco desse processo das
1616 conferências, que a gente já pode aproveitar já e falar sobre isso, porque a Simone, a
1617 Patrícia já estava e o Hermellis estava na reunião ontem, já tomaram e pensaram em
1618 algumas coisas, e a gente já pode colocar nesse momento também. **VOLNEY** – eu só
1619 queria deixar um alerta para a comissão organizadora das conferências aí. Eu tive a
1620 oportunidade de participar de 7 conferências regionais - na conferência de 2013, então, a
1621 proposta da CIB, pra discutir a regionalização do serviço, para discutir a proteção social
1622 especial, então, eu acho que tem que se pensar muito bem pensado, porque, eu acho, um
1623 dia para uma conferência, para uma conferência regional, discutir essa temática, eu acho
1624 que não vai ter uma boa produção. Então, eu acho que a comissão organizadora pense
1625 muito nesse detalhe. **MARIA ALVES** – mais alguém está inscrito? Vinicius. **VINICIUS** – só
1626 duas coisinhas. Uma que eu estou lembrando, to vendo o pessoal falando de conferência
1627 regional, e lá no encontro do CNAS, o presidente do conselho foi enfático em esclarecer
1628 que não existe conferências regionais, são encontros regionais, porque o CNAS, não,
1629 nem sei como funciona e acredito que deva funcionar certinho, mas só pra enfatizar o que
1630 ele disse que o CNAS não reconhece as conferências regionais. Então, nesses encontros
1631 regionais não existem delegados, encaminhamento de deliberações - as deliberações
1632 vêm direito da conferência municipal. Só, tá. Estou vendo o pessoal falar em conferência
1633 regional, e o presidente foi enfático que são encontros regionais. E ai outra coisa, em
1634 relação à data do dia 23 - é aí, é uma questão minha de agenda, incompatibilidade
1635 logística do processo, não vou poder ficar o dia todo na Cidade Administrativa no dia 23,
1636 porque vou ter uma audiência pública de discussão do projeto de Lei do SUAS de BH,
1637 que eu não posso faltar que vai ser na Câmara de Vereadores. O deslocamento é meio
1638 complicado, ir lá na Câmara e pra Cidade Administrativa, e ir pra Câmara de Vereadores
1639 e depois voltar na Cidade Administrativa, no final do dia. Então, queria sugerir que a gente
1640 pudesse transferir isso para o dia 24. Aí é. Agora se não puder né, já fica justificado a
1641 minha ausência. Na comissão organizadora? Não sei se suplente pode ir na comissão
1642 organizadora. O Volney está perguntando e suplente pode ir na reunião da comissão

1643 organizadora? Mas acho que na comissão não tem suplente não. **MARIA ALVES** – essa
1644 situação apresentou anteriormente. A gente combinou o seguinte: a gente pode fazer uma
1645 articulação interna entre a própria comissão, sobre essa possibilidade de mudança de
1646 data. Pode ser assim, porque aí a gente não precisa ficar discutindo assim. Simone. Até
1647 porque ela vai aproveitar e falar sobre, a Patrícia também. Hermellis também, pode ser?
1648 Deixa pra Patrícia então. **PATRICIA** – nós já começamos a receber convites para
1649 participar das conferências municipais do municípios. Como Minas Gerais é um Estado
1650 muito grande, a gente discutiu ontem, na mesa diretora ampliada, como iríamos estar
1651 fazendo com os convites que estamos recebendo. Até agora a gente recebeu 4, mas
1652 também poderão vir outros, até 853. Então, discutindo, ontem, a gente resolveu elencar
1653 alguns critérios, que está como sugestão ai pra vocês, e discutir mais entre a gente pra
1654 termos resolubilidade única, pra que a gente possa atender, ou não, determinado
1655 município. Então o que foi pensado pra gente ontem, foi alguns critérios, que onde tem
1656 conselheiro estadual a gente vai, o município da diretoria do COGEMAS, municípios de
1657 sedes das URCMAS, e elaborar também, paralelamente, uma lista com colaboradores,
1658 porque na impossibilidade de algum conselheiro não atender às demandas, esses
1659 colaboradores atenderiam no nosso lugar. Aí queria ver com vocês, o que vocês acham
1660 se tem que acrescentar algum outro critério também. Alguém quer falar? **CONSOLAÇÃO**
1661 – esqueci de pedir até no início aqui da pauta, mas vocês vão me perdoar né gente,
1662 porque a gente tá dormindo acordado, então vocês me desculpem, que inclusive essa
1663 questão de colaborar, acho que pode ser até isso, por isso estou juntando as duas coisas.
1664 Eu queria fazer uma proposta, inclusive de colaboradores, aplicando a proposta de
1665 pessoas, a questão da ligação com a política, com a universidade, que fala a mesma
1666 linguagem da assistência social, eu já trouxe alguns nomes pra indicar pra compor a
1667 comissão organizadora, e acho que pode ser até no início isso aí. Partir desses nomes
1668 que seriam esses colaboradores, que pudesse estar apoiando a conferência, eu pedi pra
1669 firmar e concordar com isso, pra que na hora que achar devido, eu possa indicar esses
1670 nomes, pra que seja deliberado a participação, tá presidente? **PATRICIA**– É isso em
1671 Consolação. A gente tinha pensado, na questão de palestrante, que tenham
1672 conhecimento da área nas universidades que estão lá. Às vezes tem uma pessoa de
1673 grande conhecimento e conhece a área, que facilitaria o processo de acompanhamento e
1674 de ida nas conferências. Né! **LÚCIA** – só uma sugestão dentre os critérios, na medida do
1675 possível, a gente mapear, porque tem outros conselheiros que são do interior e outros
1676 municípios. Às vezes no entorno de sede da gente, a gente pode fazer o esforço de
1677 responder, porque às vezes são municípios muito pequenos, e é bom chegar uma pessoa
1678 mais que eles sintam mais familiar, pra conseguir fazer a discussão com eles. **DENISE**-
1679 Agora não sei se ficou claro, é se o município convidar, porque eles mandam os convites
1680 e pedem e solicitamos o palestrante, solicitamos a presença do conselho estadual, né. E
1681 eu acho assim, que tanto o CRP, o Conselho Regional de Psicologia, quanto o CRESS e
1682 o COGEMAS, são nossa instituições que tem mais capilaridade no Estado. Universidades
1683 enfim, claro que tem outras entidades que tem capilaridade no Estado e também podem
1684 colaborar conosco. Ontem nós brincamos que o sistema é único, tem que juntar todo
1685 mundo. Pra dar conta de 853 municípios, Então seria legal, eu só queria falar o seguinte:
1686 os representantes que estão aqui, a Lúcia, Denise, Erica, que vocês oficializassem, e pra
1687 nós é importante, e mandasse pra nós mesmos nome, região, onde as pessoas estão e
1688 quem poderia ajudar, porque a gente já está com convite. Então poderíamos
1689 disponibilizar. Tá bom? **MARIA ALVES** – antes da gente passar a Consolação. A
1690 Consolação tinha sugerido e pode ser nesse momento agora, que a gente já fecha essa
1691 parte né. **CONSOLAÇÃO** – bom! Aplicando critério da questão acadêmica e identificação
1692 de quem está discutindo e tem trabalhados nessa área do controle e da política da
1693 assistência. Nós temos a professora Débora, da Puc, Eleonora Schetino, que inclusive já
1694 foi conselheira nossa, da UFMG, e, inclusive, está tratando muito essa questão e
1695 conselhos. (falas ao fundo) Davi né. As duas, tá! Eu acho que eu lembrei uma. Que bom!

1696 Débora Akermam. Depois a gente corrige o nome dela. A outra indicação considerando
1697 que a gente está fazendo todo uma revisão né, gente! Considerando. Depois a gente vê a
1698 redação, considerando que a gente está tratando sobre o plano decenal e aplicando da
1699 mesma forma quem entende dessa área, a gente tá indicando aqui a Maria Ângela, ex-
1700 presidente do conselho estadual. Ela estava aqui quando da construção do plano decenal.
1701 É uma pessoa que conhece da área, é consultora do Ministério, e acho que tem essa
1702 outra característica imprescindível, e esteve no conselho e foi uma época da elaboração
1703 realmente do plano. Não foi formulado, e depois ela teve na gestão e não foi elaborado.
1704 Mas ela acompanhou toda essa discussão. Tem como contribuir muito com a formação
1705 desse novo plano. Bem, como a Márcia Pinheiro, que foi presidente do conselho nacional
1706 e também dessa mesma época. São dois nomes de Minas que dispensa até muito
1707 comentário, porque são como algumas pessoas falam “as baluartes da assistência social”
1708 e são mesmo, porque aqui em Minas é edificou essa questão. E a outra pessoa né, são 6
1709 pessoas, né, é a Ana Conegundes da Assembleia Legislativa. A gente precisa dessa
1710 referência, e a gente precisa aqui não só de trazer os informes, mas levar todas as
1711 demandas, e os projetos. Ajudou a gente no projeto da assistência, então, assim, ela está
1712 em todas, e hoje ela assessora também na Assembleia e pode estar colaborando para os
1713 encaminhamentos do conselho, inclusive. Seriam esses nomes. **VOLNEY** – queria só que
1714 esse conselho deliberasse, porque houve indicação de nome, aí, que em conferência
1715 passada nós não fizemos essa deliberação, e fizeram algumas conferências e cobraram
1716 dos municípios. Então queria deixar muito claro que esses convidados, né, que eles não
1717 cobrem essas conferências. **SIMONE** – são colaboradores do conselho. Acho que o
1718 Volney tem razão. Na hora que a gente for convidar tem que deixar claro o papel de
1719 colaborar do conselho, inclusive a gente discutiu em fazer um material em nome do
1720 conselho, é pra colaborar com o conselho estadual, e claro, né gente, com os conselhos
1721 municipais, tendo em vista que a gente tem muito mais condições de juntar pessoas
1722 militantes e tal. Queria sugerir também a ex-presidente do CRESS, Denise se você me
1723 permite, a Rosangela Pinheiro, a Dora, que foi vice-presidente, o Vinicius permite aí o
1724 Domingos Sávio, do conselho de BH. O professor Luiz Lobo da Universidade Federal de
1725 Montes Claros - Unimontes, e a Márcia Mansur, que é uma professora, Psicóloga,
1726 também militante da área, que acho que pode nos ajudar muito. **MARIA ALVES** – muito
1727 bem. Lembrando que estávamos começando a discutir desde a conferência, e houve
1728 algumas sugestões inclusive eu queria lembrar que antes da gente votar, que a Lúcia
1729 sugeriu, inclusive os conselheiros se pudesse acompanhar os municípios vizinhos, isso no
1730 caso de convidados. Se convidar a gente, pode estar fazendo isso. A Denise também
1731 questionou, apesar de não ser no microfone, que a gente pudesse estar disponibilizando
1732 os colaboradores para os municípios de médio e grande porte, se não a gente vai
1733 pulverizar demais. É, aí, Simone acrescentou mais nomes a essa lista, sugere. **DENISE**–
1734 Darci, também, que vocês conhecem. É hoje está na gestão em Betim e, que também foi
1735 presidente do CRESS e também é trabalhador da assistência, e o Leonardo Davi que
1736 também é trabalhador da assistência. **VOLNEY** – vou fazer uma outra indicação aqui
1737 gente! Também, acho que o ex-conselheiro Marcelo Armando, foi um grande colaborar, a
1738 Rosilene de Montes Claros, uma grande colaboradora, assistente social, o Geraldo do
1739 Sindipref, Geraldo Gonçalves um grande colaborador. **MARIA ALVES** – lembrando que
1740 você está acrescentando mais nomes. Sim, e, aí, é o seguinte: o próprio Volney trouxe
1741 anteriormente que esses colaboradores, eles não cobrem por isso. Agora, eu acharia que
1742 a SEDESE, não sei de que forma, ver, mas o mínimo de estrutura para essas pessoas,
1743 acho que o mínimo básico, também né, não sei se as instituições deles. **VOLNEY** – Olha!
1744 Normalmente quando o município convida, eu fiz quase 40 conferências na última. O
1745 Município, sempre, ele se dispõe a fazer o transporte e hospedagem do conselheiro, e
1746 vou dar uma outra sugestão, por experiência também. Eu fiz uma conferência no Sul de
1747 Minas e eu, particularmente né, achei muito mais confortável, as minhas viagens de
1748 ônibus do que os carros da prefeitura virem me buscar. Vou dá um exemplo: fiz uma

1749 conferência numa cidade divisa com São Paulo, o motorista sai de lá às 3hs da manhã, e
1750 pegar aqui às 7hs da manhã, já rodou quase 400km, Aí, a gente volta com mais 450,
1751 depois você faz a conferência, então eu acho muito mais seguro, pra gente, deslocar de
1752 ônibus, e é mais confortável, e acontece muitos carros de prefeitura sem manutenção,
1753 entendeu, sem manutenção. Então, assim eu acho muito melhor, muito mais confortável
1754 de ônibus. **MARIA ALVES** – Volney, a gente agradece a sugestão, tendo em vista que a
1755 gente vai tá fazendo essa discussão mais aprofundada na comissão organizadora, que eu
1756 acredito que esse detalhes de procedimento burocrático, enfim, fica par a comissão
1757 organizadora. E também a gente não vai impedir se a prefeitura quiser prestar o seu
1758 serviço. A gente vai discutir e ver a melhor saída, mas diante do que foi trazido a gente
1759 poderia encaminhar para votação, considerando as observações? Neste caso tem alguém
1760 que se manifesta contrário o que foi discutido, considerando as observações? Então,
1761 aprovado por unanimidade a nossa discussão sobre a conferência e a nossa participação
1762 nas conferências municipais. Vamos passar para o ponto seguinte considerando que é o
1763 ponto do desenho dos serviços regionalizados no Estado de Minas Gerais, porque o
1764 ponto do programa Mais Educação a gente suspendeu pra mais tarde. (falas ao fundo). Ô
1765 gente vamos tocando. - **MARIA ALVES** – falando sobre o lanche, foi sugerido na reunião
1766 passada muito de leve. Tem outra a proposta, já era mais antiga, nas gente nas reuniões
1767 que vamos vir de agora pra frente que a gente possa trazer agora, e que a gente possa
1768 estar revezando um grupo trás em uma, e um grupo trás em outra, e já começou a
1769 funcionar desde de manhã, porque tá rolando ai. Acho que a comissão de política que
1770 toca esse ponto agora, né? (falas ao fundo). **RONALDO**– Só mais uma observação. O
1771 Volney colocou mais uma experiência negativa dele, que ele foi de ônibus e o município
1772 não arcou com a passagem. Daqui a pouco vamos ter que ir de bicicleta, pra poder
1773 atender aos municípios. **MARIA ALVES** – gente, o nosso ponto de pauta em discussão é
1774 o desenho do serviço regionalizado. Isabela por favor! **ISABELA** – só pra contextualizar,
1775 ontem teve uma pauta conjunta da comissão de orçamento com a comissão de política,
1776 que foi uma discussão sobre o desenho da regionalização, que foi objeto de pactuação na
1777 CIB, que foi trazido no CEAS para deliberação no conselho. A gente teve a participação
1778 da equipe da SEDESE que apresentou a proposta, né, ontem pra gente. A gente discutiu
1779 um pouco sobre o, a deliberação. O indicativo das duas comissões em relação ao
1780 desenho. O indicativo que tiramos, ontem, foi pela deliberação do desenho, mas o texto
1781 da resolução que aprovaria o desenho ficou pra ser discutido aqui hoje, Já tem uma
1782 minuta pronta. Pessoal! E tem um segundo encaminhamento, que foi proposto ontem, da
1783 revogação da resolução 466. Mas aí a gente vai convidar o Cristiano, da SEDESE, e o
1784 resto do pessoal, pra fazer uma recapitulação do que foi discutido, ontem, sobre o
1785 desenho, e porque a proposta da revogação da resolução 466 e a proposta da nova
1786 resolução do CEAS que a gente vai aprovar. Já tem uma minuta pra ser aprovada pelo
1787 conselho em cima da resolução da CIB. (falas ao fundo). **CRISTIANO** – boa tarde! Então,
1788 como a Isabela falou, a gente vai fazer a apresentação que a gente apresentou à
1789 comissão temática, que é a discussão sobre a regionalização e o co-financiamento federal
1790 para regionalização dos serviços da média e da alta. Pode passar, por favor Marcelo. Aqui
1791 é só um primeiro slide pra gente referenciar a resolução 31 do CNAS, é a nossa principal
1792 normativa, na minuta da resolução que a gente vai ver daqui a pouco. Vocês vão ver que
1793 ela é sempre citada, porque é ela que trás todas as diretrizes para a implantação dos
1794 serviços de alta e média complexidade. Então, lá na resolução 31 diz que a
1795 regionalização é uma estratégia para universalização dos serviços sócio assistenciais, e,
1796 por consequência, às seguranças afiançadas pelos sistema, e é uma estratégia que visa a
1797 integralidade da proteção sócio assistencial ao cidadãos de todo o país. E aí, aliada a
1798 territorialização do serviço de proteção social básica. Pode passar. Então a gente já vai
1799 direto para os termos de aceite para 2014, para expansão do co-financiamento federal
1800 para os serviços da alta. Então, primeiro aceite que foi feito é o aceite para os serviços da
1801 média complexidade. Aqui tá um slide com um resumo do que é esse aceite. Então, a

1802 oferta é para os serviços de proteção especializada para famílias e indivíduos, que é o
1803 PAEF, em unidades de CREAS. Os municípios atingidos é o de porte 1 e a meta física
1804 para o Estado de MG são 10 CREAS regionais, ou 40 municipais, aí, de acordo com o
1805 modelo que vai ser definido pelo Estado, pactuado pela CIB e deliberado no CEAS. A
1806 meta financeira é 20 mil do co-financiamento federal, mais no mínimo 50% desse valor
1807 pelo co-financiamento estadual, que dá no mínimo 30 mil reais para cada CREAS
1808 regional. É, e, aí em baixo, os critérios pra identificação das áreas prioritárias de
1809 abrangência de oferta regionalizada. E aí, só pra contextualizar também, a gente tá
1810 chamando e áreas prioritárias de abrangência da oferta regionalizada, aquele conjunto de
1811 municípios onde se dará a oferta de serviços. A gente tem alguns critérios, que estamos
1812 seguindo. Os critérios da resolução 31. Esses critérios básicos, são. Os municípios devem
1813 pertencer a uma mesma comarca. Nem sempre todos os municípios serão abrangidos
1814 pelo serviço, porque alguns municípios de porte 1 já tem CREAS, então, no caso desses
1815 municípios, na área de abrangência, ele não faria parte do serviço regionalizado. Os
1816 serviços seriam só pra aqueles municípios da área de abrangência, que não possuem
1817 CREAS. O outro critério, então, aqui importante, é a gente estar seguindo todas as
1818 diretrizes que estão estabelecidas na resolução 31, para os serviços regionalizados de
1819 média complexidade e eles, basicamente, são esses, e o primeiro são esses que eu falei,
1820 que eles têm que pertencer a uma mesma comarca. O serviço é para municípios de porte
1821 1, que não possuem CREAS. E a área de abrangência deve ter no mínimo 2 até 8
1822 municípios, desde que a população não ultrapasse 80 mil habitantes, e é isso, não possuir
1823 unidades de CREAS. E pra definição dessas áreas, que estamos chamando de áreas
1824 prioritárias, são aquelas áreas dentro do Estado onde, através do nosso diagnóstico,
1825 estamos identificando como áreas de muita vulnerabilidade. Então, ontem aqui na
1826 comissão, na semana passada e na Câmara técnica da CIB, e na reunião da CIB, a gente
1827 falou um pouco sobre a identificação dessa vulnerabilidade. A gente tem um diagnóstico,
1828 é que foi construído já desde o ano passado, com base no censo SUAS, e com base em
1829 outros indicadores de vulnerabilidade e violação de direitos. Então, a gente criou um
1830 índice na SEDESE, ano passado, que o é o índice de vulnerabilidade sócio econômica,
1831 para poder utilizar esse índice como identificação daquelas áreas mais vulneráveis do
1832 Estado. Então a gente identificou, a partir do diagnóstico, essas áreas com de
1833 abrangência com vulnerabilidade sócio econômica municipal geral, no caso da média,
1834 muito alta, alta e média, então esse é o nosso parâmetro. Então, no caso aqui, a gente
1835 está ampliando o nosso diagnóstico - são os indicadores de incidência de violação de
1836 direitos. Então a gente tem esses critérios para identificação, para aquelas áreas dentro
1837 do Estado, que contém um número maior de municípios com concentração de
1838 vulnerabilidade muito alta, alta e média. Esses são os parâmetros para identificação
1839 dessas áreas de abrangência, e, aí, só um exemplo pra ficar mais claro e mais pra frente
1840 isso vai aparecer, que é assim na hora de identificar as áreas de abrangência, como a
1841 oferta do serviço é regionalizado e a gente está entendendo que ela deve ser ofertada
1842 para municípios de uma mesma comarca. A gente tem dentro do Estado comarca que são
1843 só um município. Quer um exemplo mais próximo que é BH. BH é comarca e é só BH.
1844 Quando você analisa o Estado, e as comarcas do Estado que hoje são 296, você têm
1845 comarca onde só um município. Então no caso pra gente ela não é uma área de
1846 abrangência porque não possui municípios vinculados. Então, esse foi um dos primeiros
1847 filtros que a gente fez para identificar aquelas áreas de abrangência que possui mais de
1848 dois municípios, né? De 2 a 8 municípios. Então, esse é o painel geral do aceite para a
1849 média e alta complexidade. Esse outro slide é para o reordenamento. Então, pra quem
1850 não sabe, a gente tem no Estado 4 CREAS regionais, que vieram de um processo
1851 anterior, que era o programa sentinelas que foram transformados em CREAS regionais.
1852 Teve um primeiro movimento que foram 14, e aí foi feito uma avaliação, e desses 14, 10
1853 viraram CREAS municipais, e 4 continuaram como CREAS regionais. Então, com os
1854 aceites de MG, para o co-financiamento federal, para fazer a implantação e ordenar 10

1855 CREAS regionais. Como a gente já tem 4 nós teríamos que implantar 6 CREAS regionais.
1856 Os 4 CREAS regionais que já existem nós vamos reordenar, só que no reordenamento
1857 desses 4 CREAS, a gente aplicando os critérios da resolução 31, somente 2 CREAS hoje
1858 existentes permaneceriam como CREAS regionais. São aqueles ali, Águas Formosas e
1859 Morada Nova de Minas. Hoje, no Estado, são 4: Águas Formosas, Morada Nova de
1860 Minas, Monte Alegre de Minas e Padre Paraíso. Quando a gente aplica o critério da 31,
1861 Monte Alegre e Padre Paraíso não poderiam continuar como CREAS regionais, e aí vou
1862 tentar explicar para ficar claro. No caso de Águas Formosas continuaria como CREAS
1863 regional porque atende os critérios da 31. É uma comarca onde Águas Formosas é a
1864 sede, e ela possui um conjunto de municípios que é vinculado àquela sede. No conjunto
1865 da 31 ela atende e só precisaria fazer um reordenamento para adequar as outras
1866 diretrizes, que estão estabelecidas na 31. No caso de Morada Nova de Minas, eles se
1867 adequam aos critérios da 31, com exceção de um município, que hoje é atendido pelo
1868 CREAS regional de Morada Nova. Porque Morada Nova é a comarca de Morada Nova. É
1869 a Morada Nova de Minas e Biquinhas. Só que hoje esse CREAS regional de Morada
1870 Nova de Minas ele atende, também, ao município de Paineiras, que é uma outra comarca
1871 que é a de Abaeté. Então, se a gente está entendendo que os municípios devem
1872 pertencer a uma mesma comarca, o município de Paineiras deixaria de ser atendido pelo
1873 CREAS regional de Morada Nova de Minas. No caso de Monte Alegre de Minas, o
1874 CREAS regional de Monte de Minas, ele atende ao município de Monte Alegre e ao
1875 município de Canápolis, que é uma outra comarca. Então, também nesse caso não se
1876 adequaria aos critérios da resolução 31. E o último CREAS regional que existe hoje no
1877 Estado, que é o CREAS regional de Padre Paraíso, ele na prática já é um CREAS
1878 municipal. Porque Padre Paraíso é um município vinculado à comarca de Araçuaí. Então,
1879 ele hoje já atende o município de Padre Paraíso. Então, na prática ele já é um CREAS
1880 municipal. E acabou herdando essa nomenclatura de CREAS municipal. Então a conta
1881 seria o seguinte dos 4 CREAS regionais, que temos hoje, dois permaneceriam regionais,
1882 seriam reordenados na lógica da 31, um CREAS regional seria transformado em 4
1883 municipais, então Monte Alegre de Minas viraria um CREAS municipal, Canápolis, que,
1884 até então, é vinculado ao CREAS regional e Monte Alegre, para não ficar sem cobertura
1885 porque o município não pode ficar sem cobertura, a proposta é que lá seria implantado o
1886 CREAS municipal. Padre Paraíso também seria um CREAS municipal, e Paineiras, que
1887 era aquele vinculado ao CREAS de Morada Nova, como é de outra comarca, pra não ficar
1888 também sem cobertura, porque não pode ficar sem cobertura, também teria um CREAS
1889 municipal Paineiras. Então, com uma vaga de CREAS regional, a gente faria 4 CREAS
1890 municipal. Então, aqui já tem 3 e, então, sobraria 1, um CREAS regional que ficaria
1891 disponível para ser relocado de acordo como diagnóstico para outra região. Ficou claro
1892 pessoal. Claro! Cristiano. **VINICIUS** – Cristiano, são 4 vagas então, e você disse assim,
1893 uma vaga iria se transformar e 4 CREAS municipais, isso significa que o recurso dessa 1
1894 vaga vai ser distribuído nos 4, ou vão ser criado um novo recurso para poder, a
1895 implantação desses outros dois. A gente ficaria com 3 CREAS regionais, seria a pergunta.
1896 Tem dois e teria mais um ali. Você disse que ficaria disponível pra relocar. Então, de 4
1897 que teríamos hoje, ficaríamos com 3. **CRISTIANO** – sim! A parte do recurso vai vir no
1898 próximo slide, e não sei se você vai compreender, mas se tiver passando e você tiver com
1899 dúvida, aí a gente retomada, mas vai vir no próximo slide. Dos 4 CREAS regionais que a
1900 gente tem, 2 CREAS vai ser reordenado e 1 CREAS regional, hoje viraria 4 CREAS
1901 municipais e sobraria 1, que a gente poderia relocar pra outra região do Estado. Então, na
1902 prática são 6 CREAS que teriam que ser implantados, mas 2 CREAS regionalizados que
1903 seriam reordenados, mais 1 CREAS que ficaria disponível. Seriam 9, no total. Você quer
1904 falar Isabela? **SIMONE** – Cristiano! Só quero explicar o seguinte: na verdade, foram
1905 discutidos dois modelos de regionalização na resolução 31. Dos dois modelos, é todos os
1906 dois de responsabilidade do Governo do Estado, ou você implanta 1 CREAS ofertado pelo
1907 Estado pra vários municípios, ou você implanta um CREAS em cada município. São dois

1908 modelos. Além disso a resolução coloca o reordenamento, quer dizer, quem não está
1909 adequado à resolução 31, tem que se readequar esses que o Cristiano está falando são
1910 os que vão se adequar, viu Vinicius? E aí, no processo de modelo de financiamento, o
1911 que foi feito, ou você tem as contas de um CREAS, de um CREAS, x 4 para ser um
1912 regional, ou os 4 CREAS, o financiamento de 4 dividido para CREAS municipal, essa é a
1913 regra do modelo de financiamento. **ISABELA** – só complementando, um ponto que a
1914 gente discutiu ontem foi do por que desses municípios, né? Só pra esclarecer, porque
1915 uma das diretrizes da resolução 31, e uma das preocupações é não deixar os municípios,
1916 que já tinham já eram contemplados pelo serviço ficarem descobertos, por isso seriam
1917 esses 4 municípios que ganhariam os CREAS municipais, porque já estavam antes na
1918 área de abrangência dos regionais. Então, quando municipaliza o de Monte Alegre por
1919 exemplo, não pode deixar os outros municípios desguarnecidos dos serviços. Aí, por
1920 isso, já adiantando também que isso vai ser acordado ainda com estes municípios. Na
1921 resolução vocês vão ver que tem artigos prevendo, que vai ser definidos junto com os
1922 municípios. Essa é uma proposta preliminar, né, com base nesse diagnóstico que foi feito
1923 para pactuação, mas é claro que os municípios tem que acordar também. **RONALDO** –
1924 entendi esse critério do que já existia ele permanece, mas está sendo visto, de acordo
1925 com a comarca - a territorialização, para que sejam contemplados todos os municípios de
1926 porte 1? Nessa regionalização? **CRISTIANO** – especificamente, em relação ao
1927 reordenamento, ou a regionalização como um todo? **RONALDO** – Como um todo.
1928 **CRISTIANO** – sim, no caso da média, ela é voltada para os municípios de porte 1. Então,
1929 todos no diagnóstico, a gente está fazendo toda essa análise a respeito dos critérios dos
1930 municípios de porte 1 e a vulnerabilidade. **SIMONE** - Olha só, viu gente? A gente sempre
1931 começa explicando isso. É porque eu falei para o Cristiano pra gente ir direito, achando
1932 que todo mundo já tinha, mais ou menos, o mesmo nível de compreensão. Como na
1933 verdade, nós mesmos estamos aprendendo e incorporando agora. Viu Ronaldo? É o
1934 seguinte Ronaldo, aqui a gente ainda não está discutindo o plano estadual. Nós não
1935 estamos discutindo 100% de cobertura. Nós estamos discutindo, aqui, o aceite que a
1936 SEDESE fez, que o conselho estadual aprovou pra receber o co-financiamento para nove
1937 CREAS regionais, 10. **CRISTIANO** – 6 novos e 4 para reordenar. **SIMONE** – 6 novos e 4
1938 pra reordenar. Isso dá Ronaldo, pelas contas que a gente está fazendo, esse total que a
1939 gente está fazendo dá 12% do total da cobertura. Então, estamos discutindo 12%. Tá?
1940 Quando a gente trouxer o plano estadual de regionalização, e aí sim, e que a nossa
1941 proposta que o plano a gente apresente no conselho, e que a regional, e a conferência
1942 tenha condições de discutir sobre ele, porque, aí, é um planejamento maior para 100% de
1943 cobertura para a proteção especial do Estado de Minas Gerais. **ISABELA** – aí, talvez
1944 tenha faltado na introdução, no início, é porque é dentro destes termos de aceite que o
1945 Estado fez. São aqueles três, Ronaldo, não sei se você vai lembrar, que a gente trouxe
1946 aqui para pactuação para o conselho, que era para o PAIF, regional, serviço de
1947 acolhimento criança e adolescente, né, e serviços de adultos e famílias. E esse termo de
1948 aceite previu que o Estado tem pactuar com a CIB, e com o conselho inicialmente, um
1949 desenho que vai organizar a implantação dos serviços regionalizados do termo de aceite,
1950 que é o que a Simone está falando, um plano maior que tem que prever outras situações.
1951 Esse termo de aceite, ele segue a resolução 31 do CNAS, então, também tem regras
1952 específicas lá. Mas tem outras situações que vamos ter que discutir ,que são os TACS
1953 que não é contemplado no termo de aceite, mas que faz parte do plano maior, e o
1954 segundo ponto de pactuação que vai ser o plano mesmo em si. Estadual e regionalização.
1955 Então, esse aqui, é o primeiro ponto que a gente está cumprindo nessas definições, que
1956 nós temos até o dia 30 de abril, para encaminhar ao governo federal. Então foi pactuado
1957 na CIB em abril, e está trazendo no CEAS para deliberar hoje, é especificamente o
1958 desenho. Essa é só a primeira parte. O plano, ele vai além, ele vai aprofundar algumas
1959 questões. Coincidente Morada Nova tem pra alta complexidade, ele está entrando ali, na
1960 média. É. **HERMELLIS** – só não entendi, você poderia explicar novamente esse final aí,

1961 concluindo esse último CREAS que vai ser desmembrando em 4 municipais. Por que ele
1962 está sendo contado com um dos 10 regional? Que no total dos regionais. **CRISTIANO** –
1963 vou tentar. Olha só, ali em cima a gente para o Estado de MG, pro aceite que foi feito no
1964 ano passado, pra esse co-financiamento federal são 10 CREAS regional. Só que, como o
1965 Estado já possui 4 CREAS regionais lá no MDS, consta que o Estado tem 4 CREAS
1966 regionais. São esses 4 que eu falei: Águas Formosas, Morada Nova de Minas, Monte
1967 Alegre de Minas e Padre Paraíso. Ele consta como regionais, então, a orientação do
1968 MDS, é que a gente faça o reordenamento desses CREAS para inteirar os 10 regionais,
1969 que temos direito pró co-financiamento. Desses 10, 6 são novos e 4 a gente vai
1970 reordenar. É o seguinte: aplicando os critérios da 31, somente dois desses CREAS
1971 continuariam como CREAS regionais, seriam Aguas Formosas e Morada Nova de Minas,
1972 então sobrariam dois. Esses dois são, deixa eu ver se consigo passar aqui. Porque eu,
1973 esses dois que sobram são Monte Alegre de Minas, que hoje atende Monte Alegre e
1974 Biquinha, e Paineiras. Só que no caso de Monte Alegre de Minas... Peraí gente, vamos
1975 devagar. Monte Alegre atende Canápolis. É, to misturando Monte Alegre de Minas com
1976 Morada Nova de Minas. Monte Alegre atende Canápolis, que é outra comarca, então não
1977 poderia ser reordenado que são duas comarca diferentes. Então, esse CREAS, de
1978 Morada Nova, não existiria mais. Então, pra que Canápolis não fique sem cobertura, e
1979 Monte Alegre não fique sem cobertura, então teriam CREAS municipal em Monte Alegre e
1980 um CREAS municipal em Canápolis. Então essa vaga de Monte Alegre separa ela. Então,
1981 o outro CREAS municipal, regional, é em Padre Paraíso, porque Padre Paraíso é só
1982 Padre Paraíso, porque na pratica ela já é um CREAS municipal, essa vaga fica separada.
1983 Então, duas vagas que ficaram separadas, que eu falei, que é de Monte Alegre e de
1984 Padre Paraíso, uma delas a gente vai transformar em 4 CREAS municipais, porque na
1985 resolução 31 também existe essa possibilidade do que eles chamam de regionalização
1986 co-financiamento, que seria utilizar uma vaga de CREAS regional implantar 4 CREAS
1987 municipais com esse co-financiamento e, então, um desses CREAS a gente vai
1988 transformar em 4 CREAS sejam criados e implantados 4 CREA municipais. E, aí, sobraria
1989 mais 1, que a gente não utilizaria nesse reordenamento, que a gente incluiria naquele
1990 número de 6. Então, 6 mais um que sobrou, mais os dois CREAS que permaneceriam
1991 como regional, mais 4 CREAS municipais, que fecharia 8 CREAS regionais e 4 municipais
1992 que equivale a 1 CREAS regional, pra poder fechar a conta de 10, seria isso. E só pra
1993 reforçar, Canápolis, um CREAS regional em Canapolis, não pode ficar sem cobertura, já
1994 que a gente vai transformar o CREAS regional de Monte Alegre em municipal. Então,
1995 Canápolis, um CREAS municipal em Canápolis. E Paineiras a mesma situação. Paineiras
1996 não pode ficar sem cobertura, já que no reordenamento do CREAS de Morada Nova de
1997 Minas, o CREAS regional de Morada Nova só atenderia o município de Biquinhas.
1998 Paineiras, prá não ficar sem cobertura também, um CREAS municipal em Paineiras. A
1999 conta é, mais ou menos, essa, porque a gente tá usando um CREAS regional para
2000 implantar 4 CREAS municipais com o co-financiamento federal também. **ANA CLAUDIA** –
2001 acho que vale a pena a gente comentar. É quando ao Cristiano fala vaga, pode ficar
2002 confuso é pensar o seguinte: a gente tinha e tem ainda, até o momento. Nós temos 4
2003 CREAS co-financiado, ou financiados, pela união, e dois vão deixar de existir em função
2004 da resolução 31. A gente continua tendo a possibilidade e não perde esse relacionamento
2005 com o governo federal, então os 6 para serem implantados, e esses 4 depois de
2006 reordenados. Se dois não vão poder, pelo menos, assumir esse nome de CREAS
2007 regional, a gente passa a ter essas duas possibilidades, esses dois co-financiamentos, e
2008 uma delas já foi resolvida que é a divisão nos 4 municípios. **CRISTIANO** – então, é só um
2009 resumindo. Então, sendo assim, teremos dois CREAS regionais reordenados, que são os
2010 dois lá, Morada Nova de Minas e Águas Formosas, mais 7 CREAS regionais a serem
2011 implantados, que é aqueles seis lá e mais este, um que fica disponível, e um CREAS
2012 regional que vai ser desmembrado em 4 municipais, sendo que dois já estão implantados,
2013 que é Monte Alegre de Minas e Padre Paraíso, e mais dois novos, que teriam que ser

2014 implantados, que é Canápolis e Paineiras. Aqui é só continuação e uma novidade, a
2015 proposta que foi apresentada pelo secretário André, e também a Simone, que vai fazer
2016 toda uma análise, que virá na sequência da identificação, é de que sejam implantados um
2017 CREAS regional em cada macro região do Estado, e as macro regiões que estamos
2018 utilizando aqui, são as macro regiões da SEPLAG, que na verdade são 10. Mas a
2019 orientação é de que a região, a macro região que é Jequitinhonha e Mucuri, que é uma
2020 região só, ela se transforme em duas pra que possamos ter um CREAS regional em
2021 Jequitinhonha e um em Mucuri. Então a ideia seria, utilizar aqueles 9, que eu falei no slide
2022 anterior: 1 CREAS em cada macro região do Estado. E, aí, pra fechar a conta, um em
2023 cada macro região, 11 no caso, o Estado arcaria com a implantação de mais dois CREAS
2024 regionais pra inteirar essa conta de um em cada macro região do Estado . 9 co-
2025 financiamento federal e estadual, e 2 CREAS regionais somente com co-financiamento
2026 estadual. Pra que a gente tenha uma abrangência em todo Estado , não só a
2027 concentração em uma única área do Estado, então, a ideia é que a gente consiga
2028 alcançar em cada uma das macro regiões do Estado, identificar aquelas áreas onde
2029 existe uma concentração de municípios com vulnerabilidade alta, muito alta e média, pra
2030 que a gente possa implantar, em cada macro região do Estado, um CREAS regional.
2031 Então essa é a proposta. Então, aqui, portanto serão implantados 9 CREAS regionais nas
2032 macro regiões e, aí, seriam as 9 aqui: Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Jequitinhonha, Mata,
2033 Noroeste, Norte, Rio Doce, Sul e Triângulo. E, aí, contando com os dois que serão
2034 reordenados, que é aquele de Águas Formosas, que está na região de Mucuri, e o
2035 CREAS de Morada Nova de Minas, que seria reordenado também, que está na região
2036 central, e fecharia as macro regiões do Estado, se fecharia as áreas mais vulneráveis,
2037 identificados por meio do diagnóstico, e aqui é o resuminho do co-financiamento. Então os
2038 recursos referentes ao aceite é 200 mil do Fundo Nacional de Assistência, mais 100 mil
2039 do fundo, que sairiam do FEAS, o que daria um total de 300 mil anual. Este valor é ano.
2040 Ah é. No caso é, são 10, é porque eu vi 200 mil ali, eu assustei. E, ali, cada CREAS
2041 regionais, porque são 10 CREAS, cada CREAS receberia 20 mil do governo federal e no
2042 mínimo 10 mil do co-financiamento estadual, que daria 30 mil por CREAS regional. E, aí,
2043 no caso aqui, a gente fez uma discussão ontem, também sobre esses valores, e, aí, essa
2044 discussão pode ser depois aprofundada, que, aí, é em relação aos CREAS regionais,
2045 aqueles 4 que sairiam, porque, como a Simone falou, não sei se é esse entendimento. O
2046 valor para cada CREAS municipal que a gente está utilizando dos 4, a gente está tirando
2047 de um CREAS regional, os 30 mil dividido pra 4 municípios, daria um total de 7500 reais
2048 para cada CREAS municipal. Então essa é a conta básica, essa é a conta básica.
2049 **VOLNEY** – então, pelo meu entendimento, 7500 mil seria o valor para o custeio de cada
2050 CREAS municipal. 7500 reais. **CRISTIANO** – Que sairiam do CREAS regional. Que
2051 seriam Paineiras, aqueles 4, que eu citei no slide anterior. **VOLNEY** – eles teriam o custo
2052 de 7500 mil. (falas ao fundo) **ISABELA** – eles receberiam o co-financiamento de 7500 mil.
2053 Não quer dizer que é o custo não. **VOLNEY** – mas é, a princípio, já tem um valor estimado
2054 de custo? **ISABELA** – isso foi até uma discussão que a gente fez ontem, viu Simone? É
2055 importante você colocar pra gente, que foi apontado na reunião da comissão, que 7500
2056 não é suficiente para manter mensalmente um CREAS. E como entraria nessa
2057 negociação com os municípios. **SIMONE** – esse é o valor praticado nacionalmente para
2058 todos os CREAS municipais, por enquanto. Por enquanto né. **VOLNEY** – Simone, se este
2059 valor é praticado nacionalmente, você teria um custo nacional. Com esses profissionais,
2060 que tem, aí, nesse CREAS regional, pra chegar ao consenso de 7500, qual valor, por
2061 exemplo, de salário desses trabalhadores, desse aluguel, desse custeio. Tem essa base?
2062 **SIMONE** – não, nós não temos. O que está, e saiu na última conferência, é um estudo
2063 junto com o IPEA, nível nacional, onde está se fazendo o custo dos serviços, pra que a
2064 gente possa avançar no co-financiamento no piso, composto de co-financiamento federal,
2065 estadual e municipal. Mas, hoje, nós não temos o custo do serviço. **CRISTIANO** – bom !
2066 Tá. **RONALDO** – eu até estava indagando aqui, que só agora que eu me senti

2067 contemplado na pergunta do Vinicius. Né? Como seria essa divisão? E pegando o
2068 somatório, nós temos 50 mil, entre verba do FEAS e do Fundo Nacional, para cada
2069 CREAS regionalizado. É 30 mil do FEAS. 30 mil é o total. É 20 mil e 10 mil. Só estadual,
2070 10 mil. Então, é 30 mil. Ainda assim não seria dividido pelos 4 municípios. **SIMONE** –
2071 Ronaldo, isso aí, é oferta estadual, um serviço do Estado . Esses 10 mil é o Estado que
2072 vai ofertar, não o município. Ele que vai custear tudo. Esses 10 mil é um parâmetro para
2073 que nada seja menor que isso. E, na verdade, será muito maior do que isso. É só um
2074 parâmetro. Por que é o Estado que vai ofertar tudo. **CRISTIANO** – bom! E, aí, a partir
2075 disso então, considerando os critérios que a gente falou nos slides anteriores, para
2076 identificação das áreas a gente fez um exercício, e a gente está é fazendo questão de
2077 deixar bem claro como é um exercício, e neste momento, como a Simone e a Isabela já
2078 falaram, a gente está no momento de apresentar esse desenho da organização, que é um
2079 desenho inicial. O detalhamento de como se dará é a oferta desses serviços, e a
2080 implantação desses serviços vai acontecer no plano que está elaborando em andamento,
2081 e, também, vai ser apresentado nessas instâncias, e, por enquanto, é só um exercício pra
2082 identificar em cada um das macros regiões do Estado, qual são as áreas de abrangências
2083 prioritárias, ou seja, aquelas áreas que contem um conjunto de municípios de maior
2084 vulnerabilidade, e como a gente não tem um conjunto de exercícios e dados do censo, já
2085 tem a gente, tá iniciando um processo de atualização do nosso diagnóstico com base no
2086 censo SUAS 2014. Então o que a gente vai ver no exercício, ainda foi feito com base no
2087 censo SUAS 2013, e todo esse estudo que a gente fez pra identificar as áreas de
2088 abrangência em cada uma das regiões, ela é feita com base em um diagnóstico, que a
2089 gente vem elaborando, desde o ano passado, com dados do censo SUAS, e com dados
2090 de outros, com dados vindos de outros meios de informação, como a coordenadoria da
2091 infância e juventude, a secretaria de defesa social, dados de incidência de violação de
2092 direitos de outras bases. Então, a nossa ideia é agora só apresentar um exercício. Pode
2093 passar Marcelo, que vai ficar mais claro. Então, como a gente fez o exercício: a gente
2094 pegou o diagnóstico e filtrou as macro regiões, identificando com base no nosso
2095 diagnóstico, considerando os critérios da resolução 31, e considerando o índice de
2096 vulnerabilidade sócio econômica, que é o indicador que estamos trabalhando para
2097 identificar as vulnerabilidades sócio econômicas no Estado, a gente foi identificando cada
2098 uma, quais são as áreas que contém municípios com vulnerabilidade alta, muito alta e
2099 média. Então, quando eu faço o ranking dessas áreas, vai aparecer, lá, as áreas que
2100 contem um conjunto maior dos municípios com essas vulnerabilidades. Lembrando que a
2101 área contém dois, ou no máximo 8. Outra coisa que a gente fez, que é importante antes
2102 da gente olhar esses quadrinhos, apesar de que vocês já estão olhando. É a questão do
2103 peso. O que a gente fez também, a gente, quando a gente fez o ranking pra identificar as
2104 áreas mais vulneráveis, aquelas áreas que contém apenas dois municípios e tinha 100%
2105 dos municípios com vulnerabilidade, ela ficava empatada com uma área que tinha 5
2106 municípios, e 5 municípios vulneráveis. Então, a gente quis dar um peso para essas
2107 áreas, que tinha mais municípios, pra atingir uma cobertura maior. Porque se eu fosse
2108 fazer o ranking pura e simplesmente, eu teria, no primeiro lugar, somente aquelas áreas
2109 com poucos municípios. Então, quando eu faço o ranking, e tenho empatado, ou com um
2110 percentual muito próximo de vulnerabilidade, uma área que tem dois municípios, e uma
2111 área que tem cinco municípios, essa área de cinco municípios estará em primeiro lugar,
2112 pra que a gente possa abranger o número maior de municípios. Então, essa é a ideia do
2113 peso. Quando aparece somente dois, como é o caso de Além Paraíba, área de Perdizes
2114 que é uma comarca, a gente tem dois ali, porque na área do ranking as outras áreas só
2115 tinham dois municípios e estava com percentual próximo, e então, o mais vulnerável,
2116 nesse caso, de acordo com o diagnóstico que a gente fez, é Perdizes mesmo. Então, pra
2117 ficar claro, ali tem o município de Perdizes e o município de Pedrinópolis. O município de
2118 Perdizes é a sede da comarca. No nosso diagnóstico, a gente tem condições de
2119 identificar, também, quais os municípios que seriam abrangidos pelos municípios, e, isso

2120 fica claro aqui, no exercício da região central que apareceu a comarca, ou a área de
2121 abrangência de Barbacena. No caso de área, vocês vão perceber que tem mais de 8
2122 municípios. Barbacena é a sede da Comarca, Barbacena já tem CREAS. Então, se fosse
2123 o caso de implantar o serviço de média complexidade em Barbacena, Barbacena poderia
2124 ser a sede do serviço, mas não seria abrangida pelo serviço, porque lá já tem um CREAS
2125 municipal. Os municípios que estão de vermelho, são os municípios que apareceram no
2126 diagnóstico com vulnerabilidade muito baixa e baixa, então, no caso se fosse pra ser
2127 implantado o serviço em Barbacena, teria que haver uma análise pra identificar como que
2128 seria no caso desses municípios, que tem vulnerabilidade baixa, muito baixa, porque a
2129 resolução 31, fala que eu posso abranger no máximo 8 municípios. Ali dá mais de
2130 mesmo eu tirando Barbacena. Então, esse é o primeiro exercício, pra gente visualizar o
2131 método. Qual foi o método que a gente utilizou para identificar as áreas mais vulneráveis?
2132 Pode passar, que a gente vai vendo, uma por uma, e aí foi feito esse mesmo exercício em
2133 cada uma das áreas. E, aí, centro oeste, que daria no exercício, apareceu São Roque,
2134 que é a sede da comarca, Jequitinhonha - Almenara, Mucuri- Malacacheta... Ali, só pra
2135 lembrar, que é a sede da comarca, que está em primeiro ali. Não necessariamente
2136 abrangido pelo serviço, tá? Mata - Ponte Nova, Noroeste - Arinos, Norte - Januária, Rido
2137 Doce - Peçanha, Sul - Silvianópolis, Triângulo – Capinópolis. Acho que acabou, né? Então
2138 seria. Esse é o exercício que a gente fez pra demonstrar o método, que a gente utilizou
2139 para identificar aquelas áreas, que seriam prioritárias em cada uma das macros regiões
2140 do Estado . Lembrando que, pra identificação dessas áreas, foi utilizados os critérios da
2141 resolução 31. São básicos, não pode ter CREAS. Tem que ser porte 1. A área de
2142 abrangência tem que ter no mínimo 2, no máximo 8. A distância do município vinculado
2143 do município sede, não pode passar de duas horas, e os critérios de vulnerabilidade.
2144 Então, aquelas áreas que continham quantidade maior de município de porte 1 com
2145 vulnerabilidade muito alta, alta e média, elas ficaram em primeiro lugar. Quanto maior a
2146 quantidade de municípios, mais em primeiro lugar no ranking. Então, esse foi o exercício
2147 que a gente fez na média. E, aí, a gente fez esse mesmo exercício para a alta
2148 complexidade, só que antes de ver o exercício, aqui é um painel resumido e da alta
2149 complexidade, e a expansão que foi feita para o co-financiamento do governo federal. Pra
2150 alta complexidade o serviço é, os serviços tem dois um pra criança adolescentes e jovens,
2151 e outro é pra adultos e famílias, que é daqui a pouco. Esse é pra crianças adolescentes e
2152 jovens. As modalidades que podem ser oferecidas de forma regional, são acolhimento
2153 institucional na modalidade casa lar e abrigo, ou família acolhedora, ou acolhimento em
2154 república. Essa definição ainda não existe. Qual a modalidade será implantada? Essa
2155 definição, a gente vai ver daqui a pouco no texto da resolução. Que essa discussão seja
2156 realizada, juntamente com os municípios na câmara técnica da CIB, pra gente não definir,
2157 de cara, qual modalidade que vai ser regionalizada, no caso da alta complexidade para
2158 crianças e adolescentes e jovens de até 21 anos. Nesse aceite, os municípios atendidos
2159 devem ser de porte 1 e 2, é a meta física, é, são vagas, são 80 vagas para crianças,
2160 adolescentes e jovens. A meta financeira, o co-financiamento federal, 5 mil, e pra cada 10
2161 vagas, e o Estado deve cofinanciar ao menos 50% do valor, e os critérios para identificar
2162 as áreas prioritárias de abrangência, são os critérios estabelecidos na resolução 31, e
2163 também aquele mesmo critério da média complexidade, só que a diferença é a
2164 identificação à partir do índice de vulnerabilidade sócio econômica de crianças e
2165 adolescentes, que a gente tem na SEDESE, que foi construído lá. Então, a ideia é
2166 identificar aquela áreas, que contenham um número maior de municípios com a
2167 concentração de vulnerabilidade de crianças e adolescentes muito alta, alta e média. Mas
2168 o indicadores de violação, que a gente já tem alguns, e está levantando outros, pra ajudar
2169 nessa, nesse diagnóstico. E aí, o mesmo exercício que a gente fez lá. Nesse caso, aqui
2170 ontem, foi feita essa pergunta. Vocês vão ver que também tem 1 macro regiões, e a gente
2171 identificou uma área de abrangência em cada uma das macro regiões, só que no caso do
2172 acolhimento para crianças adolescentes e jovens, são 80 vagas. Então, a gente fez esse

2173 exercício só a título de demonstrar o método que a gente tem identificado para mostrar as
2174 áreas, mas dependendo da modalidade de serviços que serão ofertadas após essas
2175 discussões, que vão ser feitas a quantidade de área de abrangência muda. Se for o
2176 serviço de abrigo, abrigo é pra até 20. A casa lar é 10, e abrigo é 20. Então, e for abrigo?
2177 Rápido né, a galera? É, falando, né? Então, abrigo até 20 pessoas. Se foram são 80
2178 vagas. Se a modalidade for abrigo, seriam 4 áreas de abrangência. Pra abrigo a mesma
2179 lógica. Se forem escolhidos a modalidade abrigo, seria para até 10 pessoas, seriam 8
2180 áreas de abrangência. Aé Casa lar tá vendo. Que confusão! Desculpa. Mas é isso. Deu
2181 pra ficar claro a confusão, que eu arrumei. Então é isso. A gente identificou, em cada área
2182 da região, as áreas de abrangência, e, aí, a mesma coisa. Alto Paranaíba, a área que foi
2183 identificada Estrela do Sul, na Macro região Central - Conceição do Mato Dentro, no
2184 Centro Oeste- Dolores do Indaiá. Só uma coisa pra ficar claro, é, vocês vão ver que esses
2185 nomes que aparecem na área de abrangência são nomes de comarcas. Ao invés da
2186 gente chamar de comarca, a gente está chamando de área de abrangência, e lembrando
2187 que o critério é que os municípios pertençam a mesma comarca, significa que nem
2188 sempre uma comarca inteira será uma área de abrangência. Porque, dentro de uma
2189 comarca posso ter municípios que já possuam CREAS, então esse município não seria
2190 abrangido. Então, os municípios de uma área de abrangência devem permanecer numa
2191 mesma comarca, mas comarca e área de abrangência não é a mesma coisa - o nome
2192 que estamos dando aqui é área de abrangência regionalizada, que é esse conjunto de
2193 municípios onde um serviço será ofertado, e que deve pertencer a uma mesma comarca.
2194 Ai viria Jequitinhonha - Almenara, Mucuri - Águas Formosas, Mata - Abre Campo,
2195 Noroeste- Arinos, Norte - Brasília de Minas, Rio Doce - Peçanha, Sul - Itajubá e Triângulo
2196 - Frutal. Bom! A ideia é essa, de fazer esse exercício. Essa ideia de fazer um CREAS em
2197 cada macro região é bem interessante, porque se a gente fosse puramente pela ideia da
2198 vulnerabilidade, e mesmo assim pensando na ideia da vulnerabilidade só por uma
2199 questão de renda, a gente não quer pensar só por esse lado. O nosso índice, ele, não
2200 contempla somente essa variável da renda, contempla, também, a variável da
2201 escolaridade, a variável da família. Então, a ideia é distribuir, porque, quando a gente olha
2202 o mapa e pensa na questão da vulnerabilidade, a gente logo pensa nas regiões Norte,
2203 Jequitinhonha, Mucuri, Doce. Aquela região de Araçuaí, não é só ali que tem
2204 vulnerabilidade. Mesmo nas regiões sul, na região do triângulo, nem existem áreas
2205 vulneráveis. Então ideia é identificar as áreas vulneráveis em cada macro região, e
2206 distribuir a oferta desse serviço regionalizado pelo Estado . Pode passar, por favor. Volta.
2207 **VOLNEY** – só mesmo a título de reflexão, pra gente ter uma compreensão melhor, eu vou
2208 ter perguntar, por exemplo, se vocês tem esses dados, a gente pegando a área de
2209 abrangência de Itajubá, eu tenho ai, Itajubá, Delfim Moreira, Marmelópolis, Piranguçu e
2210 Piranguçu e Venceslau Brás, qual é a população total desses 5 municípios? E, aí, eu
2211 tenho a área de abrangência Frutal, Fronteira, Comendador Gomes e Planura. Qual é o
2212 total da população desses municípios? Só mesmo pra gente ter essa noção, porque você
2213 tem área de abrangência com três quatro municípios, que podem ter uma população
2214 pequena, como você pode ter uma população pequena, como você pode ter uma
2215 população maior. **CRISTIANO** – você está sugerindo que a gente possa pensar, de
2216 repente, no peso para a questão da população. Áreas que possuem população maior e
2217 que possuem vulnerabilidades parecidas e dá um peso, como a gente fez com a questão
2218 da quantidade de municípios? **VOLNEY** – Exatamente. Então, eu acho que seria
2219 interessante vocês acrescentarem uma coluna, pra gente ter essa dimensão. Acho que é
2220 interessante. **CRISTIANO** - lembrando que isso não está definido ainda, é só um
2221 exercício. **MARIA ALVES** – a Isabela já iria falar, mas a gente precisaria só a questão do
2222 horário. Eu sei que a discussão está muito boa e a apresentação dele é muito bacana, é
2223 porque a gente está interrompendo, e ai só queria salientar a questão do horário, que a
2224 gente tem vários pontos de pauta, e a questão da educação, também, pra gente não
2225 prejudicar. **CRISTIANO** – pode continuar? Então pode passar esse aqui, é o último slide

2226 que é o resumo para as famílias do aceite, e, aí, o serviço é pras modalidades de abrigo,
2227 casa de passagem. Os municípios de porte 1 e porte 2, a meta física 50 vagas para até 5
2228 municípios, a meta financeira, 10 mil para o co-financiamento federal para cada 10 vagas,
2229 e, no mínimo, 50% do valor com o co-financiamento do Estado . A identificação das áreas,
2230 os critérios da 31. E a gente tem uma proposta que é identificar as áreas, à partir do
2231 índice de vulnerabilidade de imigrantes, que a gente já tem no nosso diagnostico, e, além
2232 desse índice, utilizar, também, a incidência de atendimentos realizados a imigrantes em
2233 unidades de CREAS no Estado . E, aí, tentar levantar esses dados no registro mensal de
2234 atendimento no sistema estadual. A gente não chegou esse exercício, que a gente fez pra
2235 média e pra alta, pra crianças e adolescentes e pra adultos, mas a gente já está fazendo
2236 também o levantamento, e ai lembrando a.– oferta, lembrando que é um momento inicial
2237 de organização, pra gente não estar entrando em detalhamento muito profundo nas
2238 resoluções, porque esse detalhamento. Vai se dar, a gente vai colocar no plano estadual.
2239 É, então, a gente tem que encaminhar até dia 30. Isso já foi pactuado na CIB na semana
2240 passada, e a gente trouxe pra ser analisado aqui nessa plenária, e a outra tarefa que a
2241 gente tem que cumprir é até 31 de julho, encaminhar o plano de regionalização, conforme
2242 deliberado no MDS. E é isso a próxima, o próximo ponto é a resolução. **VOLNEY** – Gente,
2243 só quero destacar, que até salientei na reunião da CIB, pra que esse grupo pensante, eles
2244 possam pensar nos municípios mineiros que são fronteiriços com outros Estados. Então
2245 só trago essa observação aqui para o conselho, porque apontei isso na CIB. Quero
2246 apontar isso aqui. Eu também salientei esse detalhe de municípios fronteiriços com outros
2247 Estado s. **MARIA ALVES** – Isabela vai falar. Marta, mais alguém? Isabela primeiro.
2248 **ISABELA** – acho melhor a Marta fazer a fala antes, porque a minha proposta já é para o
2249 próximo encaminhamento. Pra tentar. **MARTA** – eu acho, queria só ressaltar que a
2250 metodologia, os critérios expostos pela SEDESE, foram amplamente debatidos nas duas
2251 comissões, né? É, e já não sei se os coordenadores vão me dar uma puxada de orelha
2252 por falar isso, mas a comissões recomendaram pela aprovação destes critérios, desta
2253 proposta, deixando para essa plenária a liberdade de discutir agora os termos da
2254 resolução que está, e vai ser colocado aqui, porque a proposta está dentro da resolução.
2255 Então, só se for o caso, fazer o ajuste no texto da resolução, mas o corpo, a lógica da
2256 resolução, as comissões ontem recomendam a essa plenária que aprovem. Queria, que já
2257 ficasse registrado, que isso adianta os debates e as discussões desse colegiado aqui.
2258 **ISABELA** – minha consideração era muito nesse sentido, que a Marta já falou mesmo. E
2259 a proposta era que, vencido o conteúdo, que a gente lesse a proposta da minuta da
2260 resolução, pensando mais no português, no texto claro, e não discutir a questão de
2261 conteúdo, que acabou de ser apresentando e ninguém tem nenhum mais
2262 questionamento. E antes de passar para a resolução, que é um ponto que está contido
2263 nela, e é em relação a proposta de revogação da resolução 466, queria também embasar
2264 na questão de que a gente já discutiu amplamente ontem, é e da CIB a gente não revoga,
2265 não isso é deles, isso é da CIB. Discutir, no caso do CEAS, seria a nossa resolução que é
2266 a 466, e, ontem, a gente já debruçou sobre isso, e só queria pedir aos colegas que tanto
2267 nas outras comissões, tanto a SEDESE, quanto a secretaria executiva apresentaram pra
2268 gente uma análise mais detalhada, e o que que a gente constatou que a resolução 466,
2269 que está vigente ainda hoje, e ela tem vários pontos que são contra do que está sendo
2270 dito da resolução 31, e, aí, a gente ficou com uma questão, que, foi a gente, fez três
2271 aceites com o governo federal pautados na resolução 31, e a gente tem uma resolução do
2272 CEAS que não bate os critério com a resolução 31. Como a intenção aqui é que todo
2273 mundo está concordando, é sim, que a gente dê prosseguimento nos aceites, e vá
2274 pensando o plano estadual da regionalização com base na 31, e tem vários pontos que
2275 foram detalhados onde estão esses pontos, a nossa proposta é de revogar a 466, é pra
2276 gente poder tocar nos debates da regionalização com base na resolução 31. (falas ao
2277 fundo). **CONSOLAÇÃO** – é, isso que eu quero entender. Não estava aqui ontem, vocês
2278 me desculpem. Vendo a apresentação e lendo aqui a 467, que elas dispõe sobre as

2279 regiões que organiza o território estadual, e ela é a referência para identificar e orientar a
2280 implantação do serviço de proteção social de caráter regional. Quer dizer, isso aqui já
2281 entra em confronto, não foi utilizada essa outra divisão regional. Então ela tem que ser
2282 revogada junto com essa, pela apresentação dele agora, e lendo o texto agora fica claro.
2283 **ANA CLÁUDIA-** É só uma questão mesmo. Necessariamente tem que ser revogado
2284 agora, porque, veja bem, a discussão, um pouco que a gente fez ontem, foi de que, o que
2285 vai se aproximar, de fato, do conceito de região da assistência é o outro conceito, que é
2286 território de proteção social, que a gente ainda precisa discutir e aprofundar um pouco
2287 mais. Então nós não temos nenhuma dúvida de que algum momento a gente vai ter que
2288 rever e tomar alguma decisão. A questão que a gente coloca é essa, se isso precisa ser
2289 feito imediatamente? **CONSOLAÇÃO** – no meu entendimento precisa, porque aqui já está
2290 definindo. Define critérios e já vai definir essas áreas: são consideradas as áreas de
2291 abrangência para a oferta regionalizada. Então já tem uma definição dessa aérea e aqui
2292 ela fala, e isso não foi construído considerando essa resolução do conselho. Senão você
2293 teria que citar a resolução 467, como uma referência para redefinir essas áreas, e ela vai
2294 identificar, e identifica, inclusive, a divisão regional da SEDESE e não a da SEPLAG.
2295 Então elas são divergentes. **ANA CLÁUDIA-** Não tenho dúvidas disso. A minha questão,
2296 vou voltar pra vocês se é necessários agora, só pra lembrar de área de abrangência, ele
2297 se aproxima muito mais de entendimento de comarca do que de regiões que a
2298 assistência social. **CONSOLAÇÃO** – mas é a base. **ANA CLÁUDIA** – mais micro, se é
2299 possível falar isso. **SIMONE-** Concordo com a Consolação. Acho que porque a gente já
2300 tinha discutido aqui, acho que umas duas plenárias atrás, a primeira plenária que eu
2301 coordenei, eu acho, porque ficou contraditório. O conselho fez duas deliberações. Fez
2302 essa deliberação e fez a deliberação do aceite. Então, na verdade ficou contraditório,
2303 como, aqui também, não vamos assumir o compromisso que o desenho que faremos será
2304 a luz da resolução 31, então não terá nenhuma contradição, vamos dizer assim, espero
2305 nenhuma surpresa, eu espero. E outra coisa que eu queria falar para a nossa presidenta,
2306 que ela está me perguntando se a gente precisa aprovar hoje. Mas é uma pergunta
2307 bastante legítima. Veja só gente, é quando nós, quando o conselho estadual fez o aceite,
2308 ele fez o aceite de várias coisas. Ele fez o aceite de fazer o debate de acordo com a
2309 resolução do conselho nacional, e fez o aceite, Maria, de mandar até o final deste mês. É,
2310 assumimos o compromisso de mandar até o final deste mês essa resolução, que eu vou
2311 voltar a dizer aos senhores, que eu já discuti isso muito na CIB, o Volney estava lá, o
2312 pessoal estava lá e ouviu bem. Nós estamos votando essa resolução para cumprir o rito,
2313 porque na CIB, aqui em Minas, nós tínhamos tirados de levar a proposta de prorrogação
2314 para prorrogar o debate, quando chegou na CIT, os municípios se posicionaram dizendo
2315 sim, se o Estado está trazendo a proposta, é porque quer escapular de novo à sua
2316 responsabilidade. Aí ficou aquele debate: ah, Estado quer fugir da sua responsabilidade.
2317 Na hora, no debate lá, houve o debate, e eu fui a primeira a dizer: lá no Estado de Minas,
2318 a gente não está querendo fugir de responsabilidade nenhuma, nós estamos querendo
2319 mais tempo pra discussão no conselho e nos municípios. E nós decimos, o que Maria,
2320 nós decidimos que vamos seguir o rito do compromisso. Vamos mandar pra CIT essa
2321 resolução, que é uma resolução que diz o quê, em que regiões e pra quais municípios, e,
2322 é lógico, que nós assumimos alguns compromissos na CIB, que também quero dá uma
2323 pausa aqui. Primeiro, nós vamos fazer a revisão de acordo com o censo SUAS 2014,
2324 segundo, nós vamos fazer uma oficina com esses municípios, pra quê? Pra ver se eles
2325 concordam, se eles acham que é isso mesmo, se o desenho que estamos propondo está
2326 correto, ou não. E, aí, depois dessa oficina, me comprometo, também, a convidar o
2327 conselho a participar. É, depois dessa oficina aí, sim, nós teremos condições melhores
2328 até julho. Então esse debate pode e deve continuar. É o prazo máximo, porque até 31 de
2329 julho temos que mandar o plano estadual, e me comprometi mais, até foi um pedido do
2330 próprio COGEMAS na reunião da CIB, é que o plano estadual de regionalização, vá para
2331 as conferências regionais, as pré conferências - não vou chamar de conferência, mas de

2332 pré, porque as plenárias que antecedem a conferências estadual, e o COGEMAS pediu
2333 isso, e inclusive nada mais correto, porque é um plano bastante importante pra Minas
2334 Gerais, tendo em vista que quase 70% dos municípios estão implicados nesse debate. E
2335 foi a grande demanda da conferência. **MARIA ALVES** – Hermellis e depois Shirley.
2336 **HERMELLIS** – então, nessa proposta que você finalizou, aí, Simone, o plano está indo a
2337 título de informação (falas ao fundo) o desenho na verdade, porque, por causa do prazo já
2338 ter ido pro MDS, (falas ao fundo) o plano de regionalização. Então, quando ele já for para
2339 os encontros regionais já vai ter mandado. Então vai ser apenas para socializar mesmo a
2340 informação do plano. É isso? foi um pedido do COGEMAS. **MARIA ALVES** – Shirley,
2341 depois Consolação e Simone também. **SHIRLEY** – Bom! Até compartilho dessa
2342 inquietação que a Maria colocou, e eu sinto a mesma coisa. Toda as vezes que a gente
2343 tenta entender algo que não está bem claro, bem entendido, porque a gente sabe que tem
2344 níveis de compreensão, então o que acontece? Muitas vezes, igual a Marta falou muito
2345 bem ali, ontem as comissões discutiram isso amplamente, as comissões discutiram quem
2346 estava lá tá tranquilo, mas quem está aqui, não está tão tranquilo como as comissões,
2347 porque não discutiram vários dos detalhes, né? E então, uma sugestão que eu dou, que
2348 existe um quadro, que a Isabela chegou a perguntar se passaria ou não, e esse quadro
2349 fala muito bem, e a fala a resolução do CEAS 466, e a justificativa da revogação dela, e
2350 deliberação dessa nova proposta de resolução. Ela ajuda a gente a perceber o que tinha
2351 na 466, que não estava legal e que não estava de acordo com a 31, e o que que tem
2352 nessa nova resolução que dá uma resposta pra isso, e ajuda a gente perceber e tirar um
2353 pouco essa inquietação, porque gente aprovar uma coisa que a gente não domina bem, é
2354 estranho. Controle social é isso, você tem que se sentir tranquilo, confortável na
2355 aprovação de uma coisa que você entende, então, às vezes, na pressa de deliberar,
2356 porque tem que cumprir ritos, prazos, a gente atropela um pouco o controle social, então
2357 a gente tem que ir e vir. Então, eu sugiro que seja lido esse quadro, pra gente tentar
2358 encaminhar. **MARIA ALVES** – Isabela, e a gente vai passar para o encaminhamento.
2359 **ISABELA** – Shirley, com certeza a intenção não é de modo algum empurrar nada não. Só
2360 porque foi feito um trabalho pelas duas comissões e tem um debate que já tem sido feito
2361 nesse conselho. Mas eu acho que os conselheiros que não fazem parte das duas
2362 comissões, poderiam se manifestar se existe alguma dúvida de proposta de reavaliação
2363 da 466, se acha importante que a gente leia esse quadro comparativo. Não tem questão
2364 nenhuma, se quiser a gente lê. As duas comissões, a de apoio, e o quê? Das duas
2365 resoluções 467, 466, se existe dúvida. **RONALDO** – é, na verdade, eu não tenho a 466.
2366 Eu gostaria de conhecer a disposição a que se dispõe a resolução 466, até porque me
2367 chamou a atenção foi ouvindo a Consolação sobre a 467, né? Se, no caso, não seria as
2368 duas, uma vez que essa aqui trás um desenho de regionalização e a 467 me parece que
2369 ela trás isso. Só a 466. (falas ao fundo). **ISABELA** – então vamos por Cris. No primeiro
2370 slide tem a ementa do quadro comparativo, é igual. Esse aí. Aí, então né, a pergunta do
2371 Ronaldo, a ementa da. Só que não consigo enxergar. (falas ao fundo) **MARTA** -
2372 Resolução CEAS 466/2013 – Ementa aprova as diretrizes para organização de serviços
2373 regionalizados de proteção social especial de média e alta complexidade, no âmbito do
2374 Sistema Único de Assistência Social, e revoga a resolução CEAS 366/2011. A justificativa
2375 para revogação da deliberação do CEAS da resolução pactuada na CIB em 10/04, porque
2376 aquela resolução trás uma nova ementa, e a que vai ser apresentada aqui, também traz
2377 uma nova ementa. A ementa da CIB é mais completa e adequa as diretrizes
2378 estabelecidas na resolução CNA n. 31/2013. Aí, gente vocês podem ir interrompendo,
2379 quem quiser fazer alguma consideração. Artigo 1 da resolução 466, apresenta os critérios
2380 para a oferta dos serviços regionalizados. Na nova proposta, os critérios para
2381 identificação de abrangência dos serviços regionalizados estão contemplados no texto da
2382 resolução do artigo 1º nos critérios gerais, no artigo 5º na alta complexidade para crianças
2383 adolescentes e jovens e no artigo 6º adultos e famílias. **CRISTIANO** – só pra ficar bem
2384 claro, é 7. Por que não deu tempo de mudar no slide. Mas, ali, o artigo 6 é 7º, na nova

2385 resolução da CIB é que trata dos critérios de adultos e famílias – **MARTA** – próximo,
2386 alguma questão gente? Na resolução 466 de 2013, do CEAS, o artigo 2º ressalta a
2387 excepcionalidade dos serviços regionais e que, sendo identificado demanda para
2388 acolhimento de criança e adolescentes, será priorizado serviço de atendimento em família
2389 acolhedora. Descreve quais modalidades de acolhimento regional para crianças e
2390 adolescentes serão regionalizados. Abrigo e casa lar. Nessa proposta com a implantação
2391 dos serviços regionalizados, o artigo 6º da resolução descreve que a modalidade de
2392 oferta, a metodologia de atendimento dos serviços e a capacidade de atendimento das
2393 unidades, serão definidas juntamente com os municípios da Câmara técnica e da CIB. Aí,
2394 a modificação. No artigo 3º, da resolução 466, dispõe que a gestão de serviço
2395 regionalizados de proteção especial é de responsabilidade compartilhada dos Estados e
2396 dos municípios abrangidos, devem pertencer, preferencialmente, à mesma comarca. Na
2397 nova proposta de resolução, a gestão compartilhada já é prevista na resolução 31, então
2398 ela é a principal referência normativa, e a resolução proposta prevê que os municípios da
2399 área de abrangência devem pertencer à mesma comarca, e não preferencialmente,
2400 portanto observa a 31. Olha eu estou dando conta. A 466/2013, (falas ao fundo) artigo 4º
2401 apresenta os critérios para que os municípios sediem, ou se vincule, ao serviço de
2402 regionalizado de média complexidade. O inciso I da alínea B, descreve que para cada
2403 município sediar a oferta regional, ele deve ter unidade de acolhimento institucional para a
2404 criança e o adolescente, e o inciso II, alínea B, que por vinculação do município ao
2405 serviço, serão utilizados o IDCRAS, sintético maior que 5, e dimensão RH no mínimo
2406 suficiente como critérios. Nessa nova proposta, os critérios para que os municípios
2407 sediem, e vincule, os serviços são definidos nessa resolução, e a CIB já definiu que são
2408 as referências e a implantação dos serviços. Não entendi. Deixa eu ler devagar, ok, eu li
2409 CIB, na 31 da CNAS, o critério estabelecido no inciso I alínea B, não encontra amparo
2410 legal na resolução 31 de 2013, o critério da resolução 466, então ele conflita com a 31. O
2411 critério estabelecido no inciso 2, também tem conflito com a 31, e o detalhamento, de
2412 como vai ser esse aspecto da prestação de serviço de média complexidade, será definido
2413 em resolução a ser publicada posteriormente. É o que essa nova proposta encaminha. Na
2414 466/2013, o artigo 5º dispõe que os critérios para que os municípios sediem, ou se
2415 vinculem aos serviços regionalizados de alta complexidade, ela diz que no seu inciso I,
2416 alínea B, que para que o município sediar oferta regional, ele deve ter unidade de
2417 acolhimento institucional principalmente para criança e adolescente. Ele diz, também, que
2418 a vinculação do município em outro inciso e alínea, deverá utilizar o IDECRAS. E,
2419 também, prevê a instituição de Câmara Central de Vagas, na nova proposta é se
2420 alinhando a resolução 31 do CNAS. É que no artigo 5º inciso I, alínea B, né, ela está em
2421 desacordo com a 31, que prevê que os serviços regionalizados de alta complexidade
2422 sejam ofertados para municípios, que não possuem serviço implantado, ou em processo
2423 de implantação. É estabelecido que no inciso II, alínea B, também não encontra amparo
2424 na resolução e a central de vagas de acolhimento está previsto no planejamento estadual,
2425 e o detalhamento para implantação desse sistema será definido em resolução a ser
2426 publicada posteriormente, e o detalhamento de como se dará a implantação dos serviços
2427 de proteção especial regionalizados, será definido em resolução, também, posteriormente
2428 é isso que foi retirado do que a 466 antes normativa. **MARIA ALVES** – você quer falar?
2429 Pode falar Ronaldo. **RONALDO** – na verdade, esse quadro mostra o que foi necessário
2430 de adequação à resolução 31. Isso pra mim ficou claro. Só que estou vendo que a 466,
2431 ela é mais completa, né? E ela se dispõe, aprova as diretrizes para organização dos
2432 serviços. Na verdade, a apresentação que foi feita pelo Cristiano, ela realmente é a
2433 proposta de organização, o que se dispõe também está claro, mas a 467, ela se dispõe
2434 sobre regiões de assistência social que organiza o território. Só entendo que ela está
2435 alterando redação, mas se dispõe, também, sobre a organização e a regionalização. Ela
2436 ainda no artigo primeiro, que só tem um artigo, aprova regiões de assistência social
2437 organizados em território estadual, com a indicação para orientar a implantação dos

2438 serviços. Então, entendo no meu entendimento, é de que deveria, nesse caso, revogar
2439 realmente as duas, porque essa aqui não contempla. Esse é o meu entendimento. O meu
2440 entendimento é que teria que revogar as duas e, aí sim, a gente estaria aprovando uma
2441 resolução de organização e, posteriormente, uma resolução já desenhada
2442 definitivamente, que nós teríamos o prazo para fazer isso até julho, definitivamente.
2443 (aplausos). **MARIA ALVES** – agora, a gente já pode encaminhar para votação depois.
2444 Agora até palmas saiu, lembrando que a fala dela anterior, que a gente tinha falado da
2445 história, quando eu questionei a Simone, será que era bom a gente aprovar hoje, é em
2446 outra dimensão. Ela trouxe uma fala de quem não estava presente, estava com dúvida. É
2447 pertinente, também, mas precisamos avaliar, também, no processo entre nós
2448 conselheiros, o papel das comissões, pra gente ver em que nível as comissões estão
2449 trabalhando, e quando trazer para cá, a gente às vezes, né, não desconsiderar tanto o
2450 trabalho da comissão, se não a gente reaprofundar demais. (falas ao fundo). É, tocando
2451 em frente, não precisa ser nominal não. Tem alguém contrário à aprovação da resolução?
2452 Incluindo a revogação da 466 e da 467. (falas ao fundo). Gente! Vocês não se
2453 manifestaram, tá? Ok, tá? Não precisa ler não. Cada um vai receber em mãos. Podem
2454 passar pra frente. Bora pra frente, próximo ponto de pauta. Não! Foi aprovado por
2455 unanimidade, ninguém se manifestou contrário, (falas ao fundo) tem dúvida? Então,
2456 vamos ler. **VOLNEY** – Gente! Acho que essa resolução, ela vai implicar no Estado de
2457 Minas Gerais. Eu gostaria que tirássemos os considerandos e lêssemos a resolução.
2458 **MARIA ALVES** – sim, a gente acabou de rever isso. **VOLNEY**- só adiantando, no artigo
2459 3º, só a nível de redação Consolação, o Estado está em minúsculo. Estado, enquanto
2460 ente, gostaria que colocasse em maiúsculo, por favor. **ISABELA** – Vamos ler, e guarde
2461 os destaques, aí. **VOLNEY** – Todas às vezes, né gente, só pra às vezes na rapidez,
2462 quando aparecer Estado enquanto ente, que seja maiúsculo. Igual aparece no artigo 3º,
2463 Estado em letra minúscula. Quero que faça a correção, por gentileza. **ISABELA** – sim,
2464 senhor, gente! **MARIA ALVES** – só um minutinho. A gente não aprovou com rapidez não,
2465 viu Volney? E o Hermellis está sugerindo a historia da leitura, e a Simone também aqui
2466 junto com você. Então está muito tranquilo as coisas. Outra coisa, é o seguinte, questão
2467 de redação. Isso é de responsabilidade da equipe técnica, gostaria que a gente se atese a
2468 isso, pra gente não perder muito tempo. Isabela, por favor. **ISABELA** – resolução n. tal de
2469 2015. Dispõe sobre a organização da oferta do serviços regionalizados, para atendimento
2470 especializado das famílias e indivíduos PAEF, do serviço de acolhimento para crianças
2471 adolescentes e jovens de até 21 anos, e acolhimento para adultos e família. A presidente
2472 do Conselho Estadual de Minas Gerais, CEAS-MG, no uso das suas atribuições,
2473 conferidos pelo artigo 13º e pela lei estadual 12262, de 23 de julho de 96, e, aí todos os
2474 considerandos, né? Todo mundo está de acordo em pular os considerandos? Resolve:
2475 artigo 1º, aí gente, por favor, vai fazendo os destaques, e no final a gente ouve os
2476 destaques. Artigo 1º - definir os critérios para priorizar as áreas de abrangência para
2477 oferta de serviços regionalizados da proteção social especial, conforme a resolução
2478 CNAS n. 31, de outubro de 2013, inciso I – são consideradas áreas de abrangência da
2479 oferta regionalizada, o conjunto de municípios onde se dará a oferta regionalizada dos
2480 serviços de proteção social especial de média e alta complexidade. § 1º - a definição da
2481 área de abrangência da oferta regionalizada se dará conforme critérios estabelecidos na
2482 resolução CNAS n. 31, e, à partir da análise de indicadores de análise de vulnerabilidade
2483 IVM construídos pela SEDESE. § 2º - os municípios que compõe a área de abrangência
2484 da oferta regionalizada, pertencem a uma mesma comarca. § 3º - as áreas com maior
2485 concentração de municípios com vulnerabilidade, muito alta, alta e média, serão
2486 consideradas áreas prioritárias de abrangência da oferta regionalizada, inciso II, serão
2487 contempladas com o serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e
2488 indivíduos PAEF de caráter regional 11 macros regiões do Estado , considerando para
2489 tanto as 10 regiões de planejamento da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG,
2490 e a divisão da macro região Jequitinhonha e Mucuri. A - macro região 1, Rio Doce, B -

2491 Macro região 2, Norte, C -Marco região 3, Jequitinhonha, D - Macro Região 4 – Mucuri, E
2492 - Macro Região 5, Zona da Mata, F - Macro Região 6, Sul, G - Macro Região 7, Triângulo
2493 Mineiro, H - Macro Região 8, Alto Paranaíba, I - Macro Região 9, Noroeste, J - Macro
2494 Região 10, Central, K - Macro Região 11, Centro-oeste. Inciso III, a identificação dos
2495 municípios se dará, § 1º - conforme dados do censo SUAS do ano vigente, § 2º -
2496 conforme o Índice de Vulnerabilidade Municipal IVM – construído pela SEDESE. Inciso IV,
2497 em uma macro região com área de abrangência mais vulnerável que possua maior
2498 quantidade de municípios, serão priorizadas pela implantação de serviço de proteção e
2499 atendimento especializado de famílias e indivíduos PAEF. Artigo 2º - à partir do aceite
2500 2014, do governo federal, para oferta dos serviços de proteção social de média
2501 complexidade, aí o CEAS delibera. Cópia de todo mundo está alterado. Está descrito a
2502 CIB. Então, destaque aí, por favor. Está alterado no texto, que está sendo projetado, e, no
2503 de vocês, está a CIB pactua, e o CEAS delibera. Inciso I - implantação de 6 CREAS
2504 regionais, Co-financiados pelo Estado e pela união, inciso II - reordenamento de 4 CREAS
2505 regionais existentes co-financiados pelo Estado e união. Artigo 3º - dos 4 CREAS
2506 regionais existentes no Estados a serem reordenados, inciso I, duas unidades de CREAS
2507 permaneceram como regionais, A - Morada Nova de Minas, sede de comarca cujo o
2508 município está vinculado a Biquinhas, e B - Águas Formosas, sede de comarca cujo os
2509 municípios vinculados são Bertópolis, Crisólita, Fronteira dos Vales, Santa Helena de
2510 Minas e Umburatiba. Inciso II - uma unidade de CREAS regional será transformado em 4
2511 unidades de CREAS municipais. A - Monte Alegre de Minas, B - Canápolis, C - Padre
2512 Paraíso, e D – Paineiras. Inciso III - um CREAS regional fica disponível e sua área de
2513 abrangência será redefinida, conforme critério estabelecidos nesta resolução. Artigo 4º -
2514 conforme estabelece o inciso II, do artigo 1º, o Estado arcará com recursos próprios para
2515 implantação de mais duas unidades do CREAS regionais, até que haja expansão do co-
2516 financiamento federal contemplando assim as 11 macro regiões definidas nesta
2517 resolução. Artigo 5º - a implantação de serviço de acolhimento para crianças
2518 adolescentes e jovens até 21 anos obedecerá os seguintes critérios. Destaque? Artigo 5º
2519 Volney? 4º? Então artigo 4º. Artigo 5º - a implantação de serviço de acolhimento para
2520 crianças adolescentes e jovens até 21 anos obedecerá os seguintes critérios. Inciso I –
2521 identificação das macro regiões prioritárias utilizando o índice de vulnerabilidade sócio
2522 econômica. Inciso II - priorização das áreas de abrangência, que possuem municípios
2523 com índices de vulnerabilidade de crianças e adolescentes, muito alto, alto e médio.
2524 Inciso III – priorização das áreas de abrangência, que possui maior número de municípios
2525 abrangidos. Inciso IV – diretrizes estabelecidas na resolução CNAS, 31 de 2013. Artigo 6º
2526 - A modalidade de oferta, as metodologias de implantação dos serviços e a capacidade
2527 de atendimentos das unidades, serão definidas, juntamente, com os municípios na
2528 Câmara Técnica e na Comissão Intergestores Bipartite CIB. Artigo 7º - a implantação
2529 para atendimento de acolhimento de adultos e famílias, obedecerá os seguintes critérios.
2530 Inciso I – identificação das macro regiões prioritárias, utilizando o índice de
2531 vulnerabilidade sócio econômica. Inciso II - priorização das áreas de abrangência com
2532 municípios que possuam índices de vulnerabilidade de imigrantes, muito alto, alto e
2533 médio. Inciso III – priorização das áreas de abrangência, que possui maior número de
2534 municípios abrangidos. Inciso IV – priorização das áreas de abrangência de incidência de
2535 atendimentos realizados a migrantes em unidades de CREAS, conforme dados
2536 levantados nos registros mensais de atendimento e sistema estadual. Inciso V - diretrizes
2537 estabelecidas na resolução CNAS 31, de 2013. § único serão implantados dois serviços
2538 regionais para acolhimento de adultos e famílias para até 25 usuários em cada serviço.
2539 Artigo 8º - os critérios estabelecidos, nesta resolução, são preliminares, e deverão ser
2540 confirmados quando da pactuação do plano estadual da regionalização, dos serviços de
2541 proteção social especial. Artigo 9º - fica revogada a resolução do Conselho Estadual de
2542 Assistência Social – CEAS, n 466, de 16/12/2013, destaque para incluir a resolução 467,
2543 e, esta resolução entra em vigor na data da sua publicação. **MARIA ALVES** – nós vamos

2544 ver os destaques artigo 4º Volney a Simone no 2º **VOLNEY** – não tive tempo de
2545 raciocinar. Estava acompanhando a leitura e talvez vocês me ajudam aqui. O art. 4
2546 quando define, né, que conforme estabelece o inciso III, do artigo 1º 2º, o Estado arcará
2547 com recursos próprios para a implantação de mais duas unidades de CREA regional, até
2548 que haja nova expansão do co-financiamento federal, contemplando assim as 11 macros
2549 regiões definidas nesta resolução. Seria interessante a gente vincular o valor que o
2550 Estado vai arcar com esse CREAS regional, porque a base, o financiamento é federal,
2551 não é isso? A base é federal, né? Quanto é Federal? 30 mil não é isso? 30, né? 20, né?
2552 Tá aí, o Estado, ele vai arcar com esse de 30, esses dois regionais dele? Podemos
2553 vincular isso? Pois é, porque depois qual é. **ISABELA** – eu entendo que, quando o
2554 Estado, ele está assumindo todos os custos, pode ser além de 30 mil, então, não é
2555 interessante a gente, provavelmente será, não limitar. O Estado está assumindo o custo
2556 real do serviço, e o custo real a gente não tem hoje, mas o Estado está assumindo pra si,
2557 a oportunidade de bancar o CREAS. **VOLNEY** – hoje é 30 mil. **ISABELA** - o mínimo para
2558 o governo federal está co-financiado 20, e o Estado vai colocar, no mínimo, 10 mil. Mas
2559 nessas unidades, que o Estado vai arcar integralmente, com certeza vai ser maior. Então,
2560 é assumindo o compromisso todo do custo real do compromisso. **MARIA ALVES** – e a
2561 proposta que foi apresentada, esses dois foram para ampliar, para chegar ao total de 11,
2562 se não estou equivocada. Passando para a Simone, por favor. **SIMONE** – não custa nada
2563 colocar o parágrafo primeiro dizendo que o co-financiamento do governo do Estado não
2564 poderá ser menor do que 10 mil. Que é isso que nós acordamos e deverá seguir as
2565 normativas de serviços do SUAS. Isso você garante, no mínimo, a qualidade, né Volney.
2566 Parágrafo único. É, no mínimo, porque o que é o aceite. O Volney está sugerindo que a
2567 gente repita o aceite. O aceite ficou, eu aceito, os 20 mil, e vou colocar no mínimo 10 mil.
2568 Esse é o aceite. Eu olho, mas não enxergo nada. (falas ao fundo). – **MARTA** - nos termos
2569 que foi colocado aqui de 50%, no mínimo 50% do valor do aporte do governo federal, e,
2570 aí, de acordo com as normativas. O que está inclusive no aceite. (falas ao fundo.) **MARIA**
2571 **ALVES** – ótimo. Ninguém mais, ela já é isso. **SIMONE** – bom o artigo, segundo já tinha
2572 sido alertado a nós pelo MP, pela Dra. Paola, que acompanha a CIB semana passada, e
2573 alertado de novo por eles, agradeço muito, é exatamente, porque no artigo 2º por que o
2574 CREAS é maior que o PAEF, que está sendo co-financiado pelo governo federal. Então,
2575 se a gente colocar igual está no artigo 2º - implantação de 6 CREAS regionais, fica
2576 parecendo que é o CREAS com todo o serviço que tem nele. Então, nós temos que
2577 colocar implantação de 6 CREAS com oferta de PAEF. **ISABELA** – Simone, a Lisiane
2578 está chamando a atenção aqui, que, nesse caso, aplica ao artigo 3º e em todos os seus
2579 incisos, e onde tiver CREAS, substituir por PAEF. Onde tem CREAS com oferta de PAEF,
2580 é CREAS/PAEF. Então, oferta fica mais claro. Mais alguém? **MARIA ALVES** – Marta,
2581 você quer falar ainda? **MARTA** - só entender, porque está perguntando aqui, no inciso I e
2582 II o reordenamento também vai fazer com oferta de PAEF. Não só no Inciso I, no dois
2583 também. **MARIA ALVES** – onde dizer CREAS? **ISABELA** – porque a regionalização, hoje
2584 ela é pra o que diz a resolução 31, é pra PAEF. A gente não tem diretrizes para oferta de
2585 outros serviços da média complexidade, entendeu? Gente! a resolução 31, e as diretrizes
2586 que a gente tem hoje é para regionalização de PAEF. A gente ainda não tem diretriz para
2587 regionalização de outros serviços da média complexidade, não temos diretrizes para fazer
2588 reordenamento de outros serviços de caráter regional, entendeu? Se a gente está
2589 seguindo a 31, é ai. Isso é PAEF. (falas ao fundo). **MARIA ALVES** – tem alguém contrário
2590 às propostas de sugestão para a resolução. Tem proposta de mais uma. **PATRÍCIA** – Na
2591 verdade, eu só queria pedir uma modificação no considerando, porque o primeiro
2592 considerando fala da legislação 7893, de 24/101989, que fala da pessoa com deficiência
2593 e seus direitos. Eu gostaria que se colocasse, aí, a conversão da norma que trata do
2594 direito da pessoa com deficiência, ela é de 2008. Ela é mais recente do que essa própria
2595 legislação, e ela substitui, e ela tem caráter de constituição, sobre os direitos da pessoa
2596 como deficiência. **MARIA ALVES** – OK gente! (falas ao fundo) **MARTA** – Então, se é

2597 considerando, eu queria que avançasse, porque ontem a gente já tinha visto que tinha um
2598 errinho. Só pra gente ver, se não está errado este arquivo. Avança para a outra página
2599 que tem considerando é o quarto. Vê se saiu o da CIB, considerando a resolução CIB 07.
2600 Tirou daí. Tá, então pronto. **MARIA ALVES** – mais uma vez, alguém contrário à proposta
2601 de Patrícia? Então, a gente já tinha aprovado anterior, com todos os acréscimos, ficou
2602 aprovado por unanimidade mais uma vez. Ela quer qualificar o voto dela. **SIMONE** -
2603 primeiro quero responder, responder não, esclarecer o que eu penso, que vou levar para
2604 a comissão organizadora da conferência, acerca do debate do plano estadual. Nós
2605 estamos mandando para o governo federal o aceite do governo federal, onde ele pode
2606 exigir qualquer coisa, viu Hermelliss, você pode ficar tranquilo. Não, ele pode. Mas a
2607 conferência não tem caráter de instância máxima de deliberação, né, então eu,
2608 particularmente, respeito muito conferência. Então se essa conferência tomasse outro
2609 rumo, nesse aspecto a gente caberia uma conversa com o nível nacional. Mas é só se
2610 esse pedaço que é de co-financiamento dele, tem todo o plano ainda que nós vamos
2611 discutir muito, viu gente? Com certeza. Dito isso, eu quero, por exemplo, primeiro fazer
2612 alguns agradecimentos e dizer que pra mim é uma data muito importante a data de
2613 votação desta resolução. Eu falava com a Tereza que Minas tem uma história muito
2614 interessante, de vanguarda mesmo. Minas foi o primeiro Estado a fechar suas FEBEM,
2615 né, implantar suas casas lares, um outro modelo, e já acenava para a
2616 desinstitucionalização, eu tenho certeza que essa resolução, ela nos aponta um outro
2617 caminho, que ele vai complementar esse ciclo em Minas Gerais. Acho que é muito
2618 importante e nós temos uma secretaria - a SEDESE. Ela tem trabalhadores que se
2619 dividem trabalhadores da época da FEBEM, e trabalhadores pós SUAS, e muito
2620 interessante essa vivência pra mim dentro da SEDESE. Pra mim tem sido muito
2621 gratificante viver essa história na secretaria, e, então, acho que vai ser muito importante,
2622 e eu penso que a Lúcia tem dito insistentemente, que todo esse desenho que nós
2623 estamos fazendo, ele deve servir pra que a gente invista na prevenção da
2624 institucionalização em Minas, e, nesse sentido também, eu quero agradecer muito aqui ao
2625 MP, agradecer de verdade, a forma, o jeito, a postura, né, solidária, parceira, e também já
2626 dá uma boa nova para os conselheiros, de que iremos para fortaleza é no final do mês, e
2627 iremos gestores de Minas, COGEMAS e membros da CIB, e também convidamos o MP,
2628 porque nós vamos conhecer o sistema de notificação de violação de direitos do Ceará,
2629 pra gente implantar em Minas. Acho que isso também trás boas novas para o processo da
2630 regionalização. Quero agradecer muito a Tereza, a superintendente ali, agradecê-la pela
2631 postura, pela disposição com que abriu o debate, com a subsecretaria quero agradecê-la
2632 muito, mas eu não posso deixar de agradecer aqui, muito particularmente, ao galã
2633 Cristiano, é, aos super pop Marcelo e a maravilhosa gata da Ana. Obrigada, viu gente! pra
2634 vocês mesmos, muito obrigada pela dedicação carinho e confiança. Obrigada gente!
2635 (aplausos). **MARIA ALVES** – Lúcia. **LÚCIA** – Simone, só pra acrescentar na sua fala, das
2636 tristes histórias da FEBEM, eu sofri um impacto muito grande, e cheguei aqui e ouvi uma
2637 triste expressão - central de vagas. Acho que a gente pode pensar em uma coisa, mais
2638 século XXI, vamos dar um jeito nisso. E a outra questão é que na história do Estado de
2639 Minas, como eu estava em Brasília na Secretaria Nacional da Criança, a gente fez um
2640 esforço uni pra da conta, como alguns querem. O modelo atual do SIM é muito atual. Ele
2641 foi totalmente refeito, ele é moderno, e essa atualização das notificações de violência à
2642 criança e do adolescentes, se implantar o SINA, a gente tem todo o real. A gente tem todo
2643 o real. E essa implantação, ela ficou só com responsabilidade da SEDESE, que é uma
2644 subsecretaria criança e adolescente, eu, subsecretaria de direitos humanos, parece que
2645 esse era o nome. Logo que eu assumi no MDS, em 2013, e a Marta que era
2646 subsecretária, ela veio, a gente pediu insistentemente e chegou esse ano, foi feito um
2647 seminário no finalzinho do ano, e esse ano está implantando pelo menos no meu
2648 município. Então, como vocês estão lá integrados, acho que tinha que ver isso com muito
2649 carinho, porque a qualidade da informação que vai propiciar é muito boa, entendeu?

2650 Então, na questão criança e adolescente acho que tem um bom caminho andando. A
2651 Simone vai lembrar, a gente até tentou integrar e tal meio aberto, de meio aberto pelo
2652 menos, e tinha essas discussões pendente e seria até outra coisa, que poderia pensar, né?
2653 Ele é um pouco diferente na concepção, dados e aspectos, mas ele também teria um
2654 conjunto de informações bem organizado já. Agora, o Conselho Tutelar precisa
2655 urgentemente. **MARIA ALVES** – então passando para o próximo ponto de pauta, a gente
2656 vai para as discussões das comissões temáticas. Eu queria pedir licença aos
2657 conselheiros, às pessoas que estão aqui conosco, e os nossos visitantes também, que eu
2658 vou ter que me retirar. Queria solicitar à Simone que ela coordene os trabalhos da mesa.
2659 É um motivo por situação da minha mãe. Tenho que pegá-la no Júlia Kubistchek agora, e
2660 daqui lá é bem longinho, e ela ainda viaja hoje. Então, queria que vocês me essa licença
2661 e até semana que vem, nós estamos juntos na plenária nacional. Tá ok! Obrigada e bom
2662 trabalho. **VOLNEY** – o Mais Educação, eles virão para apresentar? **SIMONE** – então,
2663 agora, nós vamos fazer um debate extremamente importante, que eu pedi a Consolação
2664 para colocar no e-mail de todos os conselheiros desde a semana passada, que é uma
2665 instrução operacional que foi feita pelo MDS e MEC, acerca da integração do serviço de
2666 convivência e fortalecimento de vínculos e o programa Mais Educação. Por que sempre
2667 tem muita dúvida, né? É da semelhança que alguns acham que os programas tem, ou
2668 que o programa tem com os serviços, e é claro que estamos em um momento de
2669 reordenamento, e é bem provável que tenha muitas práticas bastante parecidas mesmo,
2670 no município, lembrando que o serviço de convivência em sua grande maioria, ele vem do
2671 chamado jornada complementar. Só de chamar jornada complementar, ele é chamado de
2672 jornada complementar a escola. Então, a assistência social, ela fazia jornada
2673 complementar à escola, por isso que na prática das ofertas do SUAS, a gente encontra
2674 ainda muitas ofertas que se parecem com práticas educacionais. Oferta é serviços, ou
2675 atividade educacionais para crianças, ou para a população pobre. Esse é um modelo
2676 bastante antigo da compreensão da assistência social. O SUAS tenta romper com esse
2677 modelo. Mas como as coisas não se dão de uma hora pra outra, né? A mudança, o
2678 reordenamento é um processo, né, das ofertas, tantas as ofertas estatais, quanto das
2679 entidades. Então, é muito importante que o MEC e o MDS, também se posicionem de
2680 qual é o papel setorial, e o que que integra as duas áreas. Então, eu quero muito
2681 agradecer a presença da Rogéria, que é coordenadora da educação integral, viu Rogéria?
2682 Gostaria que você senta aqui. Tudo bom Rogéria? Agradecer a Secretaria Macaé. Dá um
2683 abraço do nosso conselho, e tive com ela e foi na hora. Rogéria esteve lá com a gente, e
2684 ela que está fazendo isso lá no MEC, e vai ser muito bom a participação dela no conselho
2685 estadual. Então, muito obrigada pela sua presença, e vou passar a palavra imediatamente
2686 com você. A conselheira que colocou a questão, só pra você se localizar com o que é o
2687 debate no conselho. **RENATA** – bom! Rogéria boa tarde, obrigada pela presença,
2688 obrigada ao conselho por ter acolhido a pauta, a sugestão de trazer esse debate. Foi pra
2689 gente avaliar em que medida em que o conselho da assistência pode se implicar nesse
2690 serviço, que hoje está colocado na secretaria de educação, mas ele também dialoga com
2691 a assistência, na medida que as entidades continuam prestando contas, e executando os
2692 serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. O que tem acontecido em BH e
2693 trazido essa discussão pra cá? Em 2012, as instituições, que antes eram conveniadas
2694 com as secretaria municipal de assistência social, elas passaram para o Programa Escola
2695 Integrada da Secretaria Municipal de Educação, e há uma parceria entre a Secretaria
2696 Estadual de Educação e a Secretaria Municipal de Educação pra que esse programa seja
2697 desenvolvido com parte de financiamento do Estado e parte do financiamento ato da
2698 prefeitura. As instituições, que antes eram conveniadas com a assistência, responderam a
2699 um chamamento público, passaram a prestar o serviço na escola em tempo integral, mas,
2700 à partir daí, problemas começaram a surgir, problemas referente a metodologia. Aquela
2701 metodologia da assistência se perdeu. Acompanhamento da educação, proposta
2702 pedagógica inconsistente. Recorrentes atrasos no pagamento dos recursos, que

2703 causaram vários inconvenientes para as instituições. Algumas fecharam as portas, não
2704 conseguiram se sustentar. Outras estão sofrendo ações trabalhistas, porque elas
2705 mantinham serviços com ações, que vinham o serviço com recurso que vinha da
2706 educação, e, aí, não conseguiram pagar o contrato funcionário, e funcionário muitas
2707 vezes não entendem, e entraram com ações trabalhistas, e tem algumas instituições, eu
2708 não tenho liberdade para citar, mas a gente vai ter uma audiência pública para discutir o
2709 tema, e elas vão apresentar isso. É, então é, alguns problemas começaram a acontecer e,
2710 desde 2012 isso vem acontecendo, e a gente procura o gestor municipal pra discutir, pra
2711 dialogar, pra tentar e tal, e o que a gente foi percebendo do cenário, apesar do serviço
2712 estar alocado na educação, no município de BH ele ficou um pouco órfão, e a tão falada
2713 na intersectorialidade na política. Então, eu nunca tive na gestão, eu que estou na ponta eu
2714 consigo ver muito de perto, é difícil pra mim, pessoalmente, avaliar a medida que a gente
2715 tem que localizar cada discurso em cada área. A gente executa um programa de atenção
2716 à criança e adolescente, então a gente chamou o conselho da criança e do adolescente,
2717 porque ele tem que se implicar, porque ele é um conselho deliberativo, tem que se
2718 implicar. É uma política de proteção. Então o conselho foi chamado ao diálogo,
2719 chamamos a educação, porque o financiamento vem dela, o programa é da educação,
2720 chamamos a assistência, porque estamos em área de risco. Estamos executando ainda
2721 um programa, apesar que a Simone falou, acho que vai ficar mais claro depois da fala da
2722 Rogéria, da gente separar um pouco do que é fortalecimento de vínculos e mais
2723 educação, mas ainda prestamos contas para o Conselho Municipal de Assistência Social.
2724 Fazemos isso também. Fazemos o serviço de assistência, encaminhamentos para os
2725 CRAS, atenção acompanhamento das famílias e, aí, a gente acha que é importante que
2726 essas políticas dialoguem no sentido de resolver essa situação, assim, em paz, porque
2727 quem está ficando prejudicado é a criança e ao adolescente na ponta, que não está tendo
2728 um atendimento de qualidade. O serviço também, a outra demanda, que levou a gente a
2729 puxar a discussão, é que o serviço hoje é muito barato para o município e para o Estado.
2730 A gente ter que se virar, pra ter serviço. Olha só, é 80 reais per capita. E a gente faz a
2731 comparação, hoje a gente está na prevenção, quando a criança recebe a medida de
2732 protetiva e cai no acolhimento institucional ou por ventura ela vem infracionar e cai no
2733 acolhimento sócio educativo, ela custo muito mais para os cofres públicos, muito mais
2734 para a sociedade, muito mais para nós militantes, e pessoas que defensores dos direitos,
2735 então a gente levantou essa discussão e queria trazer para o conselho para ele se
2736 debruçar sobre o tema e avaliar em que medida pode se comprometer com essa questão.
2737 De antemão eu gostaria de convidar para uma audiência pública em BH no dia 30, 13hs
2738 na Câmara Municipal no plenário Camil Caran, vou mandar o convite, tá e se puder
2739 repassar e já de antemão quem puder por na agenda, muito importante a presença e a
2740 gente vai discutir isso com os atores que eu citei aqui e aí é esse foi o cenário, que moveu
2741 o fórum DCA que é o Fórum dos direitos da Criança e adolescente é trazer essa demanda
2742 para cá. **SIMONE** – muito obrigada conselheira. **ROGÉRIA** – boa tarde a todas, porque
2743 somos maioria aqui hoje e a todos, primeiro que eu tive uma outra agenda e mesmo
2744 assim eu quis está presente como secretaria e aí eu vou fazer só um preambulo pra gente
2745 entender um pouquinho. Primeiro que sou mineira e trabalhei aqui na escola aberta, e
2746 antiga escola aberta, hoje a relação escola comunidade que é uma dimensão da política
2747 de escola integral do ministério. E desde 2006, final de 2010 eu fui pra Brasília e desde
2748 então eu faço parte auxiliando a diretoria de Curriculum do Ministério da Educação. E de
2749 lá pra cá tem um mês mais ou menos que eu voltei pra BH, assumindo a coordenação de
2750 escola integral do Estado da secretaria estadual de educação. Então é desse lugar um
2751 pouco que eu falo. Primeiro alguém que teve a oportunidade de ajudar na política indutora
2752 do Ministério e outra de está aqui agora com esse desafio de uma reconfiguração da
2753 educação integral do Estado , então é um pouco desse lugar. Ouvi um pouco a fala da
2754 Simone no início, chegando também é tentando implementar e algumas políticas e
2755 tentando primeiro reordenar, então acho que é um pouco este cenário. Neste mês nós

2756 chegamos e logicamente o Estado já tinha uma política e uma ações de educação integral
2757 e o que a gente entende hoje somos como secretaria nós estamos cada vez mais
2758 tentando se alinhar a política do Ministério, porque entendemos primeiro. A gente entende
2759 educação integral como direito. Segundo ponto o que a gente acredita que a gente não só
2760 amplia tempos e a gente amplia tempos e espaço nessa perspectiva desse território
2761 educativo, então um pouco desse cenário educativo,. O que a gente deseja hoje está
2762 levando para as escolas do Estado . É já colocamos para funcionar com alguns e
2763 obviamente com algumas limitações de 2015, mas na perspectiva da implementação e
2764 inclusive a gente não tem nem um nome, porque a gente acredita também que a gente
2765 construiu um documento no Estado , um documento orientador, mas é uma versão que a
2766 gente está chamando de uma versão preliminar, mas o que a gente acredita que é com
2767 essa participação e com esse dialogo com as escolas que vamos está construindo até o
2768 final de 2015, uma política de educação integral, mas algumas mudanças a gente já
2769 conseguiu fazer, o que a gente entendia no Estado é que o Estado atendeu nesse período
2770 de 2006, que antes do Ministério e ai vou contextualizar um pouco, o Estado tinha essas
2771 ações antes do Ministério e quando veio a política indutora do Ministério que em 2007,
2772 nós construímos um documento em 2008 nós começamos com 1400 escolas em todo o
2773 Brasil, isso ai em todo o Brasil, chegamos em 2014, com quase 50 mil escolas em todo o
2774 país, no caso do Estado o Estado inicia antes e só adere ao programa mais educação em
2775 2010 pra 2011. E ai eu acho que ficou no Estado essa dicotomia, o que era ações do
2776 Estado e o que era ações do mais educação. Então a gente acredita que cada vez mais a
2777 gente quer fazer essa aliança como Ministério tem uma política de indutora, porque que a
2778 gente chama de indutora, porque a gente acredita que é o município e o Estado , que vai
2779 construir essa política outro ponto que eu acho que é muito importante e é por isso que eu
2780 queria está aqui. É que no decorrer deste período em Brasília, uma das ações mais
2781 consequentes que nós tivemos foi uma articulação com o bolsa família, então um dos
2782 critérios do mais educação, foi construído com o MDS, basicamente com o bolso família,
2783 ou seja onde mais beneficiados com o bolsa família é onde a gente chega com o mais
2784 educação. É uma questão que você levantou pelo que eu entendi é que parece que tinha
2785 algumas cidades, que nós chegamos quando eu cheguei na secretaria a um mês
2786 descobrimos que tem um convênio com a prefeitura e ai vou pedir formalmente
2787 desculpas, não pela nossa gestão, mas pela gestão anterior, foi um debito de R\$
2788 1.784.000,00, que deveria ter sido pago em novembro do ano passado e não foi pago em
2789 novembro e não foi empenhado para este ano. Então nós chegamos, como a gente
2790 estava chegando com uma nova gestão, nós demoramos um período primeiro para que o
2791 orçamento fosse aprovado, segundo fizemos uma força tarefa para que o empenho desse
2792 recurso fosse rapidamente e eu já estou em mãos com o depósito que foi feito ontem,
2793 então formalmente a secretaria de Estado de educação, pede desculpas eu
2794 particularmente suando, então nós suamos literalmente lá, pra conseguir empenhar
2795 porque a gente sabe o tanto que é difícil para essas entidades se sustentarem sem esse
2796 recursos. Então fizemos realmente uma força tarefa, um buscando (falas ao fundo) um
2797 valor na verdade é a segunda parcela desse recurso que deveria ter sido pago em
2798 novembro. A prefeitura eu tive também uma reunião com a Leila da prefeitura de BH
2799 quarta-feira de manhã e ai ontem já liguei pra ela e o que a gente acredita que faremos
2800 até sexta-feira nós vamos está dando um retorno da prefeitura ou a gente vai está
2801 aditando esse convênio ou vai está construindo um novo, o que a gente não pode de
2802 forma alguma é deixar de atender essas crianças e esses jovens. A política nossa
2803 voltando na política do Estado , até então o Estado atendeu um média de 6% desses
2804 período, do número de estudantes do Estado de Minas Gerais, a proposta do governo
2805 Pimentel, é que a gente possa fazer valer o que eu acho que ainda é baixo, o percentual
2806 de 25% do atendimento em educação integral até 2018. O PNE nos sugere e nos pede
2807 um atendimento de 25% até 2020, e Pimentel está antecipando que a gente vai está
2808 fazendo esse movimento da educação integral em Minas saindo de 6% e atendendo 25%

2809 dos estudantes. É o que a gente acredita também e nós estamos no movimento por
2810 exemplo, buscando diversificar as atividades que a gente acha muito importante tem
2811 escola funcionando com 7 horas diárias e tem escola no Estado que funciona até 10hs e a
2812 gente fica antes no período anterior, eles ficam muito no foco da não gosto de falar essa
2813 palavra que é péssima, no foco do reforço escola. A gente muda essa lógica, primeiro a
2814 lógica do que é direito, segundo ampliada tempo e espaços oportunizando atividades de
2815 qualidade e diversificadas para esses estudantes, então essa é a lógica e essa é a
2816 mudança de cenário. Outro foco que eu acho que é muito importante pra gente, eu brinco
2817 que lá de Brasília eu conheci muito mais minha terra Minas Gerais, e acabei que com o
2818 mais educação, eu acabei conhecendo muito os municípios e ai também acho que a
2819 gente tem um movimento que vai ser de todos e todas que é de está fazendo uma
2820 composição com os municípios. No ano passado mais um pouco eu dei uma assistência
2821 via Universidade Federal de São João Del Rey, ao Campo das Vertentes 22 ou 24
2822 municípios dos campos da vertentes e nós fizemos um movimento e estamos ainda eu
2823 não estou mais lá, mas estamos ainda fazendo um movimento em São João Del Rey
2824 particularmente junto com a assistência, não tem que existir uma competição, nos temos
2825 que fazer uma política articulada, todos os programas nos municípios e mais ainda do
2826 Estado com os municípios, nós temos em Minas muitos municípios que tem uma política
2827 de educação integral que já é muito interessante, nós temos por exemplo Governador
2828 Valadares, que em 2010, universalizou o atendimento e universalizou as escolas, o que
2829 isso significa, todos os estudantes de Governador Valadares e todos os estudantes tem
2830 educação integral. Coronel Fabriciano, 2013, também conseguiu universalizar, então nós
2831 temos vários municípios que já tem uma política de educação integral, BH também é outro
2832 exemplo com a escola integrada, então acho que nós do Estado precisamos ser humildes
2833 no momento e está se aliando, às políticas municipais está fazendo um trabalho tentando
2834 construir território educativo, que cada município, cada cidade seja um território educativo.
2835 Então um pouco isso pra mim, é muito prazeroso, está aqui conversando com vocês e me
2836 colocar inteiramente à disposição, a Professora Macaé, o Hercules, a professora Augusta,
2837 que é não é professora assistente social. (falas ao fundo) é um sentimento. Então pra
2838 gente. Não sou assistente mas sou Psicóloga, então pra gente é muito importante esse
2839 diálogo, acho assim que nós estamos começando e não pensem vocês na secretaria
2840 estamos buscando essa parceria, porque também a gente sente que sem essas
2841 articulações, acho que isso é um movimento, a gente hoje tem que tentar fazer esse
2842 trabalho essa é a diferença, o que muda é o jeito de fazer, o que muda são essas
2843 articulações, não se constrói política de educação integral sem a articulação com outras
2844 secretarias, com outras ações de outros lugares, então a gente tem que fazer esse
2845 diálogo constante e é isso que a gente está se colocando á disposição. **SIMONE** – só um
2846 minutinho gente, primeiro como a gente sempre faz vamos bater palmas, aqui pra nossa
2847 convidada. Agradece-la e só pra complementar do ponto de vista da política de
2848 convivência nacional, dizer que o reordenamento que está sendo conduzido, induzido e
2849 conduzido é um reordenamento onde a gente deixe mais claro que as ofertas para
2850 crianças jovens, elas tem um forte rumo de mais proteção para a família, então é mais
2851 proteção com mais educação. Se a gente pode dizer assim. Porque o serviço de
2852 convivência é uma estratégia para fortalecer as famílias cujos vínculos familiares podem
2853 está sobre ameaça. Então o documento da integração é um documento que ficou muito
2854 interessante. Né a instrução operacional que está no e-mail de todos, que coloca que o
2855 serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, ele é um serviço que complementa o
2856 PAIF, primeira coisa, porque tem famílias que e estratégia do convívio tem que ser a
2857 estratégia da experimentação. Experimentação de situações de vivencias respeitadas
2858 dignas, tem famílias que precisam de outras estratégias que não só as utilizadas só não
2859 porque é pouca muito, mas as utilizadas pelo PAIF, e transferência de renda, então o
2860 serviço de convivência ele trabalha com grupos convivência né. Convivência geracional,
2861 entre gerações. É muito importante família que tem criança pequena conviver com família

2862 que tem criança pequena, família que tem adolescente, porque? Porque é importante que
2863 se compreenda o problema, o problema não é da família do meu filho é um problema
2864 histórico cultural, né! E mas também é muito importante para a estratégia do serviço de
2865 convivência e a experimentação intergeracional, essas são estratégias que colocadas
2866 integradamente com o programa mais educação, que tem outros objetivos, que tem
2867 outros objetivos que se complementam, que está colocado aqui nesse documento
2868 também, que são muito importante pra enfrentar situações de ameaça de violência e
2869 violação de direitos. E o que nós percebemos que as pessoas confundem muito, porque
2870 quanto a educação, a saúde e a assistência social utilizam de estratégias parecidas,
2871 como por exemplo oficinas de arte, né! Utilizam oficinas de esportes, utilizam estratégias
2872 que são estratégias fantásticas de fortalecimento de vínculos. Todo mundo sabe disso,
2873 como que é importante a representante do conselho regional de psicologia sabe muito
2874 bem que como a arte ajudou e ajuda né, aos pacientes da saúde mental a se reencontrar
2875 na sua sociabilidade, então o serviço de convivência se utiliza dessa matéria, como utiliza
2876 a saúde mental, como utiliza a educação e todos que tem objetivo de aproximar as
2877 gerações, mas eu queria chamar a atenção também nesse documento aqui na última
2878 parte é que tem estratégia de gestão intersetorial, isso que é legal, as estratégias de
2879 gestão intersetorial, não são estratégias criadas que as entidades é que vão dá conta, há
2880 coitada na entidade, coitada no sentido de eu não é papel dela. É papel do gestor, o
2881 gestor tem que assumir tem um papel importante. O prefeito tem que dizer o de acordo no
2882 compromisso fornecido pelo governo federal de que vai fazer as ações integradas dos
2883 dois programas, que se compromete a planejar coletivamente as ofertas, quer dizer tem
2884 estratégias aqui que a criança que está no trabalho infantil gente! vocês sabem disso, ela
2885 precisa de proteção essa família precisa de toda proteção ele precisa na escola de mais
2886 educação e do serviço de convivência. O serviço de convivência tem o orientador
2887 profissional lá e ele é acompanhado por profissional técnico de nível superior. E o
2888 orientador, que é o orientador é a pessoa que está alerta para que a situação de violência
2889 e violação de direitos não passem despercebidas, né! que agente faça um vínculo entre a
2890 violência a família e o território. Então são essas as observações eu sugiro a todos os
2891 conselheiros que leiam né! é um documento que ficou muito interessante e muito
2892 importante e você não tenha dúvida minha querida que nós vamos trabalhar muito juntas
2893 com a educação, com a secretaria de educação, com a secretaria da saúde
2894 principalmente. Né! porque se não a gente não consegue os objetivos tão importantes
2895 para os nossos usuários. Então são essas as questões, quem está inscrito? Lúcia, depois
2896 Renata. **LÚCIA** – Queria te agradecer Ângela pela fala, orientadora e dizer que o número
2897 e os problemas quando a gente vê a análise da criança e do adolescente no Estado de
2898 Minas a tarefa é grande, porque existe um número muito grande de crianças e
2899 adolescentes em situação de risco e com certeza o mais educação, vai trazer uma
2900 proposta que não é simplesmente de ocupar o tempo. Esse é um ponto que eu queria
2901 dizer, essa ainda é uma expressão muito ruim que agente ainda encontra, na mídia, nos
2902 discursos e nas formulações e tem que ocupar o tempo desses meninos qualquer coisa
2903 serve, o que está por trás disso é um pouco esse conceito qualquer coisa serve e ai junto
2904 com esse tem uma ideia bastante enraizada nas comunidades e quero saber como é que
2905 a gente vai trabalhar isso. Quando ela olha para o sócio educativo da assistência e ai
2906 estou te falando como gestora mesmo de município, é assim toma de conta dos meninos,
2907 entendeu o sócio educativo toma de conta, eu entrego lá 7hs da manhã e as meninas lá
2908 levam para a escola dá almoço e vice e versa, sai da escola e vem e ai quando você fala
2909 o que é muito importante dos espaço e circulação dos meninos por outros espaços da
2910 cidade, e ter não só acesso à atividades da cultura, porque muitas vezes eles já tem e
2911 não saíram para conhecer o centro da cidade e estou falando da cidade pequena. Não
2912 estou falando de BH, eles nunca foram, né nunca foram à praça nunca foram ao parque e
2913 então acho que além desse esforço que a gente precisa de fazer para redesenhar essas
2914 ofertas pra que elas realmente cheguem na qualidade de garantia de direitos e que a

2915 gente tem que pensar em um plano de educação de como a gente vai lidar com esse
2916 conceito que está enraizado na família né, porque eu tenho na minha cidade o sócio
2917 educativo e tenho o mais educação. Em Poços de Caldas, é então eu tive numa
2918 comunidade os meninos foram para o mais educação, mas não gostaram e do ponto de
2919 vista da oferta e da qualidade é melhor do que o sócio educativo pode oferecer sabe?
2920 Mas ele tem mais essa característica da continência né. então as mães acabaram tirando
2921 os meninos do mais educação e voltaram para o sócio educativo e não é só com as mães
2922 é com os professores, você sabe disso muito bem como é mudar uma cultura. É a outra
2923 coisa que eu achei e a Simone também faz eu queria ler o documento mas só queria te
2924 deixar e dizer e é muito bom trabalhar o fortalecimento de vínculo com o mais educação, a
2925 gente não faz isso lá. A gente já tem algumas estratégias em que a gente está
2926 trabalhando dentro do mais educação, não substituindo o mais educação, mas tratando
2927 de temáticas específicas, o que às vezes para o mais educação é difícil. E a outra ponta
2928 que no fortalecimento de vínculos tem que o sócio educativo ele ficou marcado como 6 a
2929 14, mas só deixar como experiência do fortalecimento de vínculos na creche, convivência
2930 mãe criança que também está sendo muito bem recebido, do ponto de vista da
2931 assistência você trabalha dentro da unidade, as mães já estão lá e você trabalha com as
2932 crianças e as crianças já estão lá, então a resposta está sendo muito interessante da
2933 perspectiva da prevenção mas muito bem vinda de volta e que Florença.– **RENATA-** eu
2934 queria dizer que fiquei muito feliz assim, com as coisas que eu escutei, quando a Denise
2935 brincou olha já tem dinheiro na sua conta. Mais feliz eu fiquei quando ela falou em
2936 parceria entre educação e assistência eu não sou da área da assistência social eu sou
2937 formada em história e quando eu escolhi fazer o curso de história eu acha que que queria
2938 ser professora mesmo, eu queria trabalhar na educação, eu queria trabalhar com escola,
2939 eu queria trabalhar era com o tema que trouxesse um pouco mais de reflexão a cerca de
2940 cidadania, conceitos. Mas eu achava que história ia me dá isso, só que a vida me levou
2941 para outros caminhos e entrei na área dos direitos humanos e comecei a coordenar
2942 projetos nas comunidades em BH e eu já te digo que aqui não é diferente de Poços de
2943 Caldas, porque eu conheço Taquaril, Morro das Pedras, Aglomerado da Serra e Cabana
2944 em todos eles em conheço pessoas e famílias que nunca saíram da própria comunidade
2945 para ir a centro da cidade, então eu fui para essa realidade e eu percebo que a nossa
2946 intersectorialidade ela acontece na pratica a gente faz visita a escola para ter interlocução
2947 á escola, a gente vai nas reuniões do CRAS, a gente conversa sobre casa, a gente
2948 encaminha, a gente vai ao conselho tutelar, a gente faz isso na ponta, mas parece que na
2949 hora do gestores conversarem sobre a política isso não acontecia, porque a gente via
2950 quase todas as secretaria fazendo quase que o mesmo serviço só que um está na
2951 educação, outro na assistência e ai vai fragilizando o atendimento. No caso desse
2952 programa específico que a gente tem em BH o programa ficou órfão quando ele saiu da
2953 assistência. Pasmem, a escola é o parceiro mais difícil da gente dialogar, é o mais difícil a
2954 gente não consegue dialogar com a escola, e eu tinha um sonho quando eu escolhi fazer
2955 história era de ver uma escola mais moderna uma escola mais é né que, que não tivesse
2956 esse formato de carteiras uma atrás da outra, formadas, mas uma escola mais
2957 participativa, que discutisse conteúdos mais pertinentes à vida das pessoas, porque eu
2958 ficava sentada lá voando porque eu queria discutir política entender a constituição e isso
2959 nunca foi me ensinado na escola. Né então eu fui acabei indo trabalhar nos projetos
2960 sociais porque eu vi ali uma possibilidade de levar isso para as comunidades pros
2961 meninos e descobri que tinha menino adolescente que queria discutir política cidadania,
2962 direito e assim a gente foi caminhando e hoje a gente percebe sabe Rogério mais do que
2963 o recurso que não foi empenhado que realmente causou um constrangimento muito
2964 grande pra nós, é eu acho que é o nosso convênio com a prefeitura, prefeitura tinha que
2965 assumir isso e negociar com o Estado e a gente entender que essa é uma política que a
2966 gente tem que esgotar agora, agora já tem o recurso agora tá bom! A gente precisa
2967 apropriar disso e amplamente discutir em parceria com o que vai lidar com esse

2968 atendimento da criança e do adolescente, porque quando estão quietinhos lá ninguém se
2969 preocupa mas na hora que começa a vir para a cidade e aparecer pobre no centro ai todo
2970 mundo se incomoda ai quer discutir redução da maior idade penal, ai incomoda e o
2971 caminho da punição prevalece e eu sinto assim um nó. Porque a gente poderia discutir
2972 muito de metodologia de proposta pedagógica de uma coisa muito simples, porque eu
2973 vejo nome de pessoas renomadas, com experiência lá, mas não acontece, a gente que
2974 está na prática a gente fala assim, poxa porque a coisa não acontece, então eu acho
2975 assim, agora eu senti um esperança de ver que a atual gestão que temos no Estado hoje
2976 configura sim essa parceria e que eu acho que mais uma vez Minas vai ser piloto, ponta
2977 para o resto do Brasil, porque acho que a gente precisa, precisa conversar e espero que a
2978 gente converse mais vezes. Quero agradecer muito, muito obrigada. **ROGERIA** – Vou só
2979 dizer mais uma vez da importância da gente está fazendo esse dialogo porque acho que
2980 quando o MEC induz, nós temos lá na ponta dos municípios e Estado de está
2981 implantando, a obrigação que eu estou dizendo é quando a gente faz uma adesão. E ai
2982 tem todas essas dificuldades primeiro é da gente muitas vezes nós, eu sou psicóloga e
2983 queria parabenizar o conselho regional de psicologia, e sou psicóloga de formação e ai
2984 dizer é sentimento de pertencimento. (falas ao fundo) quando eu cuidava de Minas, eles
2985 falavam isso é corporativismo, eu dizia não não é não! Mas né cada dia maior, então
2986 essa, primeiro que essa questão na escola, a gente entende que a construção do
2987 conhecimento ela só é feita na escola, e em quatro paredes e ainda mais fechadinha com
2988 porta e então mudar essa mentalidade é algo que todos nós temos essa tarefa, então
2989 mudar e entender e entender o que é território educativo, nós temos 12 observatórios e
2990 Minas Gerais, nós temos vários museus, não é possível bibliotecas maravilhosas não é
2991 possível que esses equipamentos eles fiquem trancados sem a ocupação descente
2992 desses estudantes desses jovens dessa crianças. Outra questão que quero muito debater
2993 é sou oriunda da escola aberta e ou oriunda da escola popular, então é desse lugar que
2994 eu falo, nós podemos e nós fazemos o movimento, nós estamos começando a discutir na
2995 secretaria de Estado de educação a questão da violência nós vamos ter o primeiro fórum
2996 na quarta feira que vem, é uma tarefa que a gente está entendendo na educação do
2997 Estado e ainda fala lá no MEC, e ai a gente está entendendo que a violência é tarefa de
2998 todos. Estou com a colega lá representante lá das comunidades quilombolas lá da
2999 secretaria, é tarefa de todos então a gente vai entender a violência de vários lugares, pra
3000 que a gente possa fazer um trabalho hoje dentro da secretaria voltado para esse primeiro,
3001 como diz Nana Rari, primeiro a gente tem que compreender de que violência de que
3002 lugar a gente tá falando dessa violência e eu queria muito dizer o seguinte outro
3003 movimento. Não a gente está lá, todo mundo falou o seguinte é importante é importante
3004 fazer, então estamos convidando algumas pessoas e talvez uma vez por mês vamos está
3005 fazendo essa mesa redonda e algumas pessoas dialogando nessa perspectiva de
3006 construção de algumas politicas e a violência é algo que todos nós temos a ver com ela, e
3007 também fortalecer e este programa que hoje é uma dimensão dessa política de educação
3008 integral que é essa relação escola comunidade ela é urgentíssima, o Ministério induz mais
3009 uma vez financiando essas atividades no final de semana sábado ou domingo em
3010 parceria escola comunidade, nós temos que fazer primeiro é fortalecer os vínculos porque
3011 eu acho que é o primeiro vinculo que se perde, e ai perdeu não tem noção de
3012 comunidade, não tem esse sentimento que vamos construindo uns com os outros e a
3013 gente vai ficando solto e frágil, então fortalecer esses programas e fazer muito esse
3014 dialogo e essas ações integradas no território, então nós temos que integrar todos os
3015 equipamentos decentemente. (aplausos) **SIMONE** – então tá viu gente! obrigada minha
3016 querida, obrigada mesmo, dê um abraço na secretária e assistente social Macaé, (falas
3017 ao fundo), bem acho que foi, quero agradecer a conselheira e acho que foi bem bacana
3018 aqui pra nós o debate viu. Vou passar imediatamente para a conselheira Lúcia porque ela
3019 vai fazer o relato da comissão e depois vai retornar para a suas maravilhosa cidade, por
3020 favor Lúcia. **LÚCIA** – eu não vou ficar em BH. Eu tenho outro trabalho para fazer ainda,

3021 da cidade mas é aqui mesmo, a Isabela que é coordenadora da comissão, mas eu queria
3022 que você falasse, eu queria só um ponto porque eu preciso sair mesmo. É ontem nós
3023 discutimos gente, conselheiros1 ontem nós tínhamos uma pauta e dentro das pautas que
3024 nós pedimos informações da SEDESE sobre a prestação de contas do quarto trimestre a
3025 Isabela vai expor as respostas mas tinha uma questão que continuava me incomodando
3026 muito porque como gestora eu sei a importância que tem, na execução daquilo que você
3027 planeja no orçamento. E ontem como a Consolação na estava aqui, a gente teve acesso a
3028 um plano de trabalho do CEAS de planejamento e eu ainda sai da reunião dizendo, eu
3029 saio com a sensação de que não tem uma explicação lógica, que no orçamento era de
3030 302 mil, mais o menos nessa ordem, é dessa ordem e aparece na prestação ode contas
3031 na execução anual do conselho 20% e como eu sou, como a Simone gosta muito de dizer
3032 que nós amamos os conselhos e nós trabalhamos muito para eles existirem eu não gosto
3033 dessa ideia de que o conselho foi inoperante, de que o conselho não deu conta de
3034 cumprir as suas explicações, e ai hoje eu pedi para a Consolação, e eu falei Consolação
3035 tem uma divergência ai entre o tempo da elaboração do orçamento que acontece no ano
3036 anterior, até junho você tem que apresentar uma proposta orçamentaria, isso vai para o
3037 órgão gestor depois vai para a Assembléia e de fato a proposta do orçamento que foi feita
3038 em 2012, encaminhada para ser orçamento de 2014. Ela contemplava aqui uma serie de
3039 atividades que depois elas foram é descartadas enquanto plano de ação ao longo de
3040 2014. E ai eu achei a explicação e porque somando aqui essa relação das atividades
3041 proposta por rubrica é no orçamento as ações que foram é suprimidas no que estava
3042 orçado elas são da ordem de 150 mil, entendeu de um orçamento de 300 mil, se
3043 atividades que custariam 150 mil foram suprimidas, eu só queria que isso constasse do
3044 relatório, porque acho que é um respeito ao conselho, à gestão, aos conselheiros, a
3045 secretaria executiva, então tem uma serie de atividades, por exemplo existiam diárias
3046 para plenárias descentralizadas que não foram realizadas, tinha reuniões com presidente
3047 de URCMAS, que não foram realizadas isso implicava em diária hospedagem estadia
3048 então só pra deixar o Isabela nem te falei foi porque depois do almoço que eu peguei
3049 essa relação com a Consolação e ai dá nisso,, 145 mil que seria 50% do que estava
3050 orçado, se as atividades foram suprimidas em tese o nosso orçamento que deveria ser
3051 avaliado em 150 mil e não de 300 e poucos e ai com certeza a execução do orçamentário
3052 do conselho vai subir muito, tá Simone se apresentar o orçamento esse ano de novo a
3053 tendência vai ser penalizar o conselho o que é no meu ponto de vista não é justo. Vocês
3054 desculpem eu atropelar a fala da Isabela, mas eu tenho uma outra reunião de trabalho
3055 logo em seguida quando eu não puder mais ficar vou me ausentar, **SIMONE** – obrigada
3056 conselheira, então vou passar para a Isabela, relatora da comissão, desculpa gente! Aqui
3057 é coordenadora, vou passar para a coordenadora da comissão. . **ISABELA** – Bom, então
3058 a Lúcia já colocou em relação à análise da prestação de contas do quarto trimestre a
3059 comissão ainda estava se debruçando sobre é o relatório apresentado pela SEDESE,
3060 foram pedidos esclarecimentos, foram prestados , não foram suficientes, a SEDESE
3061 encaminhou novos esclarecimentos na reunião da comissão de ontem, os
3062 esclarecimentos eram em relação a qualificação de recursos humanos que era a
3063 explicação da não execução da fonte 10, é foi acrescentado porque não houve aprovação
3064 de liberação de cota orçamentária e financeira para executar os recursos do tesouro do
3065 Estado , e a outra solicitação tinha sido em relação á discriminação do no anexo do piso
3066 mineiro os municípios que foram pagos com os recursos da proteção social especial,
3067 Então delimitou cada município e cada recurso que foi pago. E ai foi feito uma correção
3068 porque a liquidação foi feita no mês de setembro os pagamentos que caíram em outubro,
3069 então também o relatório estava esclarecendo isso que esses dados tinham sido
3070 colocados em setembro ficou mais claro na prestação de contas desse período. E outro
3071 ponto que a gente discutiu bastante foi o que a Lúcia colocou em relação a ação do CEAS
3072 e ai ali Nilce eu não vou ler o relato porque tem uma parte que não ai caber porque muda
3073 essa informação que a Lúcia teve acesso por meio da Consolação e tínhamos feito uma

3074 analise para tentar entender a baixa execução do orçamento do CEAS, tinha feito uma
3075 analise com base no planejamento final que ficou formalizado e nesse planejamento a
3076 gente tinha 30% das ações que não foram executadas e dessas 3 que realmente tinham
3077 a necessidade de recursos. Então tendo em vista as informações que a Lúcia apresentou
3078 o cenário muda, então na verdade foram bem é um número bem maior de ações que
3079 foram suprimidas, é que demandaria utilização de recursos que poderia ter tido uma
3080 execução melhor dentro do orçamento do conselho, então a gente vai adequar melhor
3081 essa redação né Nilce, pra contemplar a informação que a Consolação prestou pra gente,
3082 e uma outra informação que a gente discutiu na comissão foi uma análise do efeito da
3083 suspensão das diárias e do pagamento de diárias dos conselheiros suplentes teve a
3084 participação destes conselheiros suplentes no conselho. e ai a gente essa suspensão foi
3085 por meio de decreto publicado em agosto de 2013, a gente analisou todas as plenárias de
3086 agosto de 2013 e o final de 2014, a presença ou ausência dos conselheiros suplentes
3087 governamentais ou da sociedade civil, ai o que a gente observou em relação a 2013 a
3088 gente não teve muito que analisar, a suspensão foi em agosto, aconteceu a plenária de
3089 setembro que já tinha recurso garantido, depois veio outubro e foi a conferência e quando
3090 veio a conferência vários cargos suplentes ficaram com vacância e então não tinha gente
3091 pra vir, então não tem como analisar o efeito do não pagamento na presença e ausência
3092 dos conselheiros. Em relação a 2014, a gente teve um período grande de vacância de
3093 vários conselheiros tanto governamentais quanto da sociedade civil, que foram
3094 preenchidos junho e julho, Julho sociedade civil, e julho governamental, então a gente fez
3095 análise das plenárias a partir de junho/julho até dezembro de 2014. E a gente viu que teve
3096 um impacto significativa pegando a média dos conselheiros suplentes que precisam de
3097 diárias, quem não precisava estava em BH, e são outros casos, mas a gente analisou que
3098 quem precisava no dia, a gente viu que nos governamentais, teve 60% só de presença
3099 nas plenárias e na sociedade civil 40% então a gente viu que realmente teve um impacto
3100 negativo né prejudicou a participação destes conselheiros, nessas plenárias, então foi
3101 outra analise que a comissão fez. E aia gente é pra que a comissão desse seu parecer
3102 favorável ou contrario a aprovação de contas. A gente teve uma situação pouco particular
3103 que foi a ausência tanto do Vinicius quanto do Júlio né! na reunião da comissão de ontem,
3104 então foi eu e Lúcia e Mila, então o que a gente é tá propondo que tendo em vista que os
3105 esclarecimentos tinham solicitados foram prestados pela SEDESE e foram considerados
3106 satisfatórios e que já teve a discussão sobre o piso mineiro e que era o ponto de mais
3107 tensionamento e a questão da gestão e já tinha sido discutido na plenária passada e
3108 inclusive com o encaminhamento que foi sugerido pelo Vinicius do envio do ofício à
3109 SEDESE é pedindo a revogação da resolução 48 e cobrando o pagamento do piso
3110 mineiro. Né a comissão dá o indicativo favorável á aprovação de contas do 4º trimestre de
3111 2014. Mas a gente ali porque a gente iria apresentar e achei que tinha tirado. (falas ao
3112 fundo) a gente tá trazendo para a plenária vê se concorda ou não a gente tá tirando toda
3113 a discussão que foi feita na comissão, agora a gente está trazendo pra plenária para
3114 discussão novamente principalmente com os membros da sociedade civil. **SIMONE** – tá
3115 certo em discussão. Não havendo quem queria discutir, votação é isso? Então quem
3116 concorda como indicativo feito no debate da discussão pela aprovação, por favor
3117 permaneçam como está. Contrários, abstenção, Contrário né Volney ou é abstenção,
3118 espera ai, nós estamos em votação, você tem algum questionamento. **VOLNEY** - Eu acho
3119 de suma importância se os membros da sociedade civil que são da comissão não
3120 estavam presentes né, então eu acho que aprovar essa contas sem os representantes,
3121 mas pois é são dois membros que não participaram que é o Júlio e o Vinicius. **SIMONE** -
3122 você está questionando quórum da comissão? **VOLNEY** – sim – **SIMONE** – questionando
3123 quórum, **VOLNEY** – exatamente. **SIMONE** – mas a secretaria executiva não contou o
3124 quórum, então não entendi o seu questionamento. **VOLNEY** – o que eu estou alertando
3125 essa plenária é que a comissão que reuniu foi praticamente governamental sem a
3126 presença de dois conselheiros da sociedade civil, **CONSOLAÇÃO** – no nosso regimento

3127 interno, até estava conversando com a Simone e a presidente do conselho, infelizmente
3128 ou não mas ele não consta que inclusive comissão tem que ser paritária tanto é que não
3129 são, muito tempo que a Comissão de apoio né Ronaldo você estava só com sociedade
3130 civil, então não teve isso não é um critério, tanto é que vai ser revisto o regimento, se isso
3131 for uma vontade algo a ser observado, vamos fazer a época, então não existe essa
3132 obrigatoriedade, e no mais é todas as plenárias eles veem mostrando o que precisava ser
3133 esclarecido e acredito que todos acompanharam voltaram e era deliberado aqui, então se
3134 agora prestou contas daquilo tudo que foi necessário, então está no caminho de ser
3135 deliberado.. **SIMONE** – Em discussão. Eu entendo que voltou para a discussão. Até a
3136 votação, e pediu pra voltar a discussão. Tem mais alguém que queria discutir? não
3137 havendo quem queria discutir. **DENISE**– foi o único que não ficou claro porque o restante
3138 vocês pegaram os dados e trouxeram, foi o ponto que a Lúcia colocou ele volta para
3139 vocês reverem ou vai mudar aqui. só vai mudar a redação. **ISABELA** – só a titulo de
3140 esclarecimento que essa parte do orçamento do CEAS a avaliação não é a SEDESE que
3141 faz, é a secretaria executiva com base no conselho aqui, então é a gente fez essa
3142 discussão interna como comissão o que a gente não propôs como SEDESE alteração
3143 desse texto, e a gente está trazendo como discussão porque essas coisas todas foram
3144 discutidas aqui, então o termino do trabalho que a comissão fez. E foi a plenária que
3145 apontou. **SIMONE** – em discussão, então posso colocar em votação, os conselheiros
3146 favoráveis, se aprova as contas discutidas pela comissão de orçamento por favor
3147 permaneçam como estão. Contrários abstenção então teve uma abstenção, então
3148 terminou a discussão da comissão ou tem mais algum. Então vamos para a próxima
3149 comissão, comissão de ética, quem é o coordenador, conselheiro super. Conselheiro
3150 Rodrigo. **RODRIGO** – vamos apresentar o plano de ação para esse período do ano, a
3151 comissão de ética é apresenta o item na palestra para conselheiros e funcionários da
3152 secretaria executiva, o tema transparência pública com a apresentação do código de ética
3153 do CEAS e sua implicação, a responsabilidade ficou comigo Rodrigo e o Hermellis, a
3154 comissão tem a previsão de inicio agora de abril, e termino até maio desse primeiro item.
3155 O item 2, é uma palestra para conselheiros e funcionários da secretaria executiva e o
3156 tema é responsabilidade civil e atos contra a administração pública e apresentação da Lei
3157 12346 de agosto de 2013 é a comissão ainda não identificou a pessoa para falar na
3158 plenária, a comissão faz a sugestão de previsão de 1º de 2015 a 31 de agosto de 2015. O
3159 item 3 é elaboração de documento para o processo de escolha do CEAS, é o tema é ética
3160 no CEAS código de ética e ai seria a comissão que faria a apresentação, é a previsão de
3161 apresentação é de 1º de abril de 2015 com término em 30 de setembro de 2015, o item 4
3162 é um receptivo para novos conselheiros a gente propõe explicação aos conselheiros que
3163 ingressarem ao CEAS, sobre seu papel, direitos e obrigações, limites representativos
3164 prestação de contas entre outras questões. E a entrega do código de ética a gente tem a
3165 previsão do inicio do ano de janeiro até o final deste ano. O item 5 são reuniões
3166 semestrais que a comissão tem como organização a previsão é de 1º de abril de 2015, a
3167 31 de dezembro deste ano. E o item 6 são reuniões extraordinárias quando necessárias
3168 também previsto em 1º de abril de 2015, a 31 de dezembro deste ano. E o item 7 é a
3169 participação do conselho estadual de ética que regularmente comunica a gente sobre as
3170 ações e cursos que eles tem lá também em primeiro de janeiro a 31 de dezembro, bom
3171 esse é o nosso plano de ação para este ano e a gente trás par apreciação da plenária
3172 com possíveis dúvidas e possíveis sugestões é isso. A palavra está franqueada. **SIMONE**
3173 – Só o plano de ação né? em discussão, em aprovação, como é mais um informe né
3174 Rodrigo, precisa então por favor os conselheiros que aprovam o relato feito pela comissão
3175 de ética relato do conselheiro Rodrigo por favor permaneçam como estão conselheiros
3176 contrários, abstenção, então foi aprovado por unanimidade, próxima comissão. Comissão
3177 de Política. Quem é o coordenador, comissão de Política, há a Shirley. Conselheira
3178 Shirley. **SHIRLEY** - bom é o primeiro ponto seria buscar estratégias para mobilização e
3179 participação dos usuários dos conselhos. Essa reunião foi uma reunião conjunta e

3180 inclusive né Ronaldo a gente agradece muito, a presença de vocês foi muito bom. to
3181 falando isso porque o Ronaldo falou ninguém me agradece. Esse trabalho que foi muito
3182 grande, porque é muito rico quando se encontra porque você já tinha uma experiência
3183 enriqueceu bastante a discussão, então foi uma reunião conjunta para discutir estratégias
3184 para mobilizar a participação dos usuários no conselho conforme deliberação última
3185 plenária. O que acontece que foi aqui que eu dei a informação mais cedo que é provável
3186 que aqueles dois pontos do planejamento de política se unifiquem devido a discussão que
3187 foi feita ontem. Vou pedir também os conselheiros que estavam nas comissões ontem,
3188 vou inclusive colocar a secretaria executiva que auxiliou aqui e também os pontos que eu
3189 anotei, pode ser que tenha algum equívoco no que eu anotei, então se alguém perceber
3190 que alguma coisa por favor me auxilie. Na discussão levantada sobre a temática, foi
3191 levantada a pequena participação representativa dos usuários nos conselhos e também
3192 dos trabalhadores na área, isso aqui foi um ponto que a Denise levantou muito bem que
3193 na verdade sim estão fazendo muita falta no conselho, mas tem também a questão dos
3194 trabalhadores e quando a gente vai olhar no pacto de aprimoramento a ação e a meta
3195 contempla os dois. Necessidade de participação permanente em cada participação da
3196 sociedade civil, encaminhar ofício circular com recomendação aos conselhos para
3197 fomento da participação dos trabalhadores e usuários no controle social. criar espaços de
3198 mobilização e participação de usuários e trabalhadores no conselho e discutir estratégias
3199 local. Aqui seriam os detalhes que foi discutido ontem que achei que seria muito rico
3200 trazer aqui a título até de informe, porque a grande discussão é que esses usuários
3201 trabalhadores eles tem vários empecilhos vários dificultadores para poderem está ou até
3202 chegarem no conselho. Então foi com base nisso que foram feitos esses levantamentos
3203 aqui. Primeiro o encaminhamento do ofício seria com a seguinte base. A fim de estimular
3204 a participação social nos conselhos municipais de assistência social e garantir construção
3205 da política pública de assistência robusta e de qualidade nos municípios o conselho
3206 estadual de assistência social CEAS, encaminha as seguintes recomendações. Primeira
3207 adoção como material de trabalho na discussão e nos debates dos conselhos municipais,
3208 tanto nas plenárias, quanto em outros espaços de participação social, CRAS, CREAS,
3209 escolas etc, através de debate, oficina, palestras que facilitam a compreensão dos
3210 mesmos pelos usuários e trabalhadores dos instrumentais elaborados pelo conselho
3211 nacional, com embasamento legal para adequação dos conselhos municipais e suas
3212 respectivas legislações de acordo com as normativas vigentes do SUAS, seriam então as
3213 orientações gerais do conselho nacional de assistência social para adequação da lei de
3214 criação dos conselhos, as normativas vigentes e ao exercício do controle social no SUAS,
3215 a versão original de junho de 2010 e a última de janeiro de 2013, depois tem a versão
3216 orientações gerais do conselho nacional de assistência social para a criação de conselho
3217 e as normativas vigentes e o atual exercício no controle social do SUAS, a versão original
3218 de 2010 e a última versão de outubro de 2014. E o pacto de aprimoramento de gestão
3219 então seria a sugestão deles basearem as discussões em cima dessa documentação
3220 dessas normativas, sendo que no controle social nós temos como primeira prioridade
3221 ampliar a participação dos usuários e trabalhadores nos conselhos municipais de
3222 assistência social, a meta é atingir 100% nos conselhos municipais da assistência com
3223 representação da sociedade civil, composta representantes de usuários e trabalhadores
3224 do SUAS, e b instituir o conselho como instância de controle social do programa bolsa
3225 família, que atinge 100% dos conselhos municipais como instância de controle do bolsa
3226 família. Bom isso aqui seria a base legal, agora as estratégias discutidas a título de
3227 recomendação seriam, a fim de mobilizar e garantir a participação social de qualidade,
3228 tanto de usuários quanto de trabalhadores, sugere-se as seguintes estratégias, vinculação
3229 do trabalho de mobilização social do conselho, ao trabalho de acompanhamento e
3230 atendimento técnico dos CRAS, atingindo tanto usuários, quanto trabalhadores com as
3231 temáticas da própria política pública, trabalhadas nesses equipamentos, trabalho conjunto
3232 entre CRAS e conselheiros, buscando informação conjunto dos conselhos regionais ou

3233 territoriais autênticos, uma vez que os atingidos por essa campanha estarão diretamente
3234 vinculados à política pública de assistente social. Seja através do NIS, Cad. Único,
3235 usuários, seja como trabalhadores do SUAS. E lembrando que não existe diferente entre
3236 trabalhadores de equipamentos governamentais e entidades sócio assistenciais. Nessas
3237 ações conjuntas poderão haver oficinas, ou outras metodologias afins onde poderá ser
3238 trabalhado e fomentado a participação social nos conselhos, como meios legítimos de
3239 garantias de direito além de outras possibilidades de participação e construção tais como
3240 fórum de trabalhadores usuários e etc. E o calor. Garantir o cumprimento legal de
3241 manutenção das atividades do conselho através dos 3% do IGD, utilizando para fins de
3242 estruturação do mesmo para garantir a efetivação da participação social, através da
3243 cobertura de despesas dos conselheiros para fins de participação em plenárias como
3244 transporte, alimentação, etc. foi até uma situação colocada hoje de manhã. Facilitar a
3245 participação do usuário, através de garantia dele ter esse acesso às plenárias. Garantir o
3246 protagonismo dos usuários, para trabalhar com lideranças comunitárias, porém sem
3247 perder de vista a participação social, que envolve aceitar e estimular convivência
3248 expressão e respeito às diferenças, uma vez que em numeras vezes essa participação
3249 social autentica pode ser inibida, influenciada, distorcida ou ofuscada, por
3250 representatividades inidônea que trazem a falsa impressão de representar a maioria,
3251 contra uma realidade e vontade dos que foram representados se quer foram ouvidas,
3252 portanto a sua verbalização ser estimulada, trabalhar a mobilização de usuários e
3253 trabalhadores através de mobilização da rede sócio assistencial e intersetorial, tanto as
3254 entidades sócio assistenciais quanto os representantes governamentais das demais
3255 políticas públicas saúde, educação, parceiros por excelência da assistência social, podem
3256 garantir uma divulgação e participação maior dos conceitos e funcionamento da política
3257 pública da assistência social, facilitando aproximação e participação social na assistência
3258 social de usuários e trabalhadores no conselho municipal, e impactando na construção
3259 conjunta da política pública do município como um todo. Garantir continuidade dos
3260 trabalhos do conselho principalmente na construção da participação social. A conferência
3261 de assistência social em seus diferentes níveis, municipal estadual e federal, pode e deve
3262 ser encarada como excelente oportunidade de mobilização social, construção e
3263 implementação social. Porém este trabalho deverá ser mantido mesmo após o término
3264 das conferências uma vez que é um processo contínuo de construção da cidadania que
3265 se mantida ao longo dos anos, mesmo quando não há conferência trará ao final este
3266 prazo excelentes resultados de participação social facilmente mobilizadas por ocasião das
3267 próximas conferências, além de constituir construção de excelência política duradoura e
3268 garantir o cumprimento de direitos sociais, e como prerrogativa e até consequência de
3269 todo esse processo deve-se apontar pra adequação da legislação pertinente ao conselho
3270 tais como leis de criação do conselho, regimento interno, decreto do prefeito de eleição e
3271 posse dos conselheiros e etc. A legislação municipal e o próximo passo nesse processo
3272 compreendendo não só a adequação das leis do município ou SUAS, ou criando a própria
3273 lei ao SUAS ainda ausente em muitos municípios. Todas essas sugestões podem e
3274 devem servir de base para implementação de ações, além de busca e construção do
3275 próprio município e de acordo com sua realidade local e de outras possibilidades
3276 estratégias e que atenda com mais precisão a necessidade de mobilização e participação
3277 social nos conselhos. Ao mesmo tempo que constrói em cada município a sua realidade,
3278 fortalecendo a política nacional de assistência social, Bom. Aqui foi feito então um resumo
3279 de tudo que foi discutido e então se alguém quiser explicar melhor fiquem a vontade. O
3280 que eu tenho a dizer inclusive assim foi uma parte dessas discussão é que boa parte
3281 dessas ações aqui eu já estou tentando implementar nos nossos municípios e é tem
3282 ganhos, tem desafios como sempre mas é um caminho, tem muita coisa que a gente tem
3283 conseguido alcançar e o que você trouxe, foi bem rico a questão do trabalho com o CRAS
3284 e a gente deve também investir mais nessa situação. Bom esse então foi o primeiro ponto
3285 é pra falar o próximo ponto de uma vez, depois volta tudo ou alguém vai falar. **VOLNEY** -

3286 com relação à estratégia é tem um 0800 que é do bolsa família, que o usuário telefona.
3287 Não tem? não seria interessante uma estratégia né quando o usuário telefona para o
3288 0800, que ele seja informado, vá até o conselho da sua cidade, acho que é uma boa
3289 estratégia porque por exemplo, várias pessoas quando as vezes vem qualquer queixa
3290 com relação à saúde, eu falo você já foi ao conselho, vai no conselho reclama lá, as
3291 pessoas vão a maioria desconhece, então acho que tem que se pensar em uma
3292 estratégia, ligou para o 0800 do bolsa família, fala lá escuta a sua queixa está atendida
3293 mas orientar para buscar também e levar a demanda para o conselho do seu local. Acho
3294 uma boa estratégia para levar os seus usuários pro conselho. Não sei se vocês podem
3295 colaborar nesse sentido. **SHIRLEY** – você está sugerindo fazer indicativo para o Senarc?
3296 **VOLNEY** – claro, ligou para o 0800, pra qualquer queixa então que esse 0800 também
3297 redirecione, procure também a sua queixa sendo registrada, mas também procure o
3298 conselho do seu local. **DENISE**– eu não vou colocar sobre isso, porque acho que tem um
3299 tipo de orientação interna onde os trabalhadores devem ser orientados a responder
3300 estritamente as questões que diz respeito à dúvida em relação ao benefício, não sei se
3301 funcionaria, porque é nível nacional. **VOLNEY** – mais pois é, eu acho que há queixa no
3302 Brasil inteiro, dessa ausência de usuários nos conselhos. **DENISE**– não o que eu queria
3303 verificar com a Shirley é assim, o que a gente tem que deliberar aqui e acho que teve um
3304 problema no nosso encaminhamento se esse o que tem que deliberar aqui assim, o
3305 instrumental o ofício orientativa para os conselhos é o que essa plenária vai deliberar e
3306 encaminhar é isso, porque percebi que o pessoal não estava entendendo, porque você
3307 fez uma leitura longa das estratégias que a gente estava discutindo ontem, ali. Ali que ela
3308 leu é o conteúdo para o ofício e que a deliberação de ontem foi para o ofício e que a
3309 secretaria executiva pudesse construir esse ofício e encaminhar para depois enviar ele.
3310 então o que a gente tem que deliberar aqui é pelo envio ou não do ofício como estratégia
3311 de mobilização dos conselhos municipais, a outra questão que entendo é que não deveria
3312 ser ou se for o caso, ser quem assina os ofícios é sempre o presidente não é a comissão.
3313 É porque eu estava entendendo que passa pela comissão de política, porque ai ficaria até
3314 sem legitimidade, teria que ser pela comissão de apoio, foi uma decisão é importante que
3315 foi uma decisão conjunta entre as duas comissões. Discussão e deliberação conjunta das
3316 duas comissões. **PATRICIA** – mas é bom lembrar também que a gente esta fazendo uma
3317 recomendação, e ai a gente está fazendo algumas estratégias porque alguns municípios
3318 podem ter dificuldades, a gente está recomendando se eles irão executar essas
3319 estratégias. **VOLNEY** – eu então sugiro que seja feito é uma carta ao conselho nacional
3320 de assistência sugerindo que no script dos atendimentos do 0800, seja também colocado
3321 essa orientação também. **SIMONE** – eu peço aos conselheiros que se inscrevam por
3322 favor. Só explicar para o conselheiro Volney, que o 0800 é de uma ouvidoria do SUAS
3323 que fica no Ministério. Nós vamos constituir a ouvidoria no Estado viu Volney e ai vamos
3324 ver como é que a gente faz essa do Estado , não porque a ouvidoria tem um
3325 procedimento e o procedimento é de denúncia, vai ligar lá pra quê? pra fazer denúncia.
3326 Mas nós vamos instituir aqui também já tem até marcado na reunião para discutir a
3327 ouvidoria do SUAS no Estado e com certeza nós podemos pensar também nessa
3328 estratégia. Gente! vocês me permitem fazer uma observação. Eu acho que não devia
3329 mandar ofício não, porque não faz uma orientação do conselho, porque ofício é um
3330 instrumento formal, né, acho que orientações técnicas, orientação do conselho, cria um
3331 instrumento que dialogue mais com a forma da participação, é uma orientação que é o
3332 máximo que o conselho pode fazer, orientar para quem quer fazer. Então eu assim
3333 sugeriria isso, acho que a orientação é uma coisa importante, porque tem que escrever o
3334 texto mesmo, com concepção conteúdo, mais claro, acho que pode ser bem bacana. Viu!
3335 **SHIRLEY**– por isso achei importante ler aqui o que a gente tinha falado, passos
3336 diferentes, até então a gente tem costume de encaminhar ofício e os ofícios até hoje não
3337 consigo ver eles são formais, pessoais, e se nós estamos trabalhando participação social,
3338 acho que a primeira coisa a primeiro impacto é a forma de comunicar com esses

3339 conselhos, então nós precisamos dá um passo a frente descobrir outras maneiras de
3340 chegar até eles, a orientação vai cair de uma forma diferente, mais estruturada, mais
3341 aberta, acho que é bem pertinente sim. **SIMONE** - Então tá mais alguém? Pode continuar
3342 Shirley por favor. **SHIRLEY** – no ponto dois. **SIMONE** – agora a gente vai até o final tá
3343 bom gente! **SHIRLEY** – no nosso caso é só mais um ponto porque o terceiro quarto ponto
3344 no caso seria o que foi trabalho com a comissão de orçamento e já foi falado é só mais
3345 um ponto. É o relatório final projetos portas abertas 2013/2014, medida sócio educativa do
3346 meio aberto, normativas identificadas ai foi falando a respeito das normativas né, foi a
3347 LOAS o SINASE, o CEDICA, foi tratado não sei esse número aqui em 2013, que cita
3348 apenas o termo de cooperação técnica que o CEAS integrará, documento que apresenta
3349 as especificidades em comum e as competências específicas de cada órgão, a dúvida
3350 aqui era o seguinte. Nós não estávamos entendendo qual era afinal o papel do CEAS nesse
3351 trabalho então, onde foi discutido e foi lido e compreendido que era uma parceria que foi
3352 feita em várias instâncias, vários órgãos diferentes no sentido de divulgar o projeto portas
3353 abertas, inclusive através de seminários, eventos de capacitações né, então o
3354 encaminhamento foi o seguinte, encaminhar ofício à SEDESE solicitando informações de
3355 como será a condução pela gestão da medidas sócio educativas, inclusive sobre
3356 realização de convênios e recomendar que se houver continuidade do projeto portas
3357 abertas que seja realizado juntamente com a SEDESE e não apenas responsabilidade da
3358 SEDS, afim de garantir que esteja de acordo com a política nacional de assistência social.
3359 Essa última deliberação, ela foi colocada porque alguns conselheiros presentes disseram
3360 que participaram da capacitação e informaram que a capacitação oferecida
3361 preferencialmente pela SEDS estava um tanto que equivocada em relação à política
3362 pública de assistente social. E partir do princípio de que a assistência também é
3363 responsável por capacitar e executar então é contrario, responsável por executar então
3364 seria importante ela capacitar. E é essas são as deliberações. **DENISE** – posso ajudar
3365 Shirley é o seguinte no ano de 2014, a SEDS realizou esse projeto, chama de programa é
3366 um projeto pontual de capacitação dos municípios que executava ou que queria
3367 executava o que queriam executar medidas sócio educativas em meio aberto e ai Estado
3368 realizou vários e foram cursos de dois ou três seminários de dois dias e os municípios
3369 vinham e em alguns polos do e Estado também e os municípios participavam desta
3370 capacitação e foi isso tudo foi feito pela SEDS secretaria de Estado de defesa social,
3371 inclusive financiado pela própria SEDES, não é isso Tereza? Financiado pela própria
3372 SEDS, como nós sabemos as medidas sócio educativa em meio aberto, em Minas Gerais
3373 estão sob responsabilidade da SEDS, então a SEDS fez a capacitação junto aos
3374 municípios e o CEAS na época foi uma das entidades que assinaram o documento,
3375 tomando conhecimento e se comprometendo inclusive a divulgar juntos os municípios, era
3376 o documento que estava assinado pelas entidade, se comprometendo divulgar, mobilizar
3377 os municípios, para participarem dos cursos, foi só essa a tarefa do CEAS, quando o
3378 documento chegou como a gente não conhecia esse documento anterior, a gente ficou
3379 sem saber o que acontece realmente. E ontem a gente verificou o que a SEDS fez
3380 através deste programa, foi prestar contas ao CEAS, que ajudou no processo de
3381 mobilização, que nós realizamos tantos cursos, ajudamos tantos municípios, participaram
3382 tantos profissionais, foi isso uma prestação de contas da atividade executada, é isso. Já
3383 foi executada era uma atividade pontual, no ano de 2014, segundo as meninas, foi só a
3384 Isabela colocou a gente não tem informação se a SEDES, vai ou não seguir com essa
3385 estratégia esse programa. Na outra oportunidade, estava na época como trabalhadora de
3386 assistente social do município de Itabirito, eu participei de uma dessas capacitações, aqui
3387 em BH e considerei naquela oportunidade que algumas falhas dos condutores a
3388 condução dos palestrantes era basicamente da SEDS não tinha o pessoal da SEDESE
3389 acho que até a Tereza participou da abertura né Tereza? Mas a gente viu que tinha
3390 problemas de concepção, problemas pontuais, a gente tá conversando com uma
3391 secretaria de Estado que trata da política pública de segurança do Estado e a gente

3392 conversando com trabalhadores da assistência social que faz a execução do programa
3393 em medida sócio educativa em meio aberto. Então assim dessa prestação de contas a
3394 gente não tem nada a dizer, foi feito tantos cursos quem quiser conhecer mais de perto,
3395 quantos cursos foram realizados, quais os municípios fizeram. Ontem a gente discutiu da
3396 parte que nós cabe nesse latifúndio, se somos nós na medida sócio educativa em meio
3397 aberto, é importante que a gente pudesse discutir aqui nessa plenária se a gente
3398 perguntaria à SEDESE ou a própria SEDS, como é que vai ser a condução, como é que
3399 vai se dá a interface da condução da medida sócio educativa em meio aberto,
3400 considerando a inevitável necessidade de articulação entre essas duas políticas públicas
3401 entre essas duas secretarias de Estado . Foi mais ou menos essa discussão, não foi?
3402 Então o indicativo seria este se através de ofício pra SEDS, como ela pretende executar o
3403 programa de medidas sócio educativas no Estado a partir da nova gestão, é nossa linha a
3404 proposta que a comissão está trazendo. **SIMONE** – microfone Marta por favor. **MARTA** -
3405 na verdade o ofício é para a SEDS, ali corrigindo, não, não é, porque a SEDS, é não era
3406 SEDS. São duas coisas gente! então vamos entender o ofício era para a SEDS, porque a
3407 SEDS excuta alguns convênios de medidas sócio educativas que ao que parece foram
3408 encerrados. (falas ao fundo). e foram prescritos e encerrados, então é perguntar a SEDS,
3409 o que fomos informados que os convênios foram rompidos então era perguntar á SEDS
3410 como é que ela vai continuar na medida sócio educativa de meio aberto, não é de meio
3411 aberto. Inclusive como ela vai se colocar na execução dos convênios que a gente tem
3412 informação que eles foram rescindidos e querer saber cobrando ainda a devolução de
3413 material e queremos saber né se o portas abertas vai ter continuidade, então são duas
3414 temáticas diferentes, é . (falas ao fundo) encaminhar ofício a SEDS. Tá solicitando
3415 informações sobre a condução das medidas sócio educativas de meio aberto,
3416 considerando a continuidade do convênio que ela tem com uma rede. Só tô fazendo o
3417 relato e vocês aprovam ou não. Corrigir um pouquinho o relato. É porque o convenio foi
3418 rompido, então a gente quer informações se os convênios vão ter continuidade, se o
3419 portas abertas vai ter continuidade se essa capacitação vai continuar, e em continuando o
3420 portas abertas que a SEDESE né, que a SEDESE que ela continue que a proposta de
3421 conteúdo seja em conjunto com a SEDESE e que se observa-se então a política nacional
3422 de assistência, alguma coisa nesse sentido. Porque ela desviou o conteúdo, o conteúdo
3423 desviou um pouco. **SHIRLEY**– Bom ontem na discussão o que foi dito era o seguinte que
3424 o ofício seria encaminhado á SEDESE porque se entende que as medidas estariam
3425 equivocadamente conduzidas pela SEDS, não é isso? Então se ela está equivocada feita
3426 por outra secretaria o ofício seria encaminhado a gestão a fim de perguntar se teria outro
3427 planejamento para essa medida sócio educativa. Foi isso que foi tirado ontem, então
3428 agora essa nova visão da SEDS, **SIMONE** – pode mandar para a SEDS e para a
3429 SEDESE também .**SHIRLEY**– pois é. **SIMONE** – não tem problema nenhum gente. o que
3430 nós estamos discutindo é o seguinte na minha opinião todo mundo executa medida,
3431 saúde educação, assistência, o que nós não podemos achar é que ele executa serviço
3432 sócio assistencial. Se executa o serviço, o serviço é nós, eu só quero saber do serviço.
3433 Agora o que eles fazem lá, eu posso procurar saber e eu nem sabia que isso existia,
3434 então eu vou ter que tomar pé. E eu não compreendo na minha opinião, como que eles
3435 vão financiar e coordenar, fundo a fundo regular? Isso não é serviço gente, falou que é
3436 convênio não é serviço. Serviço que orienta somos nós está tipificado no SUAS, tem que
3437 ser regular e tem que ser automático, o que não for isso pra mim, se não tiver começo,
3438 meio e fim, eu vou até discutir. mas não é serviço. **SHIRLEY**- pois é Simone, foi nesse
3439 sentido que a comissão entendeu que não tinha o ofício era para a SEDESE pra entender
3440 como é que é a questão. **SIMONE** – porque às vezes fica disputando um negócio que não
3441 é serviço tem conceito, serviço tem conceito, isso não é serviço, se não é serviço,
3442 podemos até discutir o que que é. **SHIRLEY**– Então estou entendendo que fica um ofício
3443 para a SEDESE e outro para a SEDS né, ai também de ai faria sentido a posição da
3444 capacitação conjunta porque se vai definir. Porque ai a segunda parte teria que ser feita.

3445 (Falas ao fundo). Pois é. **SIMONE** – gente! Consolação já anotou vamos ver se todo
3446 mundo concordou todo mundo palpitou aqui, tem contrários, então a próxima comissão é
3447 a comissão de normas. **RODRIGO** – a comissão o tema 1 da comissão. Recebeu uma
3448 correspondência d da Maynart Energética empresa do grupo CEI, comunicando a
3449 aquisição de 6 empreendimento hidrelétricos instalados e a serem instalados nos
3450 municípios de Ouro Preto, Mariana e solicitando reunião com o CEAS, isso foi em Março
3451 no dia 16, conforme o encaminhamento da presidência foi agendado a reunião e ela
3452 ocorreu nas dependências do CEAS, então as pequenas centrais, são :Salto, caboclo ,
3453 funil, Furquim, prazeres e Fumaça, partindo para o encaminhamento pra ser deliberado
3454 pela plenária é a comissão considerou que a legislação à época de 1998, não exigia a
3455 apresentação do PAS barragem por empreendedores, e que o caso em concreto não se
3456 trata de renovação de licença junto ao órgão ambiental mas sim de sucessão de
3457 empreendedor, a comissão sugere a manifestação a assessoria jurídica da SEDESE,
3458 quanto à necessidade ou não da apresentação do PAS barragem pelo sucessor.
3459 Franqueada a palavra, Dúvidas, esclarecimentos? Posso pular para o ponto 2, o conselho
3460 municipal de Matias Barbosa, por correspondência eletrônica encaminha modelo de
3461 atestado de capacidade técnica para entidades sócio assistenciais e solicita avaliação do
3462 CEAS e envio de outro modelo, e ai a avaliação técnica. É a Lei 13019, marco regulatório
3463 dispõe que o administrador público ao decidir sobre a celebração de parceria deverá
3464 considerar obrigatoriamente a capacidade técnica e operacional do órgão e da entidade,
3465 para isso a administrativa adotará as medidas necessárias para assegurar essa
3466 capacidade, considerando essa necessidade a CMAS de Matias Barbosa encaminhou um
3467 modelo de atestado né, que pelos eu conteúdo já é adotado por algumas entidades para
3468 outros fins diferentes da política de assistência social. sugere-se encaminhar a
3469 correspondência ao CMAS informando que o CEAS está em fase de estudo sobre a lei do
3470 marco a 13019, ano tendo elaborado nenhum modelos obre o assunto e ai orientar o
3471 município que conteúdo de documentos da área de assistência social deve-se pautar na
3472 política de assistência social na NOB SUAS, na NOB RH, na tipificação e demais
3473 resoluções do CNAS que dispõe sobre a defesa de direitos sócio assistenciais
3474 encaminhamento gerado pela comissão pela plenária é informar ao CMAS que o atestado
3475 técnico operacional compete ao gestor público municipal previsto no chamamento público
3476 cuja a validade dar-se-á se a medida mediante edital. Conforme artigo 23, das lei do
3477 marco regulatório, da lei 13019. É ponto 2 alguma dúvida, pois não. **SHIRLEY** – é a minha
3478 dúvida é a seguinte em cima no corpo ali é a sugestão técnica que está em fase de
3479 estudo e ainda não tem um parecer nesse sentido. Já a discussão em plenária aquela
3480 discussão aquela deliberação foi com base na lei, a lei fala isso? que a responsabilidade
3481 do atestado é do gestor. **RODRIGO** – sim, artigo 23. **SHIRLEY** – há não então tá no caso
3482 não seria responsabilidade do conselho fazer este tipo de documento, então está ok.
3483 Obrigada. **RODRIGO** – mais alguma dúvida. **ISABELA** – eu só fiquei na dúvida da gente
3484 está utilizando a lei do marco regulatório só que ela ainda não está validada. **SIMONE** –
3485 nós também mas o que que o conselho fez, ela já quis adiantar para as entidades, e ai o
3486 que, que o conselho fez, ele pegou um atestado né, um como chama aquilo,. (falas ao
3487 fundo), o que o conselho fez, ele pegou um atestado de capacidade técnica utilizado pela
3488 rede privada completamente fora da área da assistência social com termos que nunca
3489 ouvimos falar e já achando que pra adiantar pra entidades ele tomou essa decisão, por
3490 isso nós estamos informando para eles, mesmo antes de acertar a lei, porque ele se
3491 adiantou e nos obrigou a nos posicionar. **RODRIGO** – o ponto 3 o conselho municipal de
3492 Divinópolis por correspondência eletrônica solicita informações ao CEAS como deve
3493 proceder com as entidades que não conseguirem realizar suas adequações dentro do
3494 período solicitado, sendo que os serviços prestado s por elas é de grande relevância para
3495 a rede sócio assistencial do município. A avaliação técnica considerando a informação do
3496 CMAS da cidade sugere-se para evitar descontinuidade desses serviços e consequentes
3497 prejuízos aos usuários ou cancelamento da inscrição e orientar ao CMAS que inicialmente

3498 avalie o motivo de descumprimento do prazo determinado no plano de providencia e a
3499 possibilidade de amplia-lo de acordo com a realidade da entidade. O encaminhamento
3500 gerado para deliberação da plenária é orientar ao CMAS de Divinópolis sobre a sua
3501 autonomia para definir sobre a relevância do serviço realizado, e ainda solicitar
3502 informação do plano de apoio técnico e financeiro oferecido a entidade pelo gestor
3503 municipal. Dúvidas ponto 3? Ponto 4 é ai a lei do marco regulatório conforme consta no
3504 planejamento da comissão de normas estudar o que a lei fala no que estabelece o regime
3505 jurídico das parecerias voluntárias envolvendo ou não transferência de recursos
3506 financeiros entre a administração e as organizações da sociedade civil, em regime de luta
3507 e comparação para consecução de finalidades de interesse público. É define diretrizes
3508 para a política de fomento, colaboração com as organizações da sociedade civil, institui o
3509 termo de colaboração e o termo de fomento e altera as leis no. 8429 de 02/07/1992, a
3510 9790 de 23/03/1999, instituindo marco regulatório das organizações de sociedade civil,
3511 letra A pautada no inicio da discussão em reunião da comissão em abril, com a presença
3512 da assessoria jurídica da SEDESE, e também consultar a Assembléia para parceria na
3513 realização de um seminário em maio, é o encaminhamento gerado para a plenária
3514 estiveram presentes na reunião da comissão de normas, a Sra. Alice da Assessoria
3515 Jurídica, o Sr. Domingos da Central de Convênios, que junto com os conselheiros
3516 levantaram e discutiram vários pontos de dúvida pra a sua execução até o prazo de julho
3517 de 2015. A parte da discussão foram sugeridas as seguintes ações e ai já é o
3518 encaminhamento é. letra a Solicitar a comissão de apoio ao CNAS que encaminhe
3519 correspondência ao CNAS apontando ao gestor realizar o cadastro nacional de entidades
3520 de assistência social CNEAS, né! letra b elaborar uma carta de manifestação sobre a lei
3521 13019, para distribuir durante a reunião do CNAS, no dia 23 de abril em BH. Essa tarefa
3522 será realizada pela conselheira Simone Albuquerque e Assessoria Jurídica da SEDESE,
3523 Sra. Alice. E a letra c já falamos mais cedo que é suspender, temporariamente a
3524 realização do seminário previsto para maio sobre a Lei do marco até que se tenha claro
3525 as orientações da lei. É dúvida, **SIMONE** – em discussão em votação, conselheiros que
3526 concordam com o relato da comissão permaneçam como estão. os contrários abstenção,
3527 então foi aprovado. Agora vou passar para o último ponto que é um pequeno relato do
3528 debate feito na presidência ampliada, Hã? Comissão de apoio por favor! Desculpa
3529 Ronaldo. Simpático, querido amado conselheiro Ronaldo por favor. **RONALDO** – é o
3530 primeiro ponto foi conjunto não vou tratar dele, foi realmente muito rica a nossa discussão
3531 e agradecemos o convite pela comissão de política e estamos à disposição sempre que
3532 necessário. Na verdade vou passar par ao ponto dois, primeiro ponto foi, o ponto dois foi
3533 um informe do Ministério sobre a disponibilização do relatório de informações sociais do
3534 pacto de aprimoramento do SUAS para consulta pelos municípios. O relatório tem por
3535 objetivo orientar o planejamento municipal para o alcance das metas das metas
3536 prioritárias do pacto. Os dados são de 2013 e serão atualizados anualmente.
3537 Encaminhamento gerado é aliás é só informe a secretaria executiva já vem informando
3538 aos municípios, periodicamente por e-mail, antes de dar continuidade gostaria de
3539 parabenizar a secretaria executiva é na pessoa da Consolação quando ela trouxe a
3540 discussão com relação a resolução da regionalização né que pra mim a secretaria
3541 executiva ela é a memoria viva do conselho e que dá o tom ao conselho e agora
3542 parabenizar a nossa técnica Paula que ela antecede as ações muitas vezes da comissão
3543 de apoio. Então ela já vem fazendo até antes da gente tomar qualquer medida, e vem
3544 trazer aqui contemplando a comissão de normas sobre o CNEAS o cadastro nacional de
3545 entidades, trouxemos um instrumento ai eletrônico de fundamental importância para
3546 acompanhamento das ofertas sócio assistenciais prestadas por entidades privadas no
3547 âmbito do SUAS e o prazo de preenchimento para 15/06/2015, vale salientar que as
3548 informações prestadas pelo órgão gestor e acessíveis para consultas permitirá o
3549 conhecimento da realidade de entidade privadas em todo o território nacional
3550 possibilitando ações para qualificação da rede sócio assistencial, após a conclusão

3551 disponibilização do banco de dados do CNEA, para os requisitos para concessão do
3552 CEBAS. É muito interessante reafirmar né, e solicitar aos conselheiros presentes que
3553 levem pros conselhos municipais né e acesso e isenções de recursos e um deles é a
3554 isenção da cota patronal de INSS, no entanto a baixa resposta no preenchimento dessa
3555 demanda, demanda ações imediatas de sensibilização dos gestores pra evitar
3556 dificuldades ocasionadas às entidades em função do não preenchimento em tempo hábil.
3557 Gente vou demonstrar a situação atual, foi feito o levantamento são 501 municípios com
3558 entidades para cadastramento no CNEAS, totalizando 4774 entidades, sendo 151
3559 municípios em preenchimento totalizando 1579 entidades e 79 municípios concluíram
3560 totalizado 375, então a gente vê a necessidade também, a gente vê Rodrigo de continuar
3561 cobrando já que o prazo está aí, e foi recebido aí do MDS e já foi passado hoje também.–
3562 **RONALDO** - de 9hs à 10:30 vai haver uma teleconferência com o objetivo esclarecer
3563 dúvidas em relação ao preenchimento do que CNEA. A teleconferência poderá ser
3564 assistida pela TV ou pelo link e aí tá os dados onde foi passado esse e-mail para
3565 gestores mostrando aí a necessidade onde esse CNEAS trará né é verdadeiramente o
3566 diagnóstico nacional das entidades inscritas de serviços sócio assistenciais, inscritas,
3567 conveniadas ou não com o poder público e me chama atenção, até ontem foi alguém que
3568 me falou que meu município tem preenchimento né eu vou levar isto ao
3569 gestor municipal (falas ao fundo) que ele antecipe e pronto tá aberto aí franqueada a
3570 palavra. **SIMONE** - é só esse ponto terminou? É só terminou em discussão, em
3571 votação, os conselheiros que aprovam o relato da comissão de acompanhamento de
3572 conselhos, por favor permaneçam como estão, contrários? Abstenção? Então foi
3573 aprovado por unanimidade. Então agora eu passo aqui para a conselheira Patrícia para
3574 que ela possa fazer um relato, o relato dos pontos que nós trouxemos da reunião da
3575 presidência ampliada realizada ontem de manhã. **PATRICIA** - bem grande parte da nossa
3576 discussão já foi falado aqui anteriormente que a respeito tanto do Ministério público da
3577 capacitação dia 23 dia 24 a participação do CEAS nas conferências aquelas diretrizes e
3578 foi levantado na nossa reunião uma proposta de discussão pra gente tentar ver até com o
3579 orçamento a questão da degravação, também de desgravar as reuniões tanto da mesa
3580 diretora ampliada como das comissões, isto gravar e desgravar, tanto as reuniões das
3581 comissões tanto da reunião da mesa diretora, da mesa da presidência ampliada aí isto
3582 envolve recursos a discussão foi porque em outros momentos aconteceu
3583 algumas confusões de discussões em determinados momentos que na hora de trás para
3584 a plenária as pessoas voltam atrás então criam constrangimentos, confusões acho que
3585 teve até um problema que foi acionada a comissão de ética em relação a isto é também
3586 uma forma da gente se defender se resguardar aí eu queria ver colocar isso aí para
3587 discussão de vocês o que vocês acham se tem alguma coisa algo mais pra ser levantado
3588 porque tem que fazer um estudo também de orçamento para dar viabilidade a isto. É o
3589 que a gente conversou com a Rosa atualmente é que o conselho disponibiliza apenas de
3590 um equipamento para se fazer isso quando a gente divide a gente tem que alugar até a
3591 empresa pra fazer a degravação. **SHIRLEY** - conselho assistência é só um ponto que eu
3592 fiquei em dúvida se vai discutir depois a respeito da questão de trazer os pontos da mesa
3593 para plenária? **SIMONE** - Nós só estamos só informando que a presidência ampliada está
3594 debatendo o assunto, mas nada impede que vocês também colaborem com o debate né
3595 Patrícia, Isabela. **ISABELA** - sugestão que a Consolação fez de um ofício para você
3596 pedindo um levantamento dos custos que teve, porque seriam custos que teriam que ser
3597 cobertos pelo orçamento do conselho, né, pra a gente ter uma segurança para deliberar a
3598 gente pediu o levantamento dos custos para fazer a gravação e degravação das reuniões
3599 também, a Simone falou que é desgravação, muito doida essa palavra. Ok. A
3600 desgravação, pra gente ter uma noção dos custos que teriam e a gente poderia liberar
3601 em cima diss. **SIMONE** - Eu acho que é uma boa não é Patrícia, só pra subsidiar a nossa
3602 discussão. Porque eu acho que é uma necessidade e ninguém é contra não é gente? É
3603 mais do que necessário né. É eu acho que é muito importante que as reuniões sejam

3604 gravadas e degravadas, nós também vamos utilizar muito porque a gente está fazendo
 3605 muita oficina interna, estamos debatendo muita coisa. Então a gente vai precisar
 3606 também É importante como história, como o registro da história, eu acho. Então
 3607 acabamos? Terminamos aí gente? Então eu acho que todo mundo concorda, gente, que
 3608 a gente discuta e faça o ofício. Então ok. Então eu quero agradecer a todas a todos
 3609 desejando um bom feriado e dizer para o senhor que nesse país tão desigual é um direito
 3610 ter assistência social obrigado. – aplausos. FIM.

NOME	ENTIDADE/ORGÃO	ASSINATURA
Ana Tereza P. Macedo	SEAPA	
Denise Cunha	CRESS	
Erica Andrade Rocha	CRP	
Gesiane Lima Soares	Caritás - MG	
Hermellis M. Tirado de Campos	CMAS S. F. de Paula	
Isabel F. L. Azevedo	SES	
Isabela de Vasconcelos Teixeira	SEDESE	
Lucia Elena S. J. Rodrigues	GOGEMAS	
Maria Alves de Souza	FETAEMG	
Maria da Pascoa Andrade	COGEMAS	
Marta Maria de Castro vieira Silva	SEDESE	
Mila M. Ribeiro	SEPLAG	
Odette P. Souza Santos	CMAS- TRÊS MARIA	
Patrícia Pinto Valadares	FAPAES/MG	
Renata Vieira	ISJB	
Rodrigo dos santos França	ASSPROM	
Ronaldo Gonçalves	CMAS/ JF	
Shirley A. Moreira da silva	CMAS/ SARZEDO	
Simone A. Albuquerque	SEDESE	
Tereza C. Damasceno Gusmão	SEDESE	
Vinicius Q. Mendoza	CMAS/BH	
Volney Lopes de Araújo Costa	PINSID	

3611